

FLÁVIA CAROLINE SANTOS CARDOSO PEREIRA

**ANÁLISE DO PROCESSO DE CONSTRUÇÃO DO PLANO INDIVIDUAL DE
ATENDIMENTO PARA EFETIVAÇÃO DAS MEDIDAS SOCIOEDUCATIVAS**

**ASSIS
2017**

FLÁVIA CAROLINE SANTOS CARDOSO PEREIRA

**ANÁLISE DO PROCESSO DE CONSTRUÇÃO DO PLANO INDIVIDUAL DE
ATENDIMENTO PARA EFETIVAÇÃO DAS MEDIDAS SOCIOEDUCATIVAS**

Dissertação apresentada à Faculdade de Ciências e Letras de Assis - UNESP - Universidade Estadual Paulista para a obtenção do título de Mestrado Acadêmico em Psicologia (Área de conhecimento: Psicologia e Sociedade)

Orientadora: Profa. Dra. Elizabeth Piemonte Constantino

**ASSIS
2017**

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)
Biblioteca da F.C.L. – Assis – Unesp

P436a Pereira, Flávia Caroline Santos Cardoso
Análise do processo de construção do plano individual de atendimento para efetivação das medidas socioeducativas / Flávia Caroline Santos Cardoso Pereira. Assis, 2017.
164 f. : il.

Dissertação de Mestrado – Faculdade de Ciências e Letras de Assis – Universidade Estadual Paulista.
Orientador: Dr^a Elizabeth Piemonte Constantino

1. Medidas socioeducativas. 2. Liberdade assistida. 3. Significação (Psicologia). 4. Prestação de serviços à comunidade. 5. Adolescente. I. Título.

CDD 362.7

FLÁVIA CAROLINE SANTOS CARDOSO PEREIRA

ANÁLISE DO PROCESSO DE CONSTRUÇÃO DO PLANO
INDIVIDUAL DE ATENDIMENTO PARA EFETIVAÇÃO DAS
MEDIDAS SOCIOEDUCATIVAS

Dissertação apresentada à Faculdade de
Ciências e Letras – UNESP/Assis para a
obtenção do título de Mestrado Acadêmico em
PSICOLOGIA (Área de Conhecimento:
PSICOLOGIA E SOCIEDADE)

Data da Aprovação: 23/02/2017

COMISSÃO EXAMINADORA



Presidente: Profa. Dra. Elizabeth Piemonte Constantino - UNESP/ASSIS



Membros: Profa. Dra. Claudia Aparecida Valderramas Gomes - UNESP/ASSIS



Profa. Dra. Solange Pereira Marques Rossato - UEM/MARINGÁ

AGRADECIMENTOS

À minha orientadora, Dra. Elizabeth Piemonte Constantino, pelo conhecimento proporcionado e pelo incentivo para fazer cada vez melhor. Obrigada pelas valiosas contribuições e por ter acreditado no meu trabalho. Grata por tudo!

Às professoras Dra. Cláudia Aparecida V. Gomes e Dra. Solange Pereira Marques Rossato, membros da banca de qualificação, que fizeram daquele momento um grande salto qualitativo para avançar na escrita desta dissertação. Obrigada pelas significativas contribuições!

Ao Programa de Pós-Graduação em Psicologia e Sociedade da UNESP/Assis e a todos os professores.

Ao meu marido Jeferson, com quem contei com a infinita paciência e companheirismo, sendo o maior apoiador em toda esta trajetória e na realização deste trabalho. Obrigado pelo amor, carinho e compreensão!

A toda minha família, com quem aprendi o valor da dedicação para se concretizar sonhos. Agradeço pelos ensinamentos dados durante toda minha vida, pelo amor e apoio!

Aos amigos e amigas que acompanharam de perto todo o processo do Mestrado e contribuíram para que a minha caminhada em busca desse sonho fosse possível. Obrigada pelas vivências além do trabalho!

À família de meu marido, a qual considero minha família. Obrigada pelo carinho e apoio!

Aos meus professores de Graduação em Psicologia, pelo conhecimento proporcionado e pelo incentivo constante. Em especial, a Elza e Zé Roberto que me acompanham de perto até hoje!

Aos profissionais participantes desta pesquisa, pela disponibilidade e atenção durante este processo.

A todos os meninos e meninas que acompanhei durante minha trajetória.

Ao Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq), pelo apoio financeiro para a realização desta pesquisa.

PEREIRA, Flávia Caroline Santos Cardoso. **Análise do processo de construção do Plano Individual de Atendimento para efetivação das medidas socioeducativas**. 2017. 164 f. Dissertação (Mestrado Acadêmico em Psicologia) – Faculdade de Ciências e Letras, Universidade Estadual Paulista, Assis, 2017.

RESUMO

O principal objetivo da presente pesquisa é analisar o processo de construção do Plano Individual de Atendimento (PIA) para o cumprimento das medidas socioeducativas de Prestação de Serviço à Comunidade (PSC) e Liberdade Assistida (LA), bem como investigar o significado e sentido que os profissionais atribuem à construção do referido Plano. Trata-se de um estudo empírico, de cunho qualitativo, cujos instrumentos para a coleta de dados compreendem entrevista semiestruturada, observação participante e análise documental. A pesquisa foi realizada junto à Secretaria de Assistência Social de um Município do Norte do Paraná, em um programa que realiza o acompanhamento de adolescentes em cumprimento de medidas socioeducativas. Este estudo conta com a participação de dois profissionais, membros da equipe multidisciplinar, que são responsáveis pela elaboração e acompanhamento do PIA dos adolescentes. A análise dos dados foi realizada com base nos fundamentos da Psicologia Sócio-Histórica, mediante a estratégia de definição de "núcleos de significação" proposta por Aguiar e Ozella (2006, 2013), a qual objetiva apreender os significados e sentidos que constituem o conteúdo do discurso dos sujeitos participantes. As entrevistas realizadas permitiram inferir e sistematizar cinco núcleos de significação como via de aproximação dos significados e sentidos que os profissionais atribuem ao processo de construção do PIA. Os núcleos de significação estabelecidos foram: 1. O trabalho dos profissionais no campo das medidas socioeducativas e a interface que mantém com o Judiciário...; 2. O processo de elaboração do PIA: documentação, encaminhamentos, o lugar da família, o lugar do adolescente...; 3. Efetivação do trabalho previsto no PIA: encaminhamento e acompanhamento pelos profissionais...; 4. Reflexão sobre o trabalho dos profissionais envolvidos para a efetivação das medidas socioeducativas – Para quem é o PIA?; 5. PIA como possível mediador no planejamento e efetivação das atividades dirigidas ao cumprimento das medidas e a consequente transformação na vida dos adolescentes e de suas famílias – A que vem o PIA?

Palavras-chave: Medidas socioeducativas. Psicologia Sócio-Histórica. Liberdade assistida. Significado. Sentido. Núcleos de significação. Prestação de serviços à comunidade.

PEREIRA, Flávia Caroline Santos Cardoso. **Analyse the process of construction of the Individual Plan of Attendance for affective of the socio-educational measures**. 2017. 164 f. Dissertation (Master's degree in Psychology) – Faculdade de Ciências e Letras, Universidade Estadual Paulista, Assis, 2017.

ABSTRACT

The objective of the present research is to analyze the process of construction of the Individual Plan of attendance (PIA) for the fulfillment of the socio-educational measures of Provision of Community Service (PSC) and Assisted Liberty (LA) and investigate the meaning and meaning that professionals Attributed to the construction of said Plan. This is an empirical, qualitative study, using as instruments for data collection semi-structured interview, participant observation and documentary analysis. The research was carried out with the Secretary of Social Assistance of a Municipality of the North of Paraná, in a program where the monitoring of adolescents in compliance with socio-educational measures occurs. And it counts with the participation of two professionals, members of the multidisciplinary team, who are responsible for the elaboration and monitoring of the PIA of the adolescents. The analysis was carried out based on the foundations of Sociohistorical Psychology, through the strategy of definition "nucleus of signification" proposed by Aguiar and Ozella (2006, 2013) was used, which aims to apprehend the meanings and meanings that constitute the content of the discourse of the participating subjects. Based on the interviews, we infer and systematize five nucleus of signification as a way of approaching the meanings and meanings that professionals attribute to the process of constructing the PIA. We highlight the nucleus: 1. The work of professionals in the field of socio-educational measures and the interface they maintain with the Judiciary ...; 2. The process of elaboration the PIA: documentation, referrals, the place of the family, the place of the adolescent ...; 3. Effectiveness of the work foreseen in the PIA: referral and follow-up by the professionals ...;4. Reflection on the work of the professionals involved in the implementation of socio-educational measures - Who is the PIA for?; 5. PIA as possible mediator in the planning and implementation of activities aimed at compliance with measures and the consequent transformation in the lives of adolescents and their families - What is the PIA?

Keywords: Socio-educational measures. Sociohistorical Psychology. Assisted Liberty. Meaning. Signification nucleus. Provision of Community Service.

LISTA DE QUADROS

Quadro 1 - Pré-indicadores e Indicadores produzidos com base nas entrevistas semiestruturadas realizadas com a Psicóloga Alice	64
Quadro 2 - Pré-indicadores e Indicadores produzidos com base nas entrevistas semiestruturadas realizadas com a Assistente Social Paula	84
Quadro 3 - Indicadores e núcleos de significação	99

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

CEEBJA	- Centro Estadual de Educação Básica para Jovens e Adultos
CNAS	- Conselho Nacional de Assistência Social
CNJ	- Conselho Nacional de Justiça
CNMP	- Conselho Nacional do Ministério Público
CONANDA	- Conselho Nacional dos Direitos da Criança e do Adolescente
CRAS	- Centro de Referência de Assistência Social
CREAS	- Centro de Referência Especializado em Assistência Social
ECA	- Estatuto da Criança e do Adolescente
FEBEM	- Fundação Estadual do Bem Estar do Menor
FIA	- Fundo para a Infância e Adolescência
IBGE	- Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
IHA	- Índice de Homicídios na Adolescência
IPEA	- Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada
LA	- Liberdade Assistida
PAEFI	- Serviço de Proteção e Atendimento Especializado a Famílias e Indivíduos
PDCA	- Subsecretaria de Promoção dos Direitos da Criança e do Adolescente
PIA	- Plano Individual de Atendimento
PNAS	- Política Nacional da Assistência Social
PSC	- Prestação de Serviço à Comunidade
SEDH	- Secretaria Especial dos Direitos Humanos
SINASE	- Sistema Nacional de Atendimento Socioeducativo
UNICEF	- Fundo das Nações Unidas para a Infância

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	10
1 PANORAMA HISTÓRICO DAS MEDIDAS SOCIOEDUCATIVAS	21
1.1 Histórico das Políticas Públicas de atendimento ao adolescente em conflito com a lei: Caráter penal indiferenciado e Código de Menores	21
1.2 Reorientação na política de atendimento: o Estatuto da Criança e do Adolescente e a Doutrina de Proteção Integral	25
1.3 SINASE: Sistema Nacional de Atendimento Socioeducativo	30
1.4 O SINASE e os desdobramentos na construção do Plano Individual de Atendimento (PIA)	36
2 FUNDAMENTOS DA PERSPECTIVA DA PSICOLOGIA SÓCIO-HISTÓRICA	42
2.1 Psicologia Sócio-Histórica e a constituição de sujeito	42
2.2 Desenvolvimento da adolescência: contribuições da psicologia sócio-histórica	52
3 MÉTODO	56
3.1 Local de pesquisa e participantes	56
3.2 Instrumentos de pesquisa	58
3.3 Procedimentos	60
3.4 Procedimentos de análise dos dados	61
4 RESULTADOS E ANÁLISE DOS DADOS	63
4.1 Pré-indicadores e indicadores	63
4.2 Os núcleos de significação	99
4.3 Núcleo 1 - O trabalho dos profissionais no campo das medidas socioeducativas e a interface que mantém com o Judiciário... ..	106
4.4 Núcleo 2 - O processo de elaboração do PIA: documentação, encaminhamentos, o lugar da família, o lugar do adolescente... ..	111
4.5 Núcleo 3 - Efetivação do trabalho previsto no PIA: encaminhamento e acompanhamento pelos profissionais... ..	121

4.6 Núcleo 4 - Reflexão sobre o trabalho dos profissionais envolvidos para a efetivação das medidas socioeducativas - <i>Para quem é o PIA?</i>	129
4.7 Núcleo 5 - PIA como possível mediador no planejamento e efetivação das atividades dirigidas ao cumprimento das medidas e a consequente transformação na vida dos adolescentes e de suas famílias - <i>A que vem o PIA?</i>	136
CONSIDERAÇÕES FINAIS	148
REFERÊNCIAS	154
APÊNDICE A - ROTEIRO DE ENTREVISTA COM OS PROFISSIONAIS	159
APÊNDICE B - PLANO DE TRABALHO E CRONOGRAMA	160
ANEXO A - TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO (TCLE)	162

INTRODUÇÃO

As medidas socioeducativas são disciplinadas pela Constituição Federal de 1988, pelo Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA) – Lei nº 8.069/1990 –, e pela recente Lei que institui o Sistema Nacional de Atendimento Socioeducativo (SINASE) (Lei nº 12.594/2012). O ordenamento jurídico atual estabelece que o tratamento aos adolescentes deve ser orientado pela doutrina de proteção integral.

A doutrina de proteção integral representa uma ruptura com o pensamento anterior do Código de Menores, no qual era denominado como a doutrina jurídica da situação irregular, praticada de 1927 a 1990 pelo Sistema de Justiça Brasileiro, refletindo um velho modo de pensar a condição da criança e do adolescente, mediante uma categoria sociologicamente indefinida: menores em situação irregular. Embora só tenha sido sistematizada em 1979, desde 1927 já se observa, na prática, a indefinição entre demanda jurídica e demanda social.

Saraiva (1999) explica que a chamada situação irregular se referia às crianças e aos adolescentes que não se ajustavam ao padrão estabelecido e, baseados nesta ideologia, os menores tornavam-se interesse do direito especial quando apresentavam uma “patologia social”. A declaração de situação irregular podia derivar de sua conduta pessoal (casos de desvio de conduta), como da família (maus tratos) ou da própria sociedade (abandono).

Coimbra e Ayres (2013) pontuam sobre a doutrina da situação irregular, ao postular “menores em situação irregular” e, perante esta condição de risco apresentada, havia um movimento de controle que visava internação em massa, sendo que a pobreza caracterizava-se como a principal condição para a destituição do pátrio poder. As autoras ainda revelam que, na pesquisa em que foram analisados processos de 1979 a 1989 – época de vigência do Código de Menores –, verificou-se que ocorriam múltiplas formas de violência contra a criança e os jovens nesta época, ao mesmo tempo, estas violações foram ganhando expressão na mídia nacional e internacional.

Segundo Volpi (2001), houve um amplo movimento social que tinha como desafio alterar o panorama legal, iniciando-se, assim, um processo intenso de articulações, que teve como ponto alto a Constituinte em 1988. Obteve-se, então, a primeira vitória, com a inclusão na Constituição Federal do artigo 227, baseado na

doutrina da proteção integral, originada na Convenção Internacional sobre os Direitos da Criança da ONU. Como segue apresentado no art. 227 da Constituição:

É dever da família, da sociedade e do Estado assegurar à criança, ao adolescente e ao jovem com absoluta prioridade, o direito à vida, à saúde, à alimentação, à educação, ao lazer, à profissionalização, à cultura, à dignidade, ao respeito, à liberdade e à convivência familiar e comunitária, além de colocá-los a salvo de toda forma de negligência, discriminação, exploração, violência, crueldade e opressão. (BRASIL, 1988).

Os três princípios fundamentais da Convenção – promulgada no Brasil em 1990 – e que representam a base da doutrina de proteção integral são: o conceito de criança e adolescente como sujeito de direitos; o princípio do interesse superior da criança e do adolescente, isto é, que os direitos destes devem estar acima de qualquer outro interesse da sociedade; e o princípio da indivisibilidade dos direitos da criança e do adolescente, ou seja, não se trata de assegurar apenas alguns direitos e sim todos (VOLPI, 2001).

Após aprovada a Constituição Brasileira, começa o processo de regulamentação através de Legislação Complementar. Derruba-se o Código de Menores, escreve-se “a mil mãos” o Estatuto da Criança e do Adolescente. Repudia-se o termo “menor” de caráter estigmatizante e discriminador; muda-se a concepção de infância e adolescência entendendo-os cidadãos, sujeitos de direitos, que precisam ser considerados como pessoas em desenvolvimento e tratados como prioridade absoluta. (VOLPI, 2001, p. 32).

Houve, assim, uma mudança de paradigma, segundo Volpi (2001), a história brasileira do atendimento aos direitos da criança e do adolescente a partir desse acontecimento histórico, passa a ser dividida entre antes e depois do Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA), o que equivale à passagem de uma doutrina da situação irregular à doutrina das Nações Unidas para a proteção integral dos direitos da criança e do adolescente.

Como reflete Xaud (1999) o reconhecimento pela sociedade moderna de que a criança e os adolescentes são detentores de direitos inalienáveis é decorrente de um processo de lutas que a história registra desde seus primórdios, e com a incorporação da dimensão legal houve mudanças significativas, deslocando o eixo do pensar e fazer.

Nesta perspectiva, Volpi (2001) conceitua o adolescente em face das legislações vigentes como sujeito de direitos, pessoa em desenvolvimento cujas

garantias devem ser asseguradas com prioridade absoluta, o que o diferencia dos conceitos que o percebiam como vítima e/ou agressor, noções essas, muitas vezes, implícitas nas práticas sociais daqueles que deveriam fazer deles sujeitos de direitos.

E, no mesmo sentido e condições, devem ser vistos os adolescentes de 12 a 18 anos que cometem ato infracional, como traz Colpani (2003), no que se refere ao adolescente em conflito com a lei, o mesmo é responsabilizado, de maneira pedagógica e retributiva, por meio das medidas socioeducativas. Tais medidas são orientadas pela doutrina da proteção integral e disciplinadas pelo Estatuto da Criança e do Adolescente (Lei nº 8.069/1990) e pela recente Lei nº 12.594/2012 que institui o Sistema Nacional de Atendimento Socioeducativo (SINASE).

De acordo com o art. 103 do Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA), Lei nº 8.069 de 13 de julho de 1990, “Considera-se ato infracional a conduta descrita como crime ou contravenção penal” (BRASIL, 1990). E o art. 104 dispõe que: “são penalmente inimputáveis os menores de dezoito anos, sujeitos às medidas previstas nesta lei” (BRASIL, 1990).

Nesse contexto, o art. 112 do ECA estabelece que:

Verificada a prática de ato infracional, a autoridade competente poderá aplicar ao adolescente as seguintes medidas: I. advertência; II obrigação de reparar o dano; III. prestação de serviço à comunidade, IV liberdade assistida, V semi-liberdade; VI internação em estabelecimento educacional. (BRASIL, 1990).

Como apresentado no ECA (BRASIL, 1990), estas medidas podem ser divididas em categorias, segundo a forma de sua execução: 1) as não privativas da liberdade ou então chamadas de medidas em meio aberto (advertência, obrigação de reparar o dano, prestação de serviço à comunidade e liberdade assistida); 2) e as privativas de liberdade (semiliberdade e internação).

Sobre as características das medidas que são aplicadas em meio aberto, o ECA prevê que a *Advertência* é uma medida que será aplicada em plano verbal e registrada e assinada em termo. A medida de *Obrigação de reparar o dano*, como previsto na lei, poderá ser aplicada quando houver a prática de ato infracional com reflexos patrimoniais, com objetivo de ressarcimento do dano à vítima, considerando que antes deva ser aferida a capacidade de cumprimento pelos adolescentes. A medida de *Prestação de Serviço à Comunidade (PSC)* consiste em atividades realizadas na comunidade sem remuneração e de interesse geral, ocupando no

máximo oito horas semanais e com duração máxima de seis meses, sem prejuízo da frequência à escola e ao trabalho. A *Liberdade Assistida (LA)* tem como característica ser uma medida que prevê acompanhamento, auxílio e orientação ao adolescente, medida essa que tem seu prazo mínimo de seis meses, podendo ser prorrogada (BRASIL, 1990).

No âmbito do Estatuto, no que diz respeito às medidas privativas de liberdade, são previstas as de semiliberdade e internação. A *semiliberdade* pode ser determinada desde o início ou como forma de transição para o meio aberto, possibilita que o adolescente em conflito com a lei desenvolva atividades externas como escolarização, cursos de aprendizagem ou profissionalização, independentemente de autorização judicial, contudo determina o recolhimento do adolescente na instituição ao longo do dia e no período noturno. A medida não comporta prazo determinado, aplicando-se, no que couberem, as disposições relativas à internação. A *Internação* consiste em medida privativa de liberdade que deve ser norteadas pelos princípios da brevidade, da excepcionalidade e do respeito à condição peculiar de pessoa em desenvolvimento. A mesma não comporta prazo determinado, porém determina que o período máximo de internação seja de três anos. A lei explicita que estas medidas são somente aplicáveis diante de circunstâncias excepcionais, e a decisão pelo internamento deverá ocorrer como última alternativa (BRASIL, 1990).

Segundo Volpi (2006), as medidas socioeducativas são aplicadas e operadas de acordo com as características da infração, circunstâncias sociofamiliares e disponibilidade de programas e serviços em nível municipal, regional e estadual. Dessa forma, não pode ser apenas uma punição em relação ao ato infracional cometido pelo adolescente, mas precisa contribuir para o seu desenvolvimento como pessoa e como cidadão.

Dessa forma, para a aplicação das medidas, o Estatuto da Criança e do Adolescente determina que sejam observadas as capacidades do adolescente para cumpri-las, as circunstâncias e a gravidade da infração (BRASIL, 1990).

Nota-se que a passagem da doutrina da situação irregular para a de proteção integral representou avanços na política de atendimento ao adolescente em conflito com a lei. Ao propor a criação de um sistema que contemple respostas à criminalidade infanto-juvenil e à condição fundamental de sujeito de direitos, o ECA permitiu avanços necessários para o enfrentamento e a superação do ato

infracional, embora o olhar assistencialista e as práticas autoritárias e arbitrárias continuem persistindo na sociedade e nas práticas de atendimento.

Miyagui (2008) aponta que, mesmo após a doutrina de proteção integral, muitas crianças e adolescentes continuam em situação de vulnerabilidade e sem seus direitos garantidos. A autora enfatiza ainda, que no campo das políticas sociais há muito a fazer para que se criem condições de enfrentamento e de superação dessa vulnerabilidade.

A questão do adolescente em conflito com a lei, em alguns momentos, sofre uma invisibilidade como questão social. Volpi (2001) reflete que a segurança é entendida como uma fórmula mágica de proteger a sociedade da violência produzida por desajustados sociais que precisam ser afastados para serem recuperados. Reconhecer no agressor um cidadão parece ser um exercício complexo, pois é difícil para o senso comum unir a ideia de segurança e cidadania. Os adolescentes em conflito com a lei não encontram eco para a defesa dos seus direitos como cidadãos, pois, pelo fato de terem praticado um ato infracional, são desqualificados como adolescentes e rotulados de infratores, delinquentes, perigosos e outros adjetivos estigmatizantes que constituem uma face da violência simbólica.

Considerado marginal, delinquente e irrecuperável, o jovem continua sendo objeto e não sujeito de direitos. Nesta perspectiva, as mudanças devem ser para além daquelas de ordem jurídica, precisam ser articuladas ações que envolvam o Estado, a família e a sociedade no compromisso socioeducativo (MIYAGUI, 2008).

Rizzini (2005) destaca que o perfil do adolescente que comete ato infracional remonta com frequência a situação de pobreza e falta de oportunidade, como acesso a recursos que poderiam garantir o desenvolvimento de suas potencialidades. Sendo assim, estes aspectos estão presentes e são anteriores ao cometimento do ato infracional, como a falta de acesso a seus direitos básicos e a condições sociais que o promovam no sentido de humanização e emancipação.

Assim, como ressalta Zamora (2008), o que é posto pela Lei demora a provocar mudanças nas práticas repressivas históricas internalizadas por considerável parte do corpo social. A questão do adolescente em conflito com a lei e do sistema socioeducativo denuncia o conflito entre a doutrina de proteção e os restos da doutrina de situação irregular, vinda dos antigos paradigmas dos códigos de menores.

Nesse contexto, verifica-se a criação de novas políticas públicas, como a criação do SINASE, sigla utilizada para designar o Sistema Nacional de Atendimento

Socioeducativo, destinado a regulamentar a forma como o Poder Público, por seus mais diversos órgãos e agentes, deverá prestar o atendimento especializado, ao qual o adolescente autor de ato infracional tem direito (BRASIL, 2006).

O SINASE foi originalmente instituído pela Resolução nº 119/2006, do Conselho Nacional dos Direitos da Criança e do Adolescente (CONANDA), e em seguida aprovado pela Lei nº 12.594, de 18 de janeiro de 2012, trazendo uma série de inovações no que diz respeito à aplicação e execução de medidas socioeducativas a adolescentes autores de ato infracional, dispondo desde a parte conceitual até o financiamento do sistema socioeducativo.

O objetivo do SINASE é fornecer maior parâmetro para aplicação das medidas, e reafirmar a diretriz do Estatuto da Criança e do Adolescente sobre a natureza pedagógica da medida socioeducativa. O SINASE traz como diretriz criar condições possíveis para que o adolescente em conflito com a lei deixe de ser considerado um problema, para ser compreendido como uma prioridade social em nosso País.

Com o advento da Lei nº 12.594/2012 (BRASIL, 2012), passa a ser obrigatória a elaboração e a implementação nas três esferas de governo, dos chamados “Planos de Atendimento Socioeducativo” com a oferta de programas destinados à execução das medidas socioeducativas em meio aberto de responsabilidade dos Municípios, e privativas de liberdade sob a responsabilidade dos Estados, além da previsão de intervenções específicas junto às famílias dos adolescentes.

Dentro das diretrizes do SINASE propõe-se a efetiva implementação de uma política pública especificamente destinada ao atendimento de adolescentes autores de ato infracional e suas respectivas famílias, que ofereça alternativas de abordagem e atendimento junto aos mais diversos órgãos e equipamentos públicos. O SINASE deve assim constituir-se em uma política pública em interface com os sistemas estaduais, distritais e municipais, e com as políticas de educação, saúde, trabalho, previdência social, assistência social, cultura, esporte, lazer, segurança pública e outras, e com programas destinados a concretizar a proteção integral dos adolescentes em conflito com a lei (BRASIL, 2006).

Foi criada, também, a obrigatoriedade de elaboração e execução do Plano Individual de Atendimento (PIA), sendo considerado um dos objetivos das medidas socioeducativas. O objetivo principal do PIA é a personalização do atendimento ao jovem em conflito com a lei, o qual se configura como uma ferramenta indispensável

para evolução pessoal e social do adolescente, sendo utilizada para construção de metas e compromissos junto ao adolescente e sua família, que são estabelecidas no decorrer da medida e adequação às necessidades do adolescente e sua família e como ponto central da estruturação da execução da medida socioeducativa.

A Lei nº 12.594/2012 (BRASIL, 2012) prevê que deve estar incluso no PIA momentos de intervenção diferenciados pelas várias áreas que atendem os adolescentes, iniciando-se pelo processo de acolhimento e dando continuidade ao mesmo durante todo o transcorrer da medida. Estas intervenções devem ser feitas por equipe multiprofissional e interdisciplinar, a considerar as dimensões sociais e coletivas, bem como os aspectos do cotidiano e contexto de cada adolescente e família, com o objetivo de fortalecer as potencialidades e sua capacidade de enfrentamento de dificuldades, proporcionando, assim, maior concretude em relação a seu processo socioeducativo.

Está previsto que, além disso, a elaboração, o acompanhamento e a avaliação do PIA incluem discussões permanentes em encontros periódicos, quinzenais e ou quando necessário com a equipe de referência do adolescente e sua família. Deste modo, o PIA deverá estar sempre sujeito a reformulação de acordo com o processo evolutivo do adolescente ou quando forem necessárias, por demanda do adolescente, dos familiares ou dos profissionais responsáveis pelo atendimento. O SINASE também orienta para a articulação das políticas intersetoriais em nível local e a constituição de redes de apoio nas comunidades.

Conforme destacado, as políticas públicas para a criança e o adolescente, bem como a política pública destinada ao adolescente em conflito com a lei, tiveram grandes avanços legais e conceituais. Entretanto, é importante avaliar os seus reais progressos, no sentido de uma política baseada numa visão social inovadora, que considera a dimensão ética de inclusão e proteção com o objetivo de lidar com as vulnerabilidades e potencialidades dessa parcela da população (CONSTANTINO; PEREZ; SILVA, 2010).

Por políticas públicas entende-se um conjunto de normas e leis estabelecidas pelo Estado que tem como objetivo principal garantir condições básicas de desenvolvimento a determinado segmento da população e, ao mesmo tempo, criar condições para que participem ativamente da sociedade. Entre estas, o foco da presente pesquisa será sobre o Plano Individual de Atendimento (PIA) que, de acordo com o SINASE, deve ser realizado durante o cumprimento das medidas

socioeducativas que, neste caso, incidirá sobre as medidas de Prestação de Serviço à Comunidade (PSC) e Liberdade Assistida (LA), conforme Lei nº 8.069/1990 (BRASIL, 1990), prevista no ECA.

Em razão da amplitude das políticas públicas, especificamente a que inclui o PIA, que abrange o campo individual, institucional, familiar e social, acredita-se que os fundamentos teóricos da Psicologia Sócio-Histórica têm se mostrado um referencial apropriado para lidar com as questões que envolvem as dimensões objetivas e subjetivas presentes nesse campo de estudos.

Conforme define Bock (2007), o homem é compreendido como um ser social e histórico, constituído nos seus movimentos e na sua história, nas e pelas relações interpessoais. A concepção de adolescência deve ser compreendida dentro da gênese histórica e de seu desenvolvimento, e como uma construção social com repercussões na subjetividade. “Não há uma adolescência, enquanto possibilidade de ser; há uma adolescência enquanto significado social [...]” (BOCK, 2007, p. 70).

Na ótica da Psicologia Sócio-Histórica a adolescência é um período importante no desenvolvimento, e não é compreendida como uma etapa natural do desenvolvimento humano como postulado pelas teorias naturalistas e universais, mas como fenômeno construído com base em aspectos sociais, históricos e culturais e, sobretudo, em aspectos do desenvolvimento.

Com base nesta visão de homem, para se conceber o sujeito é preciso considerar as suas relações, pois, por intermédio delas é que acontecem as apropriações dos bens culturais necessários à humanização, mediante a realização de práticas mediadoras que priorizam o desenvolvimento das potencialidades do sujeito, não de forma mecanizada, mas como um processo de construção no qual o sujeito desempenha um papel ativo e, sobretudo, interativo (CONSTANTINO; ROSSATO, 2014).

As relações indivíduo-sociedade, tendo em vista o processo de apropriação da humanização, como coloca Oliveira (2005), deve ser compreendida na perspectiva do homem histórico-social e sua relação com o gênero humano “relação indivíduo-genericidade”, em que ocorrerá a apropriação pelo indivíduo das objetivações humanas, objetivações genéricas, num dado momento histórico. A análise dessas relações nos remete à questão da relação dialética singular-particular-universal, que detalharemos no capítulo dois.

Segundo Gonçalves (2010), a construção social das políticas públicas para adolescência na contemporaneidade deve visar a superação das desigualdades sociais, à luz dos novos paradigmas que vêm se forjando em novo campo de disciplinas. Essas novas visões devem compreender o adolescente como sujeito ativo, como participante do processo de construção social, para que, assim, as mudanças mais significativas possam ser produzidas.

Neste sentido, as políticas públicas sociais deveriam representar um espaço de promoção de direitos, na direção da superação das desigualdades sociais. As condições históricas de nossa sociedade implicam subjetividades diferentes que, na sua constituição, decorrem de vários processos multideterminados que devem ser considerados. Sendo assim, não podemos ter como referência de que determinadas diretrizes políticas, de ação e intervenções sejam válidas e aplicáveis a todos os indivíduos, pois visões universais, naturalizadas e padronizadas sobre os indivíduos não retratam a realidade com a qual se lida no campo das políticas públicas (GONÇALVES, 2010).

Diante das colocações acima, as políticas públicas sociais precisam considerar a realidade brasileira e as condições objetivas em que vive atualmente grande parte dos jovens e adolescentes, submetidos a contextos marcados pela violência, desigualdade social, vulnerabilidade e falta de expectativas de futuro. Dessa forma, compreendemos que a presente pesquisa poderá produzir conhecimentos científicos que possam ser utilizados a fim de trazer proposições para a área das medidas socioeducativas, programas e políticas públicas voltadas ao atendimento dos adolescentes em conflito com a lei e suas famílias.

A proposta inicial da presente pesquisa originou-se, por um lado, de experiências profissionais atuando no campo das políticas públicas e de garantia de direitos das crianças e adolescentes, em específico com o acompanhamento de adolescentes em cumprimento de medidas socioeducativas em estágio realizado durante a Graduação em Psicologia. De outra parte, decorre de reflexões e estudos realizados na Graduação em Psicologia e Pós-Graduação, a prática levou à pesquisa, como molas propulsoras e geradoras de reflexões, emergindo, assim, a necessidade de pesquisas na área, a fim de promover proposições neste campo e temática que ainda têm pouca visibilidade. Entre as reflexões encontramos a necessidade de estudar o Plano Individual de Atendimento (PIA) disponibilizado pelo

Sistema Nacional de Socioeducação (SINASE) como um dos objetivos das medidas socioeducativas e como forma de garantia de direitos para os adolescentes.

Ante o exposto, a presente pesquisa tem como **objetivo geral** analisar o processo de construção do Plano Individual de Atendimento (PIA) realizado pelos profissionais envolvidos no cumprimento das medidas socioeducativas de Prestação de Serviço à Comunidade (PSC) e Liberdade Assistida (LA), e o significado e sentido que esses profissionais atribuem ao referido Plano. Como **objetivos específicos**, pretendemos compreender as etapas específicas do processo de construção do PIA pelos profissionais, identificando a sua forma de atuação e como consideram a participação do adolescente e da família nesse processo. Além disto, visamos, finalmente, indicar as contribuições e os desafios do PIA para a efetivação dos objetivos das medidas socioeducativas e para o processo de desenvolvimento e formação do sujeito.

Para alcançar os objetivos propostos, estruturamos este trabalho em cinco capítulos. Como temática do capítulo um propomos, de forma mais específica, a compreensão das medidas socioeducativas, analisando algumas transições dessa política pública, destacando as legislações e preceitos que a orientam atualmente, tais como o Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA), o Sistema Nacional de Atendimento Socioeducativo (SINASE), o Plano Individual de Atendimento (PIA) e suas especificidades, o qual é foco de análise deste estudo.

No capítulo dois abordamos os fundamentos teóricos na perspectiva da Psicologia Sócio-Histórica, resgatando conceitos e categorias que possibilitam a melhor compreensão da constituição de sujeito nesta teoria. E também apresentamos como é compreendida a adolescência na perspectiva da Psicologia Sócio-Histórica e suas contribuições.

Expomos, no capítulo três, os recursos metodológicos que nortearam a execução desta pesquisa, indicando onde e como a presente investigação foi realizada, o contexto institucional, a população-alvo, os instrumentos de coleta dos dados e os procedimentos de análise dos dados.

No capítulo quatro apresentamos a análise e interpretação dos resultados obtidos mediante a estratégia de “definição de núcleos de significação” proposta por Aguiar e Ozella (2013), a qual objetiva apreender os significados e sentidos que constituem o conteúdo do discurso dos sujeitos participantes.

Por fim, nas Considerações Finais, realizamos uma análise internúcleos, na qual propomos uma discussão, alicerçada teoricamente e engendrada em questões proeminentes das análises dos núcleos construídos com base nos elementos do processo de construção do Plano Individual de Atendimento (PIA).

1 PANORAMA HISTÓRICO DAS MEDIDAS SOCIOEDUCATIVAS

O presente capítulo pretende abordar a temática que envolve as medidas socioeducativas, tendo como eixos norteadores os antecedentes históricos e o contexto social que deram origem a estas medidas. Primeiramente, apresentaremos um breve histórico das Políticas Públicas de atendimento ao adolescente em conflito com a lei, aspecto este de extrema relevância para contextualizar os momentos importantes na criação de leis e políticas públicas para este público, que afetam e normatizam a forma de atuação e relação social com a temática. A seguir, abordaremos os principais aspectos anunciados no Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA) e no Sistema Nacional de Socioeducação (SINASE), que hoje orientam a aplicação das mesmas.

1.1 Histórico das Políticas Públicas de atendimento ao adolescente em conflito com a lei: Caráter penal indiferenciado e Código de Menores

No que se refere à questão que envolve a prática de atos infracionais por adolescentes, Volpi (2001) verifica que o tema, enquanto objeto de preocupação jurídica e social, não tinha uma abordagem específica até o século XIX, pois o direito fazia poucas distinções em relação a réus, delitos e penas. A formalização da questão inicia-se a partir de uma primeira etapa, chamada caráter penal indiferenciado, que no Brasil se deu em 1890 por meio do primeiro Código Penal da República, que só não considerava criminosos os menores de nove anos completos ou aqueles que, sendo maiores de nove e menores de catorze anos, houvessem agido sem discernimento. O critério para a determinação da responsabilidade da criança ou do adolescente sobre o delito era então baseado no discernimento e sua consciência em relação à prática criminosa. O autor retrata, ainda, que diante da inexistência de instituições especializadas para o atendimento dos menores de idade, quando condenados eram inseridos no sistema carcerário dos adultos, sofrendo os abusos decorrentes dessa promiscuidade.

De acordo com Volpi (2001), em 1902, é proposto no Brasil por Mello Mattos um Projeto de Proteção ao Menor que é transformado em Lei no ano de 1926, e em 12.10.1927 foi promulgado o primeiro Código dos Menores, dando início à etapa tutelar, cujo conteúdo revela de forma unívoca como se transformou a criança

vítima, infratora, ou negligenciada em uma única categoria: menores abandonados. Por sua vez, o Novo Código de Menores, em vigor de 1979 a 1990, ampliou e modificou os dispositivos legais, mas manteve a base ideológica que deu origem a um Código reformado e que se constituiu em peça jurídica mais contundente de explicitações da divisão de infância por categorias arbitrárias e excludentes.

Na perspectiva de Xaud (1999), a doutrina jurídica da situação irregular, praticada de 1927 a 1990 pelo sistema de Justiça Brasileiro, se refere a um velho pensar, que trazia uma categoria sociologicamente indefinida: menores em situação irregular. E, embora só tenha sido sistematizada em 1979, desde 1927 já se observa, na prática, a indefinição entre demanda jurídica e demanda social.

Com discurso da “proteção” a “estes irregulares”, misturou-se num mesmo espaço físico todos os tipos de menores e mais, tratou-se como caso de Justiça os abandonados, os vitimados, os carentes etc. Esta prática, que não guarda qualquer semelhança com o Direito Moderno, levou a distorções que terminaram por fazer do Juiz um administrador e controlador social. (XAUD, 1999, p. 89).

De acordo com Saraiva (1999), a chamada situação irregular fazia referência a todas as crianças e adolescentes que não se ajustavam ao padrão estabelecido. A partir desta ideologia, os menores tornavam-se interesse do direito especial quando apresentavam uma “patologia social”, e a declaração de situação irregular poderia derivar tanto de sua conduta pessoal (casos de desvio de conduta), como da família (maus tratos) ou da própria sociedade (abandono).

Daí a ideia dos grandes institutos para “menores”, até hoje presentes em alguns setores da cultura nacional, onde muitas vezes misturavam-se infratores e abandonados, vitimizados por abandono e maus tratos com autores de conduta infracional, partindo do pressuposto de que todos estariam na mesma condição, estariam em “situação irregular”. (SARAIVA, 1999, p. 17).

Xaud (1999) salienta que estas instituições tornaram-se verdadeiros depósitos humanos, e que acabavam mais por desenvolver e aperfeiçoar condutas antissociais do que propriamente proteger e reinserir socialmente, uma vez que seu funcionamento diferia muito pouco das prisões convencionais. De forma discriminativa, estas instituições serviam também para esconder dos olhos da sociedade aqueles que ela não assume como seus.

A esse respeito, podemos entender, também com Coimbra e Nascimento (2003), que o Código Mello Mattos surge como porta-voz de um momento histórico, no qual o Brasil começa a fortalecer o que foi chamado de movimento higienista, com forte ação disciplinadora aos pobres. Surgia, assim, uma preocupação com a infância e a juventude, no sentido de manter suas virtualidades sob o controle permanente, visto o risco de, num futuro próximo, essas virem a compor as supostas “classes perigosas”. Portanto, o terreno era fértil para o fortalecimento de sistemas disciplinadores, que tinham como objetivo instaurar uma suposta moralidade aos jovens pobres carentes.

Ainda sobre as peculiaridades dessas instituições, Bueno (2009) expõe que, desde o início da República brasileira, a instalação de institutos disciplinares utilizava a imposição do trabalho como pena e remédio, com o intuito de direcionar os jovens ociosos para uma adaptação à moral do trabalho, a fim de suprir a carência que levava a se tornarem vadios e delinquentes. E se em um primeiro momento a República priorizava as instituições privadas e caritativas, o nível da filantropia foi sendo ultrapassado e elevado à dimensão de um problema de Estado. No entanto, para o autor, o nascimento de uma política pública destinada a estes adolescentes não deixou de se basear nas mesmas fórmulas, ainda que assumida por um novo saber técnico:

Esse último documento legal associou a “situação irregular” ao estado de patologia social ampla para justificar a necessidade de crianças e adolescentes permanecerem sob ‘o controle rígido de um conjunto de normas jurídicas’. O documento legal em questão adotou formas homogêneas de tratamento ao afirmar que abandonados, desvalidos materiais, carentes, vitimizados, perigosos morais, órfãos e autores de atos infracionais encontravam-se em situação irregular. O estatuto em análise fortaleceu o poder do juiz, não mencionou os direitos juvenis e permitiu que ‘o menor em situação irregular’ fosse processado sem direito à defesa. Ou seja, identificou o adolescente não como pessoa, mas como alguém que devia ser tutelado. (BUENO, 2009, p. 91-92).

Quando Coimbra e Nascimento (2003) analisaram as práticas profissionais nos processos do Juizado de Menores, durante o período da ditadura militar no Brasil, encontraram o higienismo e a doutrina de segurança nacional orientando as práticas técnicas, em especial a do Assistente Social, o profissional mais atuante nesse período. Até 1990, todos os técnicos se pautavam pelo princípio da “situação irregular”, colocando no terreno da imoralidade, anormalidade e patologia os modos

de vida das famílias pobres, justificando a intervenção do Estado, Brito (2000, p. 117) reforça esse ponto:

Em meados do século XX, passa-se à visão de que os delinquentes juvenis precisariam de ajuda clínico-terapêutica para se afastarem da prática de delitos, agora se entendendo que as causas desse problema deveriam ser combatidas por equipe multidisciplinar, na indicação de tratamento individualizado das patologias infanto-juvenis. No Brasil, essa compreensão aparece expressa no Novo Código de Menores de 1979.

Violante (1984 apud BRITO, 2012) em pesquisa realizada na Fundação Estadual do Bem Estar do Menor (FEBEM), no estado de São Paulo, retrata também esta realidade, e pontua que as normas que regiam esta instituição eram alicerçadas por uma estratégia de adestramento apenas, e a reabilitação dos adolescentes era avaliada pela equipe baseando-se no aspecto de incorporação das normas da unidade por parte do jovem, onde não havia questionamentos pela equipe sobre o que era oferecido aos jovens ou sobre as condições postas na internação.

Dessa forma, estas instituições vieram, ao longo do tempo, inviabilizando-se como instituições promotoras de crescimento e desenvolvimento pessoal e social, sendo antes uma escola de aperfeiçoamento da delinquência, ao estabelecer um ciclo vicioso e perverso entre pobreza e marginalidade, uma vez que os pobres eram presas mais fáceis do sistema (XAUD, 1999).

Diante desse cenário, segundo Volpi (2001), houve um amplo movimento social que tinha como desafio alterar o panorama legal quanto à política social brasileira de atendimento à criança e ao adolescente marginalizado. Iniciou-se, assim, um processo intenso de articulações, que teve um ponto alto na Constituinte em 1988, quando se obteve a primeira vitória com a inserção na Constituição Federal do art. 227, baseado na Doutrina da Proteção Integral, originada na proposta de Convenção Internacional sobre os Direitos da Criança da ONU. O autor ainda destaca que, antes mesmo de ser aprovada a Convenção pela ONU (1989), o Brasil já o havia contemplado em sua Constituição a Doutrina da Proteção Integral.

Portanto, no plano legislativo, a Constituição de 1988 traz a superação da Doutrina da Situação Irregular, com a responsabilização da família, sociedade e Estado pelos direitos das crianças e adolescentes (BUENO, 2009). A década de 1990 começa com o surgimento do Estatuto da Criança e do Adolescente – Lei nº 8.069/1990 –, que regulamenta as previsões legais da nova Constituição Cidadã, e

que traz os princípios da Convenção da ONU sobre a doutrina de Proteção Integral à Criança e ao Adolescente.

1.2 Reorientação na política de atendimento: o Estatuto da Criança e do Adolescente e a Doutrina de Proteção Integral

Os três princípios fundamentais da Convenção Internacional que representam a base da Doutrina de Proteção Integral são: o conceito de criança e adolescente como sujeito de direitos; o princípio do interesse superior da criança e do adolescente, isto é, que os direitos dos mesmos devem estar acima de qualquer outro interesse da sociedade; e o princípio da indivisibilidade dos direitos da criança e do adolescente, ou seja, não se trata de assegurar apenas alguns direitos e sim todos (VOLPI, 2001).

Após aprovada a Constituição Brasileira, começa o processo de regulamentação através de Legislação Complementar. Derruba-se o Código de Menores, escreve-se “a mil mãos” o Estatuto da Criança e do Adolescente. Repudia-se o termo “menor” de caráter estigmatizante e discriminador; muda-se a concepção de infância e adolescência entendendo-os cidadãos, sujeitos de direitos, que precisam ser considerados como pessoas em desenvolvimento e tratados como prioridade absoluta. (VOLPI, 2001, p. 32).

Ainda segundo Volpi (2001), a história brasileira do atendimento aos direitos da criança e do adolescente a partir desse acontecimento histórico passa a ser dividida entre antes e depois do Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA). Sendo assim, equivale à passagem de uma Doutrina da Situação Irregular à Doutrina das Nações Unidas – Proteção Integral dos Direitos da Criança e do Adolescente.

O reconhecimento pela sociedade moderna de que a criança e o adolescente são detentores de direitos inalienáveis é marcado por ser fruto de um processo de lutas que a história registra desde seus primórdios, e que com a incorporação da dimensão legal provocou mudanças significativas, deslocando o eixo do pensar e fazer (XAUD, 1999).

Volpi (2001) destaca que o ECA passa a conceituar o adolescente como sujeito de direitos; pessoa em desenvolvimento cujas garantias devem ser asseguradas com prioridade absoluta, ao contrário de conceitos e ideias que o viam como vítima e/ou agressor, muitas vezes implícitas nas práticas sociais dos que deveriam fazer dele sujeito de direitos.

No que se refere ao adolescente em conflito com a lei, Colpani (2003) define que por meio da nova legislação, ele é responsabilizado, de maneira pedagógica e retributiva, pelas medidas socioeducativas que são aplicadas aos adolescentes de 12 a 18 anos que cometeram algum ato infracional. A Estatuto ainda determina que seja observada a capacidade do adolescente para cumprir a medida, as circunstâncias e a gravidade da infração (BRASIL, 1990).

Um elemento importante é trazido por Volpi (2001) e reflete sobre as expressões utilizadas ainda em nossa sociedade, como por exemplo: “adolescente infrator”, cujo uso imprime um estigma irremovível, tornando o adjetivo infrator mais importante que o substantivo, em detrimento da expressão adolescente em conflito com a lei ou adolescente autor de ato infracional, por apresentar uma circunstância de vida e não uma categoria valorativa. A prática de ato infracional não deveria ser incorporada como inerente à identidade do adolescente, mas como conduta relacionada a uma circunstância de vida que pode ser modificada.

Neste sentido, para Volpi (2001), a segurança é entendida como uma fórmula mágica de proteger a sociedade da violência produzida por desajustados sociais que precisam ser afastados para serem recuperados, e reconhecer no agressor um cidadão parece ser um exercício difícil, pois não é fácil para o senso comum unir a ideia de segurança e cidadania. Desse modo, os adolescentes em conflito com a lei podem não encontrar eco para a defesa dos seus direitos como cidadão, uma vez que, por terem praticado um ato infracional, são desqualificados como adolescentes e rotulados de infratores, delinquentes, perigosos e outros adjetivos estigmatizantes que constituem uma face da violência simbólica.

Assim, se o adolescente é considerado marginal, delinquente e irrecuperável, o jovem continua sendo objeto e não sujeito de direitos. A questão ainda é vista como apenas problema do Estado, e não como problema de todos, da família, da sociedade e do Estado (MIYAGUI, 2008).

A passagem da doutrina da situação irregular para a de proteção integral, para Miyagui (2008), representou avanços na política de atendimento ao adolescente em conflito com a lei, ao propor a criação de um sistema que contemple respostas à criminalidade infantojuvenil e à condição fundamental de sujeito de direitos. Segundo a autora, o ECA permitiu avanços necessários para o enfrentamento e superação do ato infracional, embora o olhar assistencialista e as

práticas autoritárias e arbitrárias continuem persistindo na sociedade e nas práticas de atendimento.

Para Zamora (2008), o que é determinado pela Lei demora a mudar nas práticas repressivas históricas assimiladas por considerável parte do corpo social, na medida em que as questões do jovem em conflito com a lei e do sistema socioeducativo denunciam o conflito entre a doutrina de proteção e os restos da doutrina de situação irregular, advinda dos antigos paradigmas dos códigos de menores. Portanto, não houve ainda uma superação real do antigo paradigma e aplicação da nova política, especialmente no âmbito das medidas socioeducativas, vivemos ainda um conflito e tensão entre a proteção integral e os resíduos da situação irregular, pois não houve ainda uma superação no sentido da aplicação da nova política de forma integral e da forma como se idealiza materializar.

Miyagui (2008) observa que, mesmo após a doutrina de proteção integral, a criança e o adolescente continuam em situação de vulnerabilidade social. A autora enfatiza ainda que no campo das políticas sociais há muito a fazer para que se criem condições de enfrentamento e de superação dessa vulnerabilidade. Neste aspecto, Endo (2007) reflete que o Estatuto da Criança e do Adolescente é uma conquista extraordinária e frágil, pois mal foi aplicado em sua íntegra e fileiras se formam para derrubá-lo, e que nesse momento histórico devemos protegê-los com as duas mãos perante os que querem derrotar a vitória imensa da sociedade civil organizada que fez despertar, pela primeira vez, a perspectiva de um futuro cidadão para as crianças e para os adolescentes brasileiros.

Conforme pontuam também Silva e Oliveira (2015), a atual conjuntura das políticas públicas destinadas aos adolescentes revela que muitas crianças e adolescentes no Brasil não têm seus direitos garantidos, embora sejam mencionados na Constituição, em seu art. 227, a qual reconhece também a responsabilidade conjunta da família, do Estado e da sociedade para com a infância e adolescência. Como apresentado no art. 227 da Constituição:

É dever da família, da sociedade e do Estado assegurar à criança, ao adolescente e ao jovem com absoluta prioridade, o direito à vida, à saúde, à alimentação, à educação, ao lazer, à profissionalização, à cultura, à dignidade, ao respeito, à liberdade e à convivência familiar e comunitária, além de colocá-los a salvo de toda forma de negligência, discriminação, exploração, violência, crueldade e opressão. (BRASIL, 1988).

Como retrata o Fundo das Nações Unidas para a Infância - UNICEF (2015), o Brasil adotou o ECA propondo avanços na legislação e nas práticas direcionadas às crianças e adolescentes, entretanto, tais avanços ainda não alcançaram a todos e nem todas as áreas, o que mostra a necessidade de avaliarmos a atenção dada à aplicação da legislação à população-alvo.

Nessa esteira de reflexões, Silva e Oliveira (2015) afirmam que a desigualdade social é a circunstância de maior importância para a vulnerabilidade e a privação de direitos que potencializam o sofrimento de jovens pobres, defendendo que é necessário apontar as fragilidades sociais e de renda, evidenciando a dívida social do Estado e da Sociedade com essa juventude, em especial os jovens em conflito com a lei, que poderiam ter outro caminho, caso a proteção social garantida pela Constituição e pelo ECA houvessem sido efetivados. Segundo os autores, a pobreza e a desigualdade social potencializam a vulnerabilidade social desses jovens.

Segundo Paulilo e Dal Bello (2002), o conceito de vulnerabilidade provém da discussão sobre Direitos Humanos e associava-se à defesa dos direitos de cidadania de grupos ou indivíduos fragilizados politicamente, sendo a vulnerabilidade classificada em três níveis:

O eixo social inclui condições sociais e econômicas, acesso à informação, à educação, à assistência social e à saúde, a garantia de respeito aos direitos humanos e a situação sócio-política e cultural do indivíduo. O eixo programático ou institucional associa-se a programas voltados especificamente para a prevenção, controle e assistência aos portadores de HIV/aids. O eixo individual refere-se ao acesso a recursos que possibilitam a adoção de comportamentos seguros ou, ao contrário, que possibilitem a infecção pelo HIV. Este último eixo está intrinsecamente relacionado com os eixos social e programático. (PAULILO; DAL BELLO, 2002).

Silva e Oliveira (2015) pontuam também que adolescentes são naturalmente vulneráveis pelas características intrínsecas à idade e quando contrastadas com as condições sociais, econômicas e culturais que os jovens vivenciam, como o ambiente no qual estão inseridos e o acesso a políticas públicas, aumenta-se a suscetibilidade aos riscos, como a violência.

Um retrato sobre a atual situação de vulnerabilidade pode ser também comprovado pelos dados do Índice de Homicídios na Adolescência - IHA (BORGES; CANO, 2014) produzidos com base nos dados de 2012, que estimam que mais de 42 mil adolescentes entre 12 e 18 anos poderão ser vítimas de assassinato nas

grandes cidades brasileiras entre os anos de 2013 e 2019. Atualmente, os homicídios representam 36,5% das causas de morte dos adolescentes, ao passo que para a população total correspondem a 4,8%. Importante apontar, que para a elaboração do IHA foram analisados 288 municípios brasileiros com mais de 100 mil habitantes, e o levantamento teve como fonte de dados os censos 2000 e 2010, do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), e o Sistema de Informações sobre Mortalidade, do Ministério da Saúde.

Em relação ao perfil dos adolescentes expostos a maior vulnerabilidade, o IHA revela que fatores como raça, gênero, idade e território são fatores que aumentam as chances de um adolescente ser vítima de homicídios. O estudo revela que a possibilidade de jovens negros serem assassinados é 2,96 vezes superior do que os brancos, e que adolescentes do sexo masculino apresentam um risco 11,92 vezes superior ao das meninas. Outro fator apontado é que a maioria dos homicídios é cometida com arma de fogo. E, de acordo com o *Mapa da violência 2014* (WAISELFISZ, 2014), em 2012 houve 473 mortes violentas de meninos entre 10 e 14 anos, e 9.295 adolescentes e jovens com idades entre 15 e 19 anos foram assassinados no Brasil, o que equivale a 28 mortes por dia.

Estes dados e aspectos que traduzem a fragilidade da efetivação dos direitos fundamentais previstos no Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA), e no que se refere a campos das medidas socioeducativas, Frasseto et al. (2012) indicam que, até meados do ano de 2000, pouco havia sido concretizado na área de atendimento aos adolescentes em conflito com a lei, com a finalidade de colocar em prática um projeto estatutário, e que as medidas privativas de liberdade eram executadas em condições insalubres e as medidas em meio aberto eram ainda oferecidas de forma errática pelo Estado e com pouca integração da rede.

Os autores supramencionados destacam, ainda, que mesmo depois de muitos anos de vigência do ECA se apresentava no cenário das medidas socioeducativas a necessidade de maior aperfeiçoamento, um dos pontos seria: a necessidade de maior disponibilização de recursos para a área; aperfeiçoamento da gestão dos programas e políticas; melhoria no atendimento e intervenção socioeducativa; e melhor detalhamento legal e regulamentação do processo de execução das medidas.

Estas necessidades estão de acordo ao que apresenta Gonçalves (2005), que após a promulgação do Estatuto outro embate teve e tem lugar, que é analisar, por intermédio dos princípios, como a criação de políticas, programas e ações concretas vem sendo efetivada. A autora defende que a lei e seus princípios exigem tradução

política, para que exista efetiva existência no campo social. Podemos analisar, assim, que o ECA ampara um passo importante na evolução das políticas públicas para a criança e o adolescente, porém, é importante considerar que somente a legislação não garante uma efetiva aplicação.

Diante dos aspectos elencados, apresentaremos outro marco que veio ao encontro da crise vivenciada principalmente no campo de aplicação e execução das medidas socioeducativas, referente à criação e implementação do SINASE, que foi criado para garantir a regulação da execução das medidas.

1.3 SINASE: Sistema Nacional de Atendimento Socioeducativo

O Sistema Nacional de Atendimento Socioeducativo - SINASE (BRASIL, 2006) foi apresentado no ano de 2006 por meio da Resolução nº 119/2006, do Conselho Nacional dos Direitos da Criança e do Adolescente (CONANDA), sob a forma de um documento teórico-operacional que buscava constituir parâmetros e procedimentos na aplicação e execução da política pública específica ao atendimento socioeducativo de adolescentes em conflito com a lei. Resultado de um processo participativo que envolveu diversas entidades e atores institucionais diretamente relacionados com o tema, impunha-se como um avanço importante na materialização dos princípios previstos na Lei nº 8.069/1990: o Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA).

De acordo com Sales (2003), cerca de dez anos após a promulgação do ECA havia pouco comprometimento dos governos locais na implementação da política de Proteção Integral, submetendo as questões relacionadas à infração juvenil à lógica das políticas de Segurança Pública e Justiça. A violência era ostensiva dentro do sistema socioeducativo e as irregularidades eram, muitas vezes, negligenciadas pela gestão no funcionamento das unidades de internação, o que resultava em frequentes rebeliões que, midiaticizadas, chocavam o país.

Conforme o marco situacional apresentado na proposta do SINASE (BRASIL, 2006), a realidade nacional era de déficit de vagas e superlotação, assim como espaços físicos inadequados, revelando a necessidade de reordenamento institucional das unidades de internação, ampliação e municipalização da execução das medidas socioeducativas em meio aberto, capacitação dos atores sociais, ampliação de varas especializadas no Judiciário, entre diversas outras mudanças necessárias.

Segundo o CONANDA (BRASIL, 2006), a adoção da doutrina de proteção integral em substituição ao velho paradigma da situação irregular (Código de menores - Lei nº 6.697/1979) acarretou mudanças com reflexos até mesmo no trato da questão infracional, que representou uma opção pela inclusão social do adolescente em conflito com a lei e não mais um mero objeto de intervenção, como era no passado. Porém, mesmo após a mudança na legislação e mudanças e conquistas em relação ao conteúdo, ao método e à gestão, verificava-se impasses, pois as mudanças ficaram mais nos planos jurídico e político conceitual, e conseqüentemente não chegavam de maneira efetiva aos seus destinatários (BRASIL, 2006).

Visando concretizar os avanços na legislação e contribuir para a efetiva cidadania dos adolescentes em conflito com a lei, no ano de 2004, a Secretaria Especial dos Direitos Humanos (SEDH), por meio da Subsecretaria de Promoção dos Direitos da Criança e do Adolescente (PDCA), em conjunto com o Conselho Nacional dos Direitos da Criança e do Adolescente (CONANDA) e apoio do Fundo das Nações Unidas para Infância (UNICEF), sistematizaram e apresentaram a proposta do Sistema Nacional de Atendimento Socioeducativo - SINASE (BRASIL, 2006).

Em novembro do mesmo ano promoveram um amplo diálogo nacional com aproximadamente 160 atores do SGD, que durante três dias discutiram, aprofundaram e contribuíram de forma imperativa na construção deste documento (SINASE), que se constituirá em um guia na implementação das medidas socioeducativas. (BRASIL, 2006, p. 15).

Assim, pela primeira vez, o SINASE era minuciosamente descrito, com a apresentação dos seus princípios legais, a organização de competências e atribuições das respectivas esferas de governo, os órgãos institucionais responsáveis pela execução de medidas socioeducativas, assim como suas definições técnicas, diretrizes pedagógicas, parâmetros arquitetônicos e recursos humanos mínimos. Portanto, o SINASE tem como premissa básica a necessidade de se constituir parâmetros mais objetivos e procedimentos mais justos, reafirmando a diretriz do Estatuto sobre a natureza pedagógica da medida socioeducativa. A principal diretriz estabelecida pelo SINASE é criar condições possíveis para que o adolescente em conflito com a lei deixe de ser considerado um problema para ser compreendido como uma prioridade social em nosso país (BRASIL, 2006).

O SINASE foi aprovado na assembleia do CONANDA em 13 de julho de 2006 e representou um grande avanço em termos de políticas públicas voltadas para os adolescentes autores de ato infracional. O mesmo constitui-se em um guia na implementação de ação socioeducativa no atendimento ao adolescente que cumpre medida socioeducativa, sejam aquelas em meio aberto sejam as restritivas de liberdade. Portanto, estruturou-se como um instrumento composto por um conjunto ordenado de princípios, regras e critérios, de caráter jurídico, político, pedagógico, financeiro e administrativo, que envolve desde o processo de apuração de ato infracional até a execução de medida socioeducativa. A organização do SINASE está disposta em nove capítulos, e seu principal objetivo é o desenvolvimento de uma ação socioeducativa sustentada nos princípios dos direitos humanos; defendendo a ideia dos alinhamentos conceitual, estratégico e operacional, estruturado, sobretudo, em bases éticas e pedagógicas (BRASIL, 2006).

Sendo assim, o SINASE propôs trazer avanços não só na discussão sobre a temática, mas, principalmente, na efetivação de uma política que contemple os direitos humanos, com o intuito de transformar a problemática realidade atual em oportunidade de mudança. Deve ser compreendido como uma política social de inclusão do adolescente autor de ato infracional que se correlaciona e demanda iniciativas dos diferentes campos das políticas públicas e sociais (BRASIL, 2006).

Na condição de sistema integrado, o SINASE procura articular os três níveis do governo para o melhor desenvolvimento do atendimento socioeducativo ao adolescente, levando em consideração a intersetorialidade e a corresponsabilidade entre a família, o Estado e a sociedade.

Para tanto, o SINASE se orienta pelas normativas nacionais (Constituição Federal e ECA) e internacionais das quais o Brasil é signatário (Convenção da ONU sobre os Direitos da Criança, Sistema Global e Sistema Interamericano dos Direitos Humanos: Regras Mínimas das Nações Unidas para Administração da Justiça Juvenil – Regras de Beijing – Regras Mínimas das Nações Unidas para a Proteção dos Jovens Privados de Liberdade). Dessa forma, é considerado um documento que normatiza como devem atuar as entidades de atendimento que trabalham com os adolescentes autores de ato infracional. O manual compreende desde a forma política de traçar as diretrizes pedagógicas de cada programa de atendimento, como também enumera o quadro de profissionais que deve atuar em conjunto nos programas específicos. Como apresentado, no SINASE, os princípios do

atendimento socioeducativo devem atingir indiscriminadamente todas as medidas socioeducativas.

A partir dessa Resolução de 2006 foram necessários mais seis anos para que o SINASE fosse regulamentado na Lei nº 12.594/2012, superando diversas lacunas normativas presentes desde a promulgação do ECA. Assim, a referida Lei (BRASIL, 2012) confere legitimidade ao SINASE e define princípios e diretrizes gerais, responsabilidades e competências das respectivas esferas governamentais, orientações e definições sobre a execução das medidas socioeducativas tanto em sua dimensão processual quanto na condução do atendimento socioeducativo.

Um dos aspectos importantes inaugurados pela Lei foi que o SINASE previu a exigência da construção de Planos Decenais (nacional, estaduais e municipais) que contenham objetivos, metas, prioridades e formas de financiamento e gestão, tendo em vista não apenas o atendimento direto das entidades aos adolescentes, mas ações intersetoriais articuladas com as diversas políticas públicas, como previsto no ECA. Há, portanto, o reconhecimento da complexidade do fenômeno da adolescência em conflito com a lei, estendendo o campo de atuação socioeducativa e prevendo a necessidade de Políticas Públicas nas áreas de educação, saúde, assistência social, cultura, trabalho e esporte.

Atualmente, como definido pelo conjunto das normatizações garantidas ao longo dos anos, o sistema socioeducativo é executado tanto diretamente sob a responsabilidade do Poder Judiciário (Medidas socioeducativas em meio aberto de Advertência e Reparação de Dano), quanto pelos governos dos respectivos estados (Medidas socioeducativas de privação de liberdade: Internação e Semiliberdade), assim como pelos respectivos Municípios (Medidas em meio aberto de Prestação de Serviços à Comunidade e Liberdade Assistida). Essa distribuição respeita o princípio da municipalização do atendimento, que exige que as práticas de atendimento devam ser prestadas dentro dos limites geográficos dos municípios de residência dos socioeducandos (BRASIL, 2006). Essa exigência é particularmente importante nas medidas de semiliberdade e nas medidas em meio aberto, a fim de permitir que sejam acessados os equipamentos sociais do município, favorecendo a participação do adolescente na comunidade, coerentemente com o exercício da cidadania.

Portanto, as medidas em meio aberto executadas pelo Município devem ser realizadas em Centro de Referência Especializado em Assistência Social (CREAS), o que é tipificado na Resolução nº 109, de 11/11/2009 do Conselho Nacional de

Assistência Social - CNAS (BRASIL, 2009). Segundo o marco situacional do Plano Nacional do Sistema Socioeducativo (BRASIL, 2013), em 2012, um total de 1.561 CREAS executavam o atendimento de adolescentes em cumprimento de medidas socioeducativas em meio aberto nos municípios. E existiam 448 unidades socioeducativas de privação de liberdade no país.

Como apresentado, entre as diretrizes do SINASE, propõe-se a efetiva implementação de uma política pública especificamente destinada ao atendimento de adolescentes autores de ato infracional e suas respectivas famílias, e que ofereça alternativas de abordagem e atendimento junto aos mais diversos órgãos e equipamentos públicos. Neste sentido, deve constituir-se numa política pública em interface com os sistemas estaduais, distritais e municipais e com as políticas de educação, saúde, trabalho, previdência social, assistência social, cultura, esporte, lazer, segurança pública e outras, e com programas destinados a concretizar a proteção integral dos adolescentes em conflito com a lei (BRASIL, 2006).

Entendemos, dessa maneira, que a partir dessas alterações, o SINASE ficará na dependência do funcionamento de outras políticas públicas para assim assegurar a proteção integral ao adolescente, que só poderá ser efetivada em sua integralidade se esta articulação intersetorial ocorrer, para que seja possível oferecer alternativas de atendimento em vários órgãos. Dessa forma, a lei não possui o poder de operar como instrumento solitário e soberano, devendo interagir com diversas instituições, com as práticas sociais e com conjuntos de fatos concretos postos na sociedade. Nesse contexto, Gonçalves (2010) elenca características que uma política pública precisa apresentar:

[...] devem ser democráticas, garantir os direitos sociais básicos, promover a cidadania, contar com a participação dos sujeitos a quem se destinam; devem criar condições para experiências de contatos, relações e vivências diversas, mas que suponham um sujeito capaz de atuar na direção de construir novas alternativas de vida, sempre emancipadoras de sua condição individual e social. (GONÇALVES, 2010, p. 23).

Portanto, observamos que o impasse apresentado dentro do SINASE é a falha na aplicação de sua potência, em especial pela não observação da mediação necessária para sua efetivação, isto é: há a necessidade da garantia de políticas públicas básicas que assegurem direitos dessa população, assim como a implicação, em cada esfera de governo, dos órgãos gerenciais competentes na

construção e execução dos planos socioeducativos, bem como a dedicação dos operadores técnicos do SINASE e das demais políticas. Observamos, assim, a necessidade de apreender o alcance que o SINASE vem trazendo, o que significa examinar os efeitos no plano legal e formal, considerando o que a lei vem assumindo no plano das práticas.

Nesta perspectiva, um relatório com dados elaborado pelo Conselho Nacional de Justiça (CNJ), em 2012, originário de um trabalho de campo, por meio do qual foi mapeado o funcionamento dos centros de internação e das Varas da Infância e da Juventude de todo país, revelou que o modelo de responsabilização de adolescentes previsto no SINASE não está sendo implementado de forma efetiva e que persistem ainda irregularidades como: unidades superlotadas e sem condições de higiene e salubridade; falta de projeto pedagógico; e uso de internação como medida padrão para casos que seriam mais adequados o cumprimento de medidas em meio aberto.

Nessa direção, o texto do Plano Nacional de Atendimento Socioeducativo (BRASIL, 2013, p. 15), defende que:

As causas da violência, como as desigualdades sociais, o racismo, a concentração de renda e a dificuldade ao acesso a políticas públicas, não se resolvem com a adoção de leis penais mais severas e sim através de medidas capazes de romper com a banalização da violência e seu ciclo perverso. São as políticas sociais, em particular na área da Educação, que diminuem o envolvimento dos adolescentes com a violência. Por isso é fundamental reconhecer e reverter a discriminação e as violências (física, psicológica e institucional) a que são submetidos os adolescentes em toda a rede de atendimento, do sistema de justiça até as unidades de internação dos que cumprem medidas socioeducativas.

Desse modo, assinalam a necessidade de aperfeiçoamento no Sistema Socioeducativo e a urgência de implementar de forma integral o modelo previsto na Lei do SINASE. É possível também verificar, por meio desta análise dos dados apresentados, que o ECA, bem como o SINASE, ainda não produziram em sua totalidade os efeitos buscados, pois, como os dados anunciam, muitas crianças e adolescentes ainda vivem com muito dos seus direitos violados, e para que seus direitos sejam efetivados é importante não apenas a efetivação do SINASE, mas também mudanças maiores.

Segundo a UNICEF (2015), quando traça um panorama do cenário atual em que vive o Brasil em relação às medidas socioeducativas, o país vive a ameaça de

retrocessos ocorrerem com as discussões sobre a redução da maioria penal, defendendo que o ECA inaugura um sistema de garantias e responsabilização, se contrapondo à legislação anterior, que pregava o arbítrio e um sistema tutelar. Neste relatório, a UNICEF elenca fatores que requerem consolidação, como: o fortalecimento do SINASE e sua efetiva implementação; ampliação da oferta de medidas socioeducativas em meio aberto, em detrimento das medidas de privação de liberdade que ainda ocorrem em grande número no Brasil; fortalecimento das defensorias públicas; universalização de políticas de inclusão social, garantindo efetivamente a todas as crianças e jovens o direito a educação, saúde, proteção contra violência e negligência, assim como todos os direitos básicos para seu desenvolvimento; e, por fim, investimento em políticas públicas de prevenção.

Por intermédio desta análise verificamos que o SINASE possui a potência de ser um sistema transversalizador, que propõe estratégias socioeducativas desde o atendimento do adolescente até a construção de políticas públicas intersetoriais, que coloquem a juventude no centro das prioridades. Para tanto, é fundamental que os Planos Decenais sejam cumpridos, investidos e financiados pelas esferas gerenciais, conhecidos e aplicados pelos atores do SINASE e do Sistema de Garantia de Direitos, caso contrário, ficarão no plano legal apenas. Portanto, um dos maiores desafios relacionados ao sistema socioeducativo é a materialização do Sistema de Garantia de Direitos, a partir do envolvimento de todos os atores e a consolidação de uma política eminentemente intersetorial e de mudanças na sociedade.

1.4 O SINASE e os desdobramentos na construção do Plano Individual de Atendimento (PIA)

O Plano Individual de Atendimento (PIA) já estava previsto no SINASE, aprovado pelo CONANDA em 2006, e a Lei nº 12.594/2012 instituiu e indicou como fundamental a necessidade de elaboração do Plano Individual de Atendimento (PIA) na efetivação das medidas socioeducativas. Torna-se possível compreendermos, então, que no atendimento no sistema socioeducativo o PIA ocupa lugar central na legislação, a qual o considera dentro dos objetivos das medidas, considerando o documento possuir potencialidade de articular políticas públicas de assistência social, saúde, educação, entre outras. A legislação destaca que a integração social do adolescente e a garantia dos seus direitos individuais e sociais se darão pelo

cumprimento do PIA. Frassetto et al. (2012, p. 38) refletem e problematizam este aspecto e consideram que, em face desses objetivos do PIA e do seu destaque na legislação, pode surgir uma expectativa alta diante das possibilidades de um plano de atendimento, e que poderá vir a refletir “[...] debilidades, ausências e dificuldades no sistema de atendimento, das políticas sociais e do próprio adolescente”.

Um dos aspectos problematizados pelos autores supramencionados é a necessidade de que sejam consideradas as condições básicas objetivas dos programas em que se efetivam as medidas, pois, para produzir um bom trabalho, é preciso que se tenha condições básicas para o atendimento, o que muitos municípios ainda não possuem. Requer, ainda, que as equipes sejam capacitadas e apoiadas no processo de elaboração e acompanhamento do PIA; e que os profissionais possam ter tempo e disponibilidade para escuta e construção de ações conjuntas neste processo.

Outro importante elemento a considerar na análise de fatores que envolvem as áreas dentro do processo de construção do PIA é o aspecto da educação escolar, que deve ter grande enfoque no PIA, pois ainda existem índices de baixa escolaridade entre jovens, como retrata dados em nota técnica apresentada pelo Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada - IPEA (SILVA; OLIVEIRA, 2015), entre 1992 e 2013, o número de adolescentes com idade entre 15 e 17 anos frequentando a escola saltou de 59,7% para 84,4%. No entanto, em 2013, o número de adolescentes da mesma faixa etária que cursavam o ensino médio era de apenas 55,2%, um número baixo, ainda que em 2004 fossem ainda menor, apenas 44,2%. Esse retrato expõe a grande defasagem entre a idade e o grau de escolaridade dos adolescentes brasileiros. Cerca de um terço dos adolescentes entre 15 e 17 anos, no Brasil, ainda não haviam completado o ensino fundamental.

Relacionando a escolaridade e a inserção laboral, os autores afirmam que 69,4% dos jovens de 16 e 17 anos que trabalhavam, ainda não haviam completado o nível fundamental de ensino. Praticamente todos os adolescentes de 15 a 17 anos que trabalhavam viviam em famílias muito pobres, e a imensa maioria estava inserida no trabalho informal, sem qualquer proteção social.

Segundo o marco situacional do Plano Nacional do Atendimento Socioeducativo (BRASIL, 2013), em 2011, cumpriram medida socioeducativa de privação de liberdade 19.595 adolescentes. No meio aberto foram 88.022 adolescentes, ou seja, 4,5 adolescentes em meio aberto para cada um privado de

liberdade. Desta soma, ainda obtinha-se que menos de um em cada mil adolescentes no país cumpria medida socioeducativa. Dos adolescentes que estavam cumprindo medidas socioeducativas em privação de liberdade, 95% eram do sexo masculino, considerando que a população total de adolescentes no Brasil é distribuída em 51,19% homens e 48,81% mulheres (SILVA; OLIVEIRA, 2015).

Os indicativos e estudos apontados por Silva e Oliveira (2015) revelam que, na atualidade, podemos verificar que o ato infracional juvenil está associado não somente à pobreza, mas sobretudo à desigualdade social, à dificuldade no acesso às políticas sociais de proteção e garantia de direitos, que devem ser implementadas pelo Estado. Cabe ressaltar que não encontramos dados recentes de pesquisas sobre as características sociais dos adolescentes em conflito com a lei, as referidas autoras citam resultados de uma pesquisa realizada pelo IPEA e o Ministério da Justiça, em 2003, que demonstram um perfil de exclusão social entre esses adolescentes, trazendo que mais de 60% dos adolescentes que cumpriam medida de privação de liberdade eram negros, 51% não frequentavam a escola e 49% não trabalhavam quando cometeram o ato infracional e que 66 % viviam em famílias consideradas extremamente pobres. Analisam com estes dados e cenário, que os jovens excluídos podem enfrentar maior dificuldade de inserção social, visto que o modelo social atual reproduz e mantém a desigualdade (SILVA; OLIVEIRA, 2015).

O último levantamento realizado pelo Conselho Nacional do Ministério Público – CNMP (2013), em que são apresentados dados sobre a situação dos atendimentos nas medidas socioeducativas de internação e semiliberdade, com inspeções realizadas entre março de 2012 a março de 2013, mostrou que existia um número substancial de adolescentes que não dispunham de Plano Individual de Atendimento elaborado nos moldes como dispõe a lei, isso quer dizer, elaborado por equipe multidisciplinar e com a participação ativa do adolescente e sua família.

A Lei nº 12.594/2012 (BRASIL, 2012) prevê que no PIA devem estar inclusos momentos de intervenção diferenciados pelas várias áreas que atendem os adolescentes, iniciando-se pelo processo de acolhimento e durante todo acompanhamento da medida socioeducativa. A Lei ainda traz que o PIA deve ser elaborado no prazo de até 45 (quarenta e cinco) dias da data do ingresso do adolescente no programa de atendimento e especificamente no cumprimento das medidas de Prestação de Serviço à Comunidade (PSC) e Liberdade Assistida (LA) o art. 56 prevê que o PIA deve ser elaborado no prazo de até 15 (quinze) dias do

ingresso do adolescente no programa de atendimento. Estas intervenções devem ser feitas por equipe multiprofissional e interdisciplinar, considerando as dimensões sociais e coletivas bem como dos aspectos do cotidiano e contexto de cada adolescente e família e objetivando o fortalecimento das potencialidades e sua capacidade de enfrentamento de dificuldades.

Dessa forma, é presente na Lei o destaque e expressa exigência da elaboração do Plano Individual de Atendimento (PIA), que é considerado como um instrumento de previsão, registro e gestão do acompanhamento a ser realizado junto ao adolescente pelas entidades de atendimento socioeducativo (BRASIL, 2012). A legislação também expressa que o PIA deve ser uma responsabilidade da equipe técnica, mas está prevista a obrigatoriedade da participação do adolescente e sua família, com objetivo de garantir o protagonismo do adolescente. Portanto, a formulação do plano contém exigências mínimas, como por exemplo: O que é desejado pelo adolescente, as atividades a serem realizadas junto à família e as formas de participação dela no alcance de objetivos, assim como a previsão de atividades de capacitação profissional, cuidado à saúde e, no caso da internação, as atividades externas. É, portanto, um pequeno avanço que procura ir ao encontro de uma noção de adolescente real, único, descolando o foco exclusivo na individualidade, ao apontar para o estabelecimento de estratégias integrais que demandarão acesso a políticas públicas.

Entendemos que a estruturação do PIA vai ao encontro das considerações de Gonçalves (2010), quando pontua que, no campo das políticas públicas, é necessário considerar a dimensão subjetiva, posto que a subjetividade está constituída em uma relação dialética com a objetividade e tem caráter histórico. Nesta perspectiva, as políticas públicas sociais representam um espaço de promoção de direitos, na direção da superação das desigualdades sociais, levando em conta que as condições históricas e materiais de nossa sociedade implicam subjetividades diferentes, e que a sua constituição decorre de vários processos multideterminados que devem ser considerados. Sendo assim, não podemos ter como referência de que determinadas diretrizes políticas, de ação e intervenções sejam válidas e aplicáveis a todos os indivíduos, pois visões universais, naturalizadas e padronizadas sobre os indivíduos não retratam a realidade com a qual se lida no campo das políticas públicas.

O Plano Individual de Atendimento (PIA) tem como objetivo principal a personalização do atendimento ao adolescente em conflito com a lei, sendo assim, configura-se como uma ferramenta indispensável para evolução pessoal e social do adolescente; uma vez que é utilizada a construção de metas e compromissos junto ao adolescente e família, sendo estabelecidas no decorrer da medida e pode receber adequações conforme as necessidades do adolescente e sua família, e como ponto central da estruturação da execução da medida socioeducativa. Consistindo, portanto, no acompanhamento, avaliação e evolução pessoal e social dos adolescentes, para assim proporcionar maior concretude em relação a seu processo socioeducativo (BRASIL, 2006).

Para Frassetto et al. (2012), o PIA visa traduzir o direito subjetivo em propósitos e em ações objetivas, do, para, e com o adolescente. Nesse sentido, se o PIA é individual, o mesmo se refere a um sujeito particular que deve participar de sua elaboração e aplicação.

Outro ponto a ser considerado, colocado pelos autores supracitados, é que o PIA deve ser integrado a um projeto pedagógico de atendimento, e por meio desse processo deve oferecer as condições necessárias para o cumprimento das atividades pelo PIA proposto, neste aspecto o projeto pedagógico institucional previsto no SINASE vai caminhar conjuntamente ao PIA, no sentido de organização do trabalho e cuja dinâmica se elabora e efetiva no PIA. Dessa forma, o PIA também objetiva ser um organizador do atendimento socioeducativo, visando oferecer condições melhores para avaliação e monitoramento do trabalho oferecido pelos profissionais e programas, bem como avaliação e acompanhamento do acesso às outras políticas.

A legislação prevê também a exigência de homologação do PIA junto ao processo judicial, que segundo Frassetto et al. (2012) pode estar ligado à busca de legitimação e garantia de adequado atendimento e avaliação de seu conteúdo, bem como também pode gerar, neste pedido, a exigência expressa aos profissionais, o que não deixa de se tornar um aspecto burocrático ligado ao PIA e que pode acarretar um excesso de judicialização e burocratização das práticas profissionais.

Conforme a referida Lei, na medida de internação, o PIA só poderá ser construído com base em proposta de diagnóstico polidimensional e individualizado, com definição de ações a serem implementadas, compreendendo a situação processual e as providências necessárias, a fixação das metas a serem alcançadas

pelo adolescente e a definição das atividades internas e externas, individuais e coletivas das quais o adolescente irá participar, inclusive as condições de exercício da sexualidade como previsto na lei, e também medidas especiais de atenção à saúde, entre outros.

Está previsto que, além disso, a elaboração, o acompanhamento e a reavaliação do PIA incluem discussões permanentes em encontros periódicos, quinzenais e ou, quando necessário, com a equipe de referência do adolescente e sua família. Sendo assim, o PIA deverá estar sempre sujeito a reformulação de acordo com o processo evolutivo do adolescente ou quando forem necessárias, por demanda do adolescente, dos familiares ou dos profissionais responsáveis pelo atendimento. O SINASE também orienta para a articulação das políticas intersetoriais em nível local e a constituição de redes de apoio nas comunidades (BRASIL, 2012).

2. FUNDAMENTOS DA PERSPECTIVA DA PSICOLOGIA SÓCIO-HISTÓRICA

O principal objetivo deste capítulo é apresentar os fundamentos da Psicologia Sócio-Histórica, com a finalidade de subsidiar a discussão das questões que envolvem a formação do significado e sentido na teoria vigotskiana. Dessa forma, antes de abordar esta temática, tomaremos a categoria mediação como eixo estruturante deste capítulo, pois é um dos conceitos fundamentais para explicar e compreender o processo de formação psíquica do indivíduo, uma vez que as políticas públicas de atendimento aos adolescentes, especificamente o PIA, se caracterizam como mediações no processo de constituição da subjetividade desses sujeitos. Portanto, resgataremos conceitos e categorias que poderiam possibilitar uma melhor compreensão desse processo. Para tanto, retomaremos as ideias de Vigotski em diálogo com autores contemporâneos, que realizam uma leitura baseada na Psicologia Sócio-Histórica.

2.1 Psicologia Sócio-Histórica e a constituição de sujeito

A Psicologia Sócio-Histórica toma como fundamento a teoria desenvolvida por Vigotski¹ (1896-1934). Neste sentido, apoia-se “no marxismo e adota o materialismo histórico e dialético como filosofia, teoria e método” (BOCK, 2001, p. 17). Vigotski propõe o desenvolvimento de uma “nova psicologia”, na qual procura romper com as correntes teóricas mecanicistas e subjetivistas da época, buscando nos princípios do materialismo histórico e dialético, a forma de enfrentamento da problemática que discute as relações sujeito/objeto e indivíduo/sociedade, para compreensão do psiquismo humano, da aprendizagem e do desenvolvimento (ZANELLA, 2007).

Como retrata a autora, no momento de sua elaboração teórica, Vigotski se confrontou com as diversidades teórico-metodológicas e com as diferentes concepções de homem subjacentes às mesmas, que predominavam a psicologia na época; as quais se aproximavam das ciências naturais utilizando-se da objetividade e precisão na construção de seus conhecimentos, por outro lado, se aproximavam das reflexões filosóficas idealistas, de natureza subjetiva. Observa-se, dessa forma,

¹ Optamos, neste trabalho, pela grafia “Vigotski” para nos referirmos ao autor, cujo nome aparece grafado de várias formas na literatura consultada, mantendo, no caso das citações e referências bibliográficas, a grafia original utilizadas nos textos.

que a psicologia, ao longo de sua história e desenvolvimento, produziu dicotomias difíceis de serem superadas, caracterizando uma cisão na maneira de olhar o ser humano e seus processos psicológicos.

Nesta perspectiva, propôs uma ciência que compreendesse o desenvolvimento psicológico do indivíduo, sobretudo pela cultura e pela história. O entendimento de que o fenômeno psicológico resulta de um processo de construção social levou-o a elaborar uma teoria que focalizasse o ser humano em sua relação dialética com o social e com a história.

Colocando em questão a unidade dinâmica indivíduo/sociedade, baseada na concepção histórico-social do homem postulada pelo materialismo histórico-dialético, Oliveira (2005, p. 26), salienta que essa leitura na psicologia possibilita e fundamenta a compreensão do homem e de “[...] como a singularidade se constrói na universalidade e, ao mesmo tempo e do mesmo modo, como a universalidade se concretiza na singularidade, tendo a particularidade como mediação”. Nesta concepção, o homem singular não traz *a priori* e dentro de si uma essência já delimitada, portanto o homem não pode se constituir isoladamente, pois “o homem singular é um ser social” (OLIVEIRA, 2005, p. 26), ou seja, a essência humana é um produto histórico-social, que ocorre mediante apropriação e objetivação pelo homem singular.

Oliveira (2005) suscita, desse modo, a necessidade de levarmos em conta esta relação indivíduo-sociedade, tendo em vista o processo de humanização. Essa relação é compreendida na perspectiva do homem histórico-social, que é a relação que o homem terá com o gênero humano “relação indivíduo-genericidade” (2005, p. 28). Como define a autora:

[...] a relação de cada indivíduo singular com as objetivações humanas, quais sejam, as objetivações concretizadas historicamente pelos homens através das gerações, ao longo de toda a história da humanidade. São objetivações que precisam ser apropriadas, pelo indivíduo, para que possa dominar o sistema de referências do contexto em que vive e, assim, objetivar-se como sujeito ativo e participante das transformações desse contexto. (OLIVEIRA, 2005, p. 28).

A autora observa que, para ocorrer a objetivação, o indivíduo que, ao se apropriar do desenvolvimento do gênero humano, precisa alcançar também a possibilidade de superar limites dentro de determinada estrutura social, valendo-se das possibilidades já existentes de concretizar as objetivações tanto por meio do que

lhe é oferecido quanto o que lhe é negado pela estrutura social. Conforme Pasqualini e Martins (2015), a compreensão da dialética entre singular-particular-universal torna-se condição essencial para superação de enfoques duais e dicotômicos da relação indivíduo/sociedade.

Entende-se que, na relação dialética entre singularidade, particularidade e universalidade, o universal se concretiza no singular, por intermédio de mediações sociais e por múltiplas determinações que é a particularidade. Considerando as múltiplas relações, que consistem no processo que inclui o indivíduo (singular), o gênero humano (universal), e que se concretiza pela mediação e relação que o indivíduo tem com a sociedade (particular) (OLIVEIRA, 2005). Portanto, a dialética entre singular-particular-universal, está ligada a uma necessidade de conhecer a realidade, compreendendo os movimentos e a dinamicidade que constituem a realidade e condições que são histórico-sociais, para assim, por meio dessa apropriação se ter a possibilidade de agir nela e transformá-la (OLIVEIRA, 2005).

Neste sentido, Pasqualini e Martins (2015) assinalam que todo fenômeno singular apresenta em si determinações universais, sendo preciso apreender como a universalidade se expressa e se concretiza na singularidade. Existindo, como defendem as autoras, uma tensão dialética entre o singular e o universal, na qual se articulam e coexistem no fenômeno, não podendo assim ser compreendidos de modo isolado e por si mesmos. Ao passo que, na tensão entre o singular-universal, se manifesta a condição particular do fenômeno, pois em sua particularidade o fenômeno se constitui em dada realidade e determinadas condições, portanto, o particular é a expressão da categoria mediação entre o singular-particular.

No que tange, ainda, a singularidade e universalidade, ambas formam uma unidade contraditória e ambas coexistem no fenômeno; as autoras afirmam, assim, que “a universalidade do gênero humano se expressa e se concretiza na singularidade do indivíduo” (PASQUALINI; MARTINS, 2015, p. 366). A relação da mediação e seu processo que viabiliza a relação entre os pólos: universal e singular, “ela o faz na medida em que preserva e ao mesmo tempo modifica as coisas” (PASQUALINI; MARTINS, 2015, p. 366), sendo que o particular condiciona o modo de ser do singular, expressando a universalidade.

Constatamos, com base nestas colocações das autoras, o papel fundamental da particularidade, pois efetiva e expressa a mediação entre o singular e universal, e intervirá sobre o modo de ser da singularidade. Portanto, o homem é constituído

pelo singular-particular-universal e assim deve ser compreendido, indo além da singularidade imediata, buscando captar as determinações particulares e universais.

Molon (2003), ao destacar a concepção de homem e o papel da mediação na teoria de Vigotski, mostra a importância de se compreender o sujeito como uma unidade múltipla que se realiza na relação Eu-outro. Isto é, na relação com os outros e por ela, e também na linguagem e por ela, que alguém se constitui sujeito e é constituinte de outros sujeitos. Neste aspecto, o sujeito se constitui por meio da mediação, pelo processo de significação no confronto eu-outro das relações sociais. Diz a autora, se referenciando ao aporte teórico de Vigotski:

Vygotsky busca compreender o vivido por “dentro” que veio de “fora”, mas que não se cristaliza, não se torna estático ou estável, porém não é inefável nem indolor, pelo contrário, é significativamente sentido e vivido nas experiências, nas pausas, nas (in)determinações das in(ter)venções e nas situações em que o sujeito se posiciona. (MOLON, 2011, p. 617).

Portanto, a mediação se define como um processo que não se dá sem a relação com o outro, pois o eu se constitui na relação com o outro, e o conhecimento só pode existir por meio do reconhecimento do outro em nós. Assim, a mediação é processual e nunca está entre eu-outro, mas sim, é a própria relação e o centro organizador desta. A mediação, ainda, pode ser entendida como uma das especificidades das funções psicológicas superiores, na qual estas se caracterizam “[...] por serem operações indiretas que necessitam da presença de um signo mediador, sendo a linguagem o signo principal” (MOLON, 2003, p. 90), mas, sem a mediação a partir do encontro com o signo, não há contato com a cultura, pois só se constitui signo se fizer sentido para o outro e se for partilhado.

Neste sentido, a perspectiva da atividade instrumental do homem na concepção Vigotskiana é considerada como sempre mediada, pois, ao transformar o meio físico e social em que se encontra, o homem também se transforma, compreendendo assim o homem e o meio social em interação recíproca em uma unidade dialética (ZANELLA, 2007).

Sendo o homem constituído nas e pelas relações sociais a concepção Sócio-Histórica a formação subjetiva do indivíduo é então um processo dialético. Como Bock e Gonçalves (2005, p. 113-114) conceituam:

Subjetividade é constituída em relação dialética com a objetividade e tem caráter histórico. Isso quer dizer que é na materialidade social que se encontra a gênese das experiências humanas que se convertem em aspectos psicológicos; quer dizer ainda que as experiências individuais e subjetivas são possíveis apenas a partir das relações sociais e do espaço de intersubjetividade, e que estes têm existência e determinação material e histórica. (BOCK; GONÇALVES, 2005, p. 113-114).

Pino (2000) traz reflexões importantes da obra de Vigotski, que é a compreensão e concepção de homem e de seu desenvolvimento na teoria, destacando a importância do social e cultural, pois o social é o princípio da origem das funções psíquicas superiores. Como explicita o autor, “[...] toda função psicológica foi anteriormente uma relação entre duas pessoas, ou seja, um acontecimento social” (PINO, 2000, p. 46).

Vygotski (1995) compreende o desenvolvimento do psiquismo humano em duas dimensões diferentes: as funções psicológicas elementares de origem biológica e natural, que consistem em respostas imediatas que o organismo disponibiliza na sua relação com o real; e as funções psicológicas superiores, que são de origem sociocultural e que podem ser compreendidas pela mediação de instrumentos e signos. Defende que a análise das funções psicológicas superiores (FPS) deve ser um dos principais focos de preocupação da psicologia, especialmente no que se refere aos seus fundamentos metodológicos.

A função psicológica superior, segundo Vygotski (1995), é constituída com base nas funções elementares e sua formação não significa o desaparecimento dos processos elementares, mas a sua superação. Considerando que o sujeito não se reduz a um mero reflexo das estimulações externas, tampouco se desenvolve a partir de potencialidades internas, mas se constitui na interação com o objeto por meio da mediação. Para o autor, não há indissociabilidade entre o social e o individual, compreende-se que o indivíduo e a sociedade mantêm uma relação na qual um constitui o outro.

Nessa perspectiva, Pino (2000) coloca que devemos ver o desenvolvimento do homem e a relação indivíduo-sociedade do ponto de partida a questionar como o meio social age na criança para criar nele as funções superiores de natureza social. Pois, com a teoria de Vigotski, podemos compreender o mecanismo mediador que constitui o homem realizado pela conversão do social em pessoal, sem descartar ao indivíduo sua singularidade.

Assim, podemos entender que a categoria mediação e, portanto, seu uso, permite a análise das determinações inseridas num processo dialético, cujas determinações são entendidas como elementos constitutivos do sujeito como mediações, ao contrário de uma análise das determinações como forma causal e linear. Neste sentido, de acordo com Gonçalves (2010), a análise da mediação permite entender o movimento de constituição do fenômeno e do processo, diferenciando-se, assim, de uma ideia mecanicista e reducionista.

Deste modo, conforme destacam Aguiar e Ozella (2013), a Psicologia Sócio-Histórica busca superar a análise de funções psicológicas isoladas, defendendo a presença da inter-relação dinâmica e dialética entre elas, uma vez que a análise das funções isoladas não permite entender o caráter dinâmico do funcionamento psicológico humano. A análise dos fenômenos psicológicos deve ser vista pela ótica da sua historicidade, o que nos permitirá apreendê-los em seu contínuo movimento e transformação. O questionamento sobre “o que é” deixa de ser a pergunta principal para dar lugar à questão de “como surgiu” e “como se movimentou e se transformou” (AGUIAR; OZELLA, 2013, p. 303). Portanto, mediante a mudança de paradigma é possível apreender as mediações sociais constitutivas do sujeito, saindo da aparência e do imediato, indo à busca do processo.

Vigotski define e explora os conceitos de significado e sentido, sobretudo na parte final de suas obras, após realizar diversos estudos, e como apontado anteriormente, tais conceitos estão conectados às questões que envolvem a relação entre pensamento e linguagem, bem como fazem parte da atividade humana. Importante salientar que seus estudos consideram a análise da cultura e da história como integrantes do processo, considerando as condições concretas da vida, da cultura, da linguagem e das relações. O problema do signo e da significação adquiriu lugar de destaque em suas pesquisas e teoria, apresentando a importância da mediação no papel desempenhado pelos signos, conforme retrata Smolka (2004), Vigotski, em seu quadro conceitual, faz uma passagem da representação à significação, isso quer dizer que a formação de imagens é permeada por signos e sentidos socialmente construídos, que deixam marcas não só nos indivíduos, mas na relação entre as pessoas.

Para explicar a relação entre o pensamento e linguagem, recorreremos ao papel do significado, que é nossa unidade essencial de análise, pois esta medeia a relação do sujeito com o mundo, no qual a mediação também tem papel importante

diante do aporte teórico aqui elencado. Portanto, para abordar as categorias de sentido e significado, é preciso considerar o processo de construção do pensamento e da linguagem, na perspectiva apresentada que concebe o homem como social e histórico. Vigotski (2009) conceitua que a relação entre o pensamento e a linguagem não está ligada inicialmente por um vínculo primário, se desenvolve até certo ponto por diferentes linhas genéticas, mas também não é independente e autônoma entre si. Ocorre que, no transcorrer do processo de desenvolvimento, só depois de um determinado ponto essas linhas se entrecruzam, e em muitos momentos caminham juntas. Por exemplo, pode-se pensar esse processo como se fossem dois círculos que se cruzam, no qual em determinado momento os dois fenômenos coincidem, sendo formado o campo do “pensamento verbalizado” (VIGOTSKI, 2009).

Neste momento de cruzamento das duas funções (pensamento e linguagem) ocorre um salto qualitativo, marcado pela descoberta da criança de que as coisas têm nome e o pensamento pode ser verbalizado. Assim, o pensamento e a linguagem estarão ligados, e suas linhas se entrecruzam a partir desse desenvolvimento. O pensamento constitui um processo em constante transformação e a linguagem é uma forma de expressar o pensamento.

Como vimos, a relação entre pensamento e linguagem constitui-se mutuamente, entretanto, é importante compreender que não significa que o pensamento é, na sua totalidade, expresso na linguagem como um processo mecânico e causal. Ao contrário, como Vigotski define, é uma relação processual, dinâmica e que se modifica e se desenvolve. O autor assevera que “O ato de falar requer a transição do plano interior para o plano exterior, enquanto a compreensão pressupõe o movimento inverso do plano externo da linguagem para o plano interno” (VIGOTSKI, 2009, p. 421).

Nesta concepção, o pensamento pode, ou não, concretizar-se por meio da linguagem:

Percebemos que a relação entre pensamento e palavra é um processo vivo de nascimento do pensamento na palavra. Palavra desprovida de pensamento é, antes de mais nada, palavra morta. [...] Mas o pensamento que não se materializa na palavra continua como uma sombra [...] (VIGOTSKI, 2009, p. 484).

Defende ainda o pesquisador que o desenvolvimento do pensamento e da linguagem é amparado e realizado pelo domínio dos meios sociais, e não acontece

de forma direta, mas compreende que essa relação entre pensamento e linguagem é mediada pelo significado.

No significado da palavra está a unidade do pensamento e da linguagem, pertencendo a ambos os processos, pois, do ponto de vista psicológico, o significado da palavra é uma generalização ou conceito, e toda generalização e significado da palavra são sinônimos: [...] “toda generalização, toda formação de conceitos é o ato mais específico, mais autêntico e mais indiscutível de pensamento” (VIGOTSKI, 2009, p.398). Podemos assim considerar o significado da palavra como um fenômeno de pensamento. Compreende-se que o significado da palavra é fenômeno do discurso e intelectual, porém, só se tornará fenômeno do pensamento no momento em que o pensamento estiver materializado na palavra, e vice-versa se tornará fenômeno do discurso no momento que estiver vinculado ao pensamento.

O significado da palavra não pode ser visto como as teorias até o momento desenvolvidas sobre o pensamento e linguagem, que postulavam a imutabilidade do significado da palavra considerando que a ligação entre a palavra e o significado era uma função associativa. Como diz Vigotski (2009, p. 399):

Do ponto de vista da velha psicologia, a ligação entre a palavra e o significado é uma simples ligação associativa, que se estabelece em função reiterada coincidência, na consciência, da impressão deixada pela palavra e da impressão deixada pelo objeto designado por essa palavra.

Em suma, o significado da palavra e seu desenvolvimento são dinâmicos e mutáveis. A relação entre o pensamento e a palavra é considerada um processo, deste modo “é um movimento do pensamento à palavra e da palavra ao pensamento” (VIGOTSKI, 2009, p. 409), pois nenhuma palavra é adâmica, e como o signo produzido é resultante da inter(ação), a palavra opera transformações na própria atividade. “O pensamento não se exprime na palavra, mas nela se realiza” (VIGOTSKI, 2009, p. 409).

Vigotski (2009) deu destaque à palavra como signo, a qual constitui uma especificidade do humano, viabilizando modos de interação e de operação mental, ao tornar possível utilizar a linguagem para se relacionar e desenvolver sua própria subjetividade. O signo é assim um instrumento psicológico que se produz na relação, que é propiciada por condições materiais de produção que afetam e transformam os organismos. Com isso, o organismo funciona na esfera do simbólico

“[...] o signo, que é produção humana, atua como elemento mediador (funciona entre, remete a), operador (faz com que seja) e conversor (transforma) das relações sociais em funções mentais” (SMOLKA, 2004, p. 41).

Logo, como conclui Smolka (2004), a significação implica, mas não se restringe à representação, e explica que a representação, como possibilidade de formação de imagens, ideias, pensamentos, tem um caráter ou funciona, em um nível individual. Entretanto essas imagens, ideias, pensamentos não se formam, não se compõem independentemente das relações entre pessoas, fora da trama de significações, isto é, sem a mediação e a operação com signos. Desse modo, o signo é produzido e se estabiliza nas relações e repercute nos sujeitos, isso quer dizer que afeta os sujeitos nas relações. Neste sentido, como destaca Pino (2000), o signo tem como propriedade ser reversível, entendendo assim que o mesmo irá significar tanto para quem recebe como para quem emite, pois, ao dirigir a palavra ao outro, esta produz efeito também naquele que a pronuncia.

Outro aspecto importante identificado por Vigotski (2009) diz respeito ao caráter do desenvolvimento histórico do significado da palavra, que assegura que os significados das palavras modificam-se no transcorrer do desenvolvimento, tanto na sua estrutura semântica, quanto na natureza psicológica destes significados. Nesta perspectiva, ao operar com o significado como unidade do pensamento discursivo, possibilita o estudo concreto do desenvolvimento discursivo e compreende que o processo de expressão do pensamento pela palavra passa pelo significado e pelo sentido.

Vigotski (2009) diferencia o sentido e o significado da palavra, identificando que o sentido da palavra é um fenômeno complexo e dinâmico, que possui variadas zonas de estabilidade. Além disso, assinala que o significado: “[...] é apenas uma dessas zonas de sentido que a palavra adquire no contexto de algum discurso e, ademais, uma zona mais estável, uniforme e exata” (VIGOTSKI, 2009, p. 465). E explica que, em contextos diferentes, a palavra pode mudar de sentido, e ao contrário do significado, já é estável e imutável nos momentos de mudanças de sentidos de palavras que ocorrem em diversos contextos.

O autor destaca o aspecto da dinamicidade do sentido, alegando que este pode ser separado da palavra expressa, pois o sentido de uma palavra é inconstante, em um momento aparece com um sentido e em outro momento podendo ser fixada em outra palavra. Por exemplo, o sentido de uma frase está

relacionado com toda a frase e não com as palavras isoladas em si, na medida em que uma frase pode expressar vários pensamentos, e um pensamento pode também ser expresso por meio de diversas frases. A partir disso, conclui que o pensamento não coincide totalmente como a expressão verbalizada.

Compreendemos que o sentido da palavra é inesgotável, pois é a soma de todos os fatos psicológicos que desperta na consciência. Há também a característica da influência de sentido, que se refere a que os sentidos deságuam uns nos outros, influenciam-se e modificam um ao outro, apresentando uma característica de dinamicidade, flexibilidade e complexidade. O sentido está em constante movimento, e é compreendido como movimento processual do indivíduo, uma vez que representa a organização de aspectos psicológicos que emergem na consciência por meio da palavra (VIGOTSKI, 2009).

Conforme Molon (2011), o sentido da palavra está assim relacionado às experiências sociais e históricas que conformam as consciências. A modificação de sentido depende das situações e dos sujeitos que atribuem sentido, logo “Os processos de significação são produzidos e apropriados nas relações sociais, em determinadas condições históricas” (MOLON, 2011, p. 618).

Indo também ao encontro das considerações de Smolka (2004), quando se refere que a compreensão de significado e sentido se constitui e se modifica de acordo com as condições materiais e modos de produção, que caracterizam determinado momento histórico e as múltiplas relações e posições dos homens. Portanto, o caráter relacional do sentido e significado e a centralidade do signo na elaboração teórica vigotskiana, em destaque a palavra como signo por excelência, produzido em determinadas condições materiais de existência, trouxe o elemento chave para compreensão de como o significado e o sentido acontecem na interação dialética.

O elemento central da palavra é a generalização nela contida, como forma que possui de representação da realidade na consciência e a sua possibilidade de desenvolvimento e do seu significado. E elenca o significado como traço constitutivo da palavra. Porém, é preciso advertir que, para compreender a fala do outro, é necessário analisar seu pensamento e não apenas o significado de suas palavras, pois o processo pleno e verdadeiro da compreensão do outro é possível a partir do momento que levarmos em conta sua base afetivo-volitiva². Compreendemos,

² Base afetivo-volitiva envolve compreender as motivações, vontades, desejos, as necessidades e os interesses dos sujeitos.

assim, que o significado da palavra é a unidade de análise da linguagem, considerando que as palavras produzem sentidos e criam realidades sociais por meio de construções simbólicas (VIGOTSKI, 2009).

No que se refere, ainda, à diferença entre significado e sentido, podemos concluir que tanto os significados das palavras (zonas quase estáveis da significação) quanto os sentidos (zonas mais instáveis da significação) possibilitam o processo da produção da subjetividade, considerando que subjetividade e sujeito são compreendidos na realidade social como histórica (MOLON, 2011).

Retomando a problemática da presente pesquisa que é compreender a atribuição de significado e sentido pelos profissionais no processo de construção do PIA, não podemos deixar de considerar que esse processo é interativo e envolve diversos atores, mas, especificamente o adolescente. Neste sentido, no tópico seguinte faremos algumas considerações a respeito do desenvolvimento da adolescência na abordagem da psicologia sócio-histórica.

2.2 Desenvolvimento da adolescência: contribuições da psicologia sócio-histórica

Como vimos Vigotski compreende o desenvolvimento do psiquismo humano nas dimensões das funções psicológicas elementares e as funções psicológicas superiores, estas últimas são de origem sociocultural e ocorrerão na interação com o objeto por meio da mediação. Nesse sentido, as funções psicológicas superiores e suas etapas no desenvolvimento do ser humano, especialmente as do adolescente irão se desenvolver a partir de um complexo sistema hierárquico de novas formações psíquicas que se constitui entre os processos elementares e superiores. Na etapa em questão, a função principal destas novas formações é o desenvolvimento do pensamento que está ligado à formação de conceitos. Com isso, as outras funções já desenvolvidas se unem a esta nova formação, e integram a ela uma síntese complexa, se reorganizam sobre a base do pensamento em conceitos (VYGOTSKI, 1996).

Para Vygotski (1995), o desenvolvimento psíquico sendo um processo histórico social do ser humano, vai estar ligado à evolução que ocorre na conduta e nos interesses desse sujeito, produzindo mudanças no comportamento do adolescente ao longo do tempo. O autor destaca, outrossim, que o meio é fonte de

desenvolvimento, pois nele encontram-se os momentos de experiências e aprendizagens resultantes da interação da criança e do adolescente com a cultura, com os adultos e com a apropriação dos signos e símbolos. Esta relação se amplia ao longo do processo de construção e reconstrução das funções psicológicas superiores, estabelecendo modificações no desenvolvimento sob uma perspectiva quantitativa e qualitativa.

O processo de interação com o meio e as mediações presentes, do ponto de vista do desenvolvimento da criança e do adolescente, é uma operação fundamental cujos sistemas e funções psicológicas superiores se encontram em desenvolvimento. Portanto, vemos que, no campo das políticas públicas, é necessário ocorrer estas mediações, no sentido do desenvolvimento destas funções que emergem, considerando o movimento das funções psicológicas superiores, sob a perspectiva dialética, que podem se desdobrar em avanços ou retrocessos, afetando o pensar e as ações das crianças e dos adolescentes. Sendo assim, a criança e o adolescente, como organismos ativos, são constituídos e constituintes pelo e através do ambiente sócio-histórico-cultural (VYGOTSKI, 1995).

Vygotski (1995) salienta, nesse processo, vários aspectos importantes, como: o desenvolvimento do pensamento e da formação de conceitos; e o desenvolvimento dos interesses na adolescência. A relação entre o pensamento e a formação de conceitos no desenvolvimento do adolescente descrita por Vigotski indica que a história do pensamento na idade de transição passa por certa etapa transitória, em que as velhas estruturas cedem seu posto a uma nova concepção sobre o amadurecimento do intelecto, compreendendo a conduta humana não apenas como produto da evolução biológica, mas também, como produto do desenvolvimento histórico cultural.

A formação de conceitos é um dos momentos importantes que orientam todo processo de desenvolvimento intelectual nesta fase transitória, como função sociocultural do desenvolvimento do adolescente atinge o conteúdo e modos de seu pensamento. E as funções elementares novas que surgem por meio do conceito, que se difere das anteriores, se integram e formam uma nova estrutura por meio das novas formações qualitativas no desenvolvimento do adolescente.

É precisamente com o auxílio dos problemas propostos, da necessidade que surge e é estimulada, dos objetivos colocados perante o adolescente

que o meio social circundante o motiva e o leva a dar esse passo decisivo no desenvolvimento do seu pensamento. (VIGOTSKI, 2009, p. 171).

A respeito do desenvolvimento de interesses, Vigotski considera que, na idade de transição, é aspecto chave para entender todo o desenvolvimento psicológico do adolescente. Este desenvolvimento, segundo o autor, é regido dentro de certo sistema por determinadas aspirações, hábitos, atrações e interesses sedimentados na personalidade. Provocando mudanças na estrutura do seu comportamento, como descreve “a atividade humana, não é simplesmente uma soma mecânica de hábitos desorganizados, senão, que se regula e se estrutura por tendências integrais de dinâmicas aspirações e interesses” (VYGOTSKI, 1996, p. 18).

Ainda conforme o referido autor, nesta idade se manifestam as relações entre as necessidades biológicas e suas necessidades culturais superiores, que são chamadas de interesses. “Em nenhuma outra idade do desenvolvimento infantil se revela, com tal evidência, o fato de que o amadurecimento e formação de certas atrações vitais constituem a premissa imprescindível para que se modifiquem os interesses do adolescente” (VYGOTSKI, 1996, p. 24). Os interesses pelos objetos provocam o indivíduo, exigem ações de modo a atrair ou desviar a atenção a ele, sendo que seu papel não é passivo e sim ativo com relação à própria necessidade. As necessidades e os interesses se revelam na colisão com objetos externos que atraem e podem satisfazer os interesses.

No entanto, os interesses não se adquirem, mas sim se desenvolvem, com o intuito de progredir, pois Vigotski estabelece um contraste entre o desenvolver e o adquirir, uma vez que o desenvolvimento se alia ao processo dinâmico, de movimento de idas e vindas, ao passo que o adquirir está vinculado à ideia de vir a ter como processo único e estático. Portanto, os interesses refletem a ação com um caráter estimulador, podendo impulsionar esta ação de maneira positiva ou negativa. Então, na adolescência, surgem novos interesses, e desaparecem e se modificam os velhos interesses. Começando assim a se interessar por objetivos novos, perdendo o interesse pelas coisas que eram interessantes antes. Observa-se, assim, a presença de processos de extinção e nascimento de novas necessidades em sua conduta. Para Vigotski, esses processos resultam no crescimento e na crise do adolescente: “A crise e a síntese de crescimento, que representam momentos de

uma mesma onda de desenvolvimento, integram o processo de amadurecimento” (VYGOTSKI, 1996, p. 27).

Torna-se possível compreendermos que o adolescente é um ser ativo, social e histórico, que se constitui em movimento pelas relações sociais. Vigotski entende a fase da adolescência como uma etapa de transição e fundamental para o desenvolvimento humano. A adolescência não é vista como uma etapa natural entre a infância e a idade adulta, mas sim como um processo sócio-histórico-cultural, e de transição para a vida adulta. Tal processo é constituído por meio dos significados e sentidos que o adolescente vai construindo em sua relação com o meio, bem como seu desenvolvimento e vivências que serão apropriadas e poderão ser ressignificadas pelo sujeito.

3 MÉTODO

Neste capítulo são apresentados os recursos metodológicos que nortearam a execução da pesquisa. Assim, expomos onde e como a presente investigação foi realizada; o contexto institucional; a população-alvo; e os instrumentos de coleta dos dados. Por tratar-se de um estudo empírico, de cunho qualitativo, os procedimentos metodológicos foram selecionados de modo a permitir que o pesquisador se aproximasse dos sujeitos investigados, numa atitude dialógica e interativa, com vistas a tornar mais explícito o fenômeno social ou a construir hipóteses sobre a sua dinâmica e o seu modo de funcionamento.

Neste sentido, como o nosso principal interesse se definiu por analisar o processo de construção do Plano Individual de Atendimento (PIA) nas medidas socioeducativas de Prestação de Serviço a Comunidade (PSC) e Liberdade Assistida (LA), bem como o significado e sentido que os profissionais que aplicam tais medidas atribuem ao mesmo, acreditamos que a Psicologia Sócio-Histórica, baseada nos fundamentos do método do materialismo histórico e dialético, nos oferece a possibilidade de penetrar no real e considerar, como apontam Aguiar e Ozella (2013), a apreensão dos significados e sentidos, com enfoque direcionado por uma visão que tem no empírico seu ponto de partida, mas também sendo necessário ir além das aparências e da descrição dos fatos, para assim buscar a explicação do processo de constituição do objeto estudado, ou seja, estudá-los em seu processo histórico.

Os autores supramencionados destacam a importância do referencial teórico e metodológico que a Psicologia Sócio-Histórica traz para a apreensão dos significados e sentidos, levando em conta aspectos importantes da teoria desenvolvidos por Vigotski, como as categorias linguagem e pensamento, noções sobre significado e sentido, processo de mediação e a constituição de homem, categorias estas consideradas fundamentais para subsidiar a análise do processo de construção do significado e sentido.

3.1 Local de pesquisa e participantes

A pesquisa foi realizada junto à Secretaria Municipal de Assistência Social de um Município do Norte do Paraná, em um programa Municipal ligado ao Centro de

Referência Especializado da Assistência Social (CREAS), no qual ocorre a efetivação das Medidas Socioeducativas. O programa em específico tem como objetivo atender adolescentes em cumprimento de medidas socioeducativas em meio aberto, as quais são divididas em Prestação de Serviço à Comunidade (PSC) e Liberdade Assistida (LA) no Município, promovendo a execução e fiscalização das mesmas, e o encaminhamento dos adolescentes e suas famílias aos serviços e órgãos necessários para promover seu adequado desenvolvimento.

No momento da pesquisa³, o espaço físico se situava em um prédio em conjunto com o CREAS, que presta Serviço de Proteção Especial a cinco serviços de média complexidade, cujo atendimento ao público é dividido em: Serviço de Proteção e Atendimento Especializado a Famílias e Indivíduos (PAEFI); Serviço especializado de abordagem social; Serviço de proteção social ao adolescente em cumprimento de medida socioeducativa de Liberdade Assistida (LA) e de Prestação de Serviço à Comunidade (PSC); Serviço de Proteção Social Especial para pessoas com deficiência, idosos e suas famílias; e Serviço especializado para pessoas em situação de rua.

O prédio do CREAS dispõe de diversas salas para atendimento individual, e o programa utiliza, além da sala destinada à equipe, outras salas para atendimento individual e das famílias, bem como sala para realizar atividades em grupos. A recepção é única para todos os serviços, e conta com secretária para recepcionar e direcionar as demandas para os diversos serviços dentro do prédio. O prédio contém cozinha e banheiros que são compartilhados por todos os serviços. O programa de efetivação das medidas possui sala reservada onde toda a equipe atua, contendo seis mesas, das quais três são equipadas com computadores, e na sala contém telefone, impressora e copiadora, e três armários de arquivos.

No Município, o programa de efetivação das medidas foi fundado em 2003, e em 2010 foi instituído o Centro de Referência Especializado da Assistência Social (CREAS), que presta serviços de Proteção Social Especial em sua totalidade e, como explicitamos, este serviço conta com acompanhamento das medidas socioeducativas, porém, anterior à criação do CREAS já havia o acompanhamento e efetivação por tal programa no Município. Sendo assim, anteriormente ao surgimento do CREAS era mantido apenas pelo Município, e atualmente recebe piso

³ Os dados que seguem foram obtidos mediante anotações no diário de campo.

fixo de Média Complexidade do Governo Federal e recursos do Fundo para a Infância e Adolescência (FIA) Estadual. Atuando com base nas diretrizes da Política Nacional da Assistência Social (PNAS) (BRASIL, 2004) que tange à esfera da Proteção Social Especial de Média Complexidade, e em consonância com o SINASE (BRASIL, 2006, 2012) e com o ECA (BRASIL, 1990), que regulamentam a aplicação das medidas socioeducativas.

A população atendida é composta por adolescentes do sexo masculino e feminino com idade entre 12 e 18 anos, que são encaminhados pelo Ministério Público e Poder Judiciário para o cumprimento de medidas socioeducativas de PSC e LA, contidas no ECA.

A equipe técnica é constituída por uma assistente social, uma psicóloga, um orientador social, uma auxiliar administrativo, uma estagiária de psicologia e uma estagiária de serviço social. Os serviços oferecidos e realizados pelos profissionais são: acompanhamento das medidas socioeducativas de PSC e LA, elaboração e acompanhamento do PIA, orientações individual e familiar, visitas domiciliares, encaminhamentos para a rede de atendimento, encaminhamento para programa adolescente aprendiz, prestar informações via relatório para o Ministério Público e Tribunal de Justiça, entre outros serviços que envolvem o atendimento das medidas socioeducativas.

Os participantes da pesquisa são dois profissionais que compõem a equipe multidisciplinar e que são os responsáveis pela elaboração e pelo acompanhamento do PIA dos adolescentes em cumprimento de medidas socioeducativas, sendo de duas áreas distintas, uma profissional que atua como Assistente Social e outra participante como Psicóloga, ambas do sexo feminino, concursadas pela Prefeitura Municipal.

3.2 Instrumentos de pesquisa

Nesta pesquisa utilizamos como instrumentos para a coleta de dados a entrevista semiestruturada, a observação participante e a análise documental. A entrevista é entendida como um instrumento que permite o acesso aos sentidos e significados buscados. Como destacam Aguiar e Ozella (2006), as perguntas devem ser formuladas de maneira ampla de modo a evitar interferências desnecessárias, bem como ser recorrentes, ou seja, após cada entrevista é necessário realizar uma

primeira leitura e o informante ser consultado, a fim de eliminar dúvidas, aprofundar colocações e reflexões, permitindo, assim, uma análise conjunta do processo utilizado pelo sujeito para a produção de sentidos e significados.

Outro instrumento de pesquisa utilizado foi a observação participante, uma vez que a mesma possibilita ao pesquisador colocar-se no contexto da investigação, caracterizando-se como uma estratégia que permite realizar o registro e a análise do dado enquanto ele está ocorrendo, num processo contínuo de ir e vir aos dados, que são registrados em diário de campo.

A análise documental foi realizada com base no contato com documentos utilizados pelos profissionais responsáveis pelos mesmos e que integram o processo de construção dos Planos Individuais de Atendimento (PIA). Os documentos presentes⁴ no processo de construção do PIA encontram-se agrupados em um formulário e modelo único seguido pela equipe, contendo dez páginas para registro de informações, tais como: identificação do adolescente, composição domiciliar, metas para atendimento – que compreende diversas áreas (Psicossociais; Dados socioeconômicos da família; Documentação; Escolar, profissional e trabalho; Esporte, cultura e lazer; Saúde; e Medida Socioeducativa) –, item sobre objetivo de vida, impressão do atendimento e equipe, e local para assinatura da equipe técnica, adolescente e responsável. Posteriormente, o documento inclui o item que se refere à avaliação dos objetivos atingidos nas diversas áreas. Este documento esteve presente em todos os processos acompanhados, as profissionais informaram que este documento e o processo são realizados com todos os adolescentes que cumprem as medidas socioeducativas.

Outros documentos complementares ao PIA que estão presentes no processo são: Entrevista Social, que é utilizada exclusivamente pela assistente social; Ficha de encaminhamento para cumprimento de PSC em instituição conveniada, esta ficha traz dados da Instituição, do adolescente, prazo para cumprimento, controle de frequência e atividades para serem preenchidas.

Os profissionais fazem uso também de documentos de encaminhamento à rede, que compreende: I. Ficha de encaminhamento ao Centro Estadual de Educação Básica para Jovens e Adultos (CEEBJA), que visa encaminhar para obtenção de vaga e realização de matrícula na instituição de ensino; II. Ficha de

⁴ Os documentos apresentados foram obtidos durante o processo de coleta de dados, nos momentos de observação participante e entrevistas realizadas.

encaminhamento à Saúde Mental do Município para atendimento psiquiátrico; III. Encaminhamento para Agência do Trabalhador, para obtenção de vaga de trabalho ou obtenção de vaga em cursos; IV. Encaminhamento ao Centro de Referência de Assistência Social (CRAS), para atendimento de Proteção Social Básica para adolescente e família.

Além desses documentos, existe, ainda, a Ficha de Acompanhamento, utilizada pela equipe para descrição das atividades realizadas durante o cumprimento da medida, este documento possui campo para preenchimento dos dados do adolescente e responsável. Há, também, um modelo de encaminhamento que se destina ao encaminhamento para serviços que não estão inclusos nos documentos anteriores, utilizado para encaminhamento à rede de forma geral.

3.3 Procedimentos

Esta pesquisa foi submetida e aprovada pelo Comitê de Ética da Universidade Estadual Paulista, Campus de Assis - Faculdade de Ciências e Letras, constituído pela Portaria nº 056/2003-D e regulamentado pela Resolução nº 196/1996, que estabelece as diretrizes e normas regulamentadoras de pesquisas envolvendo seres humanos.

A aplicação das entrevistas semiestruturadas foi realizada individualmente, seguindo um roteiro com questões abertas, possibilitando a exploração dos conteúdos relativos à temática central do presente estudo. As entrevistas foram gravadas, com o consentimento prévio das entrevistadas, não contendo identificação e foram aplicadas em local apropriado, a fim de garantir a ética e a preservação da identidade dos indivíduos participantes. Foram realizadas duas entrevistas com cada profissional.

As observações participantes foram realizadas durante aproximadamente três meses, antecedidas por imersão no campo e participação na rotina dos profissionais. A partir daí, foram feitas duas sessões semanais de observação, no período da manhã e da tarde, perfazendo um total de 15 (quinze) sessões de observações, que foram devidamente anotadas no diário de campo. Observamos um total de sete dos processos de construção do PIA realizados pelas profissionais, registramos os horários da construção e aplicação do PIA que são agendados pelos profissionais e estivemos presentes durante este processo. Ao mesmo tempo,

entramos em contato com os documentos que estão presentes no processo de construção do PIA.

3.4 Procedimentos de análise dos dados

A análise dos dados foi realizada com base nos fundamentos da Psicologia Sócio-Histórica, mediante a estratégia de definição de núcleos de significação que, segundo Aguiar e Ozella (2013), objetiva apreender os significados e sentidos que constituem o conteúdo do discurso dos sujeitos da pesquisa, o que está de acordo com Vigotski (2009), o qual considera que o processo de expressão do pensamento para palavra passa pelo significado e pelo sentido. Isto não significa apreender somente o que está posto como uma resposta única, coerente e completa, mas sim captar o processo como um todo e as expressões do sujeito, muitas vezes contraditórias e parciais, que podem apresentar indicadores dos processos vividos e das formas de ser do sujeito (AGUIAR; OZELLA, 2006, 2013).

A sistematização dos dados ocorreu após a transcrição das informações das entrevistas, do diário de campo e da análise documental. Como explicam Aguiar e Ozella (2006, 2013), os procedimentos a serem utilizados na análise consistem, inicialmente, em realizar várias leituras flutuantes dos dados coletados, a fim de nos familiarizarmos com o material, nos apropriarmos do mesmo e selecionarmos os pré-indicadores, que são palavras com significado que se destacaram no momento empírico da pesquisa, na fala do sujeito e no contexto que lhe atribuí significado, buscando também entender os não ditos. Ainda, os temas ou pré-indicadores são caracterizados por sua maior frequência nas falas, pela importância atribuída pelos sujeitos e pelas relações com os objetivos da pesquisa.

Dessa forma, “Os pré-indicadores são, portanto trechos de fala compostos por palavras articuladas que compõem um significado, carregam e expressam a totalidade do sujeito e, portanto, constituem uma unidade de pensamento e linguagem” (AGUIAR; OZELLA, 2013, p. 309).

A seguir, após leitura do material organizado em pré-indicadores, foi realizado o processo de aglutinação dos mesmos, gerando, assim, os indicadores, considerando, para tanto, a similaridade, a complementaridade e a contradição existente, de modo que permitisse obter menor diversidade de temas e articulação entre eles, e pudesse revelar com maior propriedade o sujeito. Importante pontuar

que, para que os indicadores adquiram algum significado os mesmos devem estar articulados com a totalidade dos conteúdos temáticos apresentados, sendo assim, na totalidade das expressões dos sujeitos.

Com os indicadores e seus conteúdos definidos, voltamos ao material das entrevistas e fizemos uma primeira seleção de trechos que pudessem esclarecer os indicadores. A partir dessa releitura do material e aglutinação dos indicadores com seus conteúdos, foi dado início ao processo de articulação, que resultou na organização e nomeação dos núcleos de significação. A articulação seguiu o critério de conteúdos semelhantes, complementares e contraditórios, esse processo permite verificar as transformações e contradições que ocorrem no processo de construção dos sentidos e significados, permitindo uma análise mais consistente, considerando tanto as condições subjetivas quanto as contextuais e históricas (AGUIAR; OZELLA, 2006, 2013)

Os núcleos, de acordo com Aguiar e Ozella (2006, 2013), devem ser construídos de modo a sintetizar as mediações constitutivas dos sujeitos, expressando os seus aspectos essenciais, superando os pré-indicadores e indicadores. Esta fase de construção dos núcleos deve ser um momento de abstração superior e articulação dialética das partes, juntamente com um movimento subordinado à teoria, avançando assim às zonas de sentido. Este processo de construção dos núcleos de significação já é construtivo-interpretativo, pois permite ao pesquisador apresentar a compreensão crítica em relação à realidade.

Com os núcleos formados, partimos para sua análise. De acordo com Aguiar e Ozella (2013), deve se iniciar por um processo intranúcleo, avançando para uma articulação internúcleos, o qual explicitará semelhanças e contradições que revelarão o movimento dos sujeitos. Importante assinalar que este movimento interpretativo não foi restrito à fala do informante, sendo articulado com o contexto social e histórico, buscando acessar a compreensão do sujeito em sua totalidade, e também considerando as diretrizes institucionais e as políticas públicas dirigidas ao público-alvo.

4 RESULTADOS E ANÁLISE DOS DADOS

Neste capítulo, apresentaremos os núcleos de significação relativos às entrevistas realizadas com as participantes que atuam na efetivação das medidas socioeducativas, ambas são responsáveis pela elaboração e pelo acompanhamento do PIA na Instituição. Seguimos, assim, os procedimentos da estratégia de definição dos Núcleos de Significação, que foi proposta por Aguiar e Ozella (2006, 2013).

4.1 Pré-indicadores e indicadores

Após diversas leituras do material transcrito, destacamos os conteúdos das falas das profissionais que constituíram os pré-indicadores. As falas consideradas indicam aquelas que foram reiteradas e que demonstraram maior carga emocional ou ambivalências. Importante assinalar que, no primeiro momento da análise, que se refere aos pré-indicadores, geralmente, estes se apresentam em grande número de falas e que, assim, compõem o quadro amplo das possibilidades para organizar os núcleos. Aguiar e Ozella (2006, 2013) assinalam que um dos critérios-base para compor os pré-indicadores e apreendê-los é verificar sua importância na fala dos sujeitos para compreensão do objetivo da investigação.

Para organizar os dados, apresentaremos em quadros distintos os pré-indicadores das duas entrevistas realizadas com cada profissional que fazem o acompanhamento do PIA. No que se refere à profissional que atua como Psicóloga, a primeira entrevista foi realizada em 15 de dezembro de 2015, posteriormente, houve uma entrevista recorrente, realizada em 10 de março de 2016, na qual a participante entrevistada fez a leitura da transcrição da primeira entrevista e, com base na leitura da transcrição, foi explorado e dialogado sobre o conteúdo da primeira entrevista. No tocante à Assistente Social, a primeira entrevista foi realizada em 22 de dezembro de 2015 e a entrevista recorrente foi realizada em 31 de março de 2016.

O objetivo do segundo momento foi verificar se as entrevistadas concordavam com o que foi transcrito e se desejavam fazer alguma consideração, a fim de alterar ou acrescentar algo ao seu discurso transcrito, e outro objetivo foi clarificar para a pesquisadora pontos da fala das participantes que suscitaram dúvidas e ou que mereciam ser reiteradas.

Após levantamento dos pré-indicadores oriundos das narrativas, partimos para a etapa seguinte, que é a construção dos indicadores. Para organizarmos os dados seguimos os critérios para aglutinação dos pré-indicadores em indicadores que, de acordo com Aguiar e Ozella (2006, 2013), são: similaridade, complementaridade e contraposição. Tais indicadores permitem perceber o movimento dialético do pensamento das profissionais, expressando as zonas de significados e de sentidos do processo de construção do PIA para as mesmas.

Quadro 1 - Pré-indicadores e Indicadores produzidos com base nas entrevistas semiestruturadas realizadas com a Psicóloga Alice⁵

Pré-indicadores	Indicadores
<p>Meu primeiro trabalho foi na área da Assistência Social foi num programa do Estado chamado Programa Atitude, foi um programa temporário né, contrato de um ano e prorrogava mais um. Era voltado para criança e adolescente em situação de vulnerabilidade né, em cidades que era onde tinha o maior índice de violência em todos os sentidos né, programas... trabalho infantil, prostituição, tráfico de drogas, e de fato eu acredito que esse programa tenha me dado um pouco de base pra trabalhar com adolescente aqui hoje, mas foi um trabalho bem angustiante porque na faculdade a gente não... não teve nenhuma base de políticas públicas nem se quer de saúde, o que eu aprendi foi buscando em projetos extras, porque na grade curricular não teve, se não teve de saúde muito menos de assistência social, daí o meu primeiro serviço foi na área de Assistência Social. Né, então, assim, qual o papel do psicólogo na Assistência Social? Então foi assim bastante angustiante, o que é possível fazer se a gente não faz a clínica... então foi bastante complicado. (EN. 1)</p>	<p>-Trajetória profissional</p> <p>-Formação acadêmica em Políticas públicas na faculdade</p> <p>-Papel do psicólogo na Assistência Social</p>
<p>E aí depois disso eu passei por mais duas prefeituras, é daí na área, né... da Saúde e Assistência Social também, mas aí um trabalho já mais constituído, mais estruturado que no caso era o CREAS. (EN. 1)</p>	
<p>Daí após isso eu fui chamada [...] há 4 anos eu tô trabalhando no CAPS-AD que é um serviço especializado pra dependência química, que também foi um outro trabalho que me deu bastante é experiência na questão do uso de drogas, né do que é isso e do que se trata, porque quando eu cai lá eu também cai de paraquedas, opa, então deixa eu estudar, deixa eu me atualizar! Porque também foi bastante angustiante no sentido de que é uma clinica muito difícil, muito complexa... e também esse trabalho da mesma maneira que me auxiliou a trabalhar com os adolescentes, em que sentido porque pelo... pelo que eu tenho atendido, noventa por cento dos nossos adolescentes são usuários, de pelo</p>	<p>-Necessidade de estudar e se atualizar</p> <p>-Interface Saúde e Assistência Social</p>

⁵ Adotamos nomes fictícios a fim de preservar a identidade dos participantes.

<p>menos maconha, fora tabaco, álcool que é mais comum. (EN. 1)</p>	
<p>[...] tem quase um ano e meio ou dois, em março completa dois anos que eu estou aqui... então eu tô conciliando os dois serviços. (EN. 1)</p>	
<p>Nunca tinha tido contato com a aplicação, e os adolescentes, o contato que eu tinha tido era no meu primeiro trabalho... então eu falei assim: opa tipo tem um norte que pode vir a acontecer !... mas foi uma surpresa também, não sabia o que esperar mesmo. (EN. 1)</p>	<p>-Adaptação e expectativa no trabalho.</p>
<p>[...] é o primeiro mês foi a adaptação, tava acompanhando as meninas nos atendimentos, vendo os processos, então assim foi tipo....é uma expectativa mesmo, falei: meu Deus será que eu vou aprender isso daqui LA, PSC, e medida daqui, meses de lá...e encaminha para cá, encaminha para lá, ficou uma certa expectativa. Mas depois é a gente vai vendo que não muda muito a medida, é essa: PSC ou LA né. Então você, o que vai mudar muito é os combinados com cada adolescente né, os acordos né, qual é a parte do programa e qual é a parte do adolescente, e isso é estabelecido em PIA. Então assim nesse sentido, aí eu fui dando um pouquinho mais da minha cara no trabalho, no sentido de tentar ver um programa do adolescente aprendiz pra tá convidando. (EN. 1)</p>	<p>-Peculiaridades do trabalho com as medidas socioeducativas.</p>
<p>Quando os adolescentes chegam no PIA a gente já vai orientando que tem o aprendiz, mas para isso você tem que estar estudando, tem que tá com todos os documentos, RG, CPF, certidão, carteira de trabalho... porque esses são os mais demorados para chegar o resto, carteira de vacinação e outros fica mais fácil, às vezes até um comprovante de renda a gente faz meio que imediato... então é, cada um vai dando um estilinho né. (EN. 1)</p>	<p>-PIA e possibilidades de encaminhamentos</p>
<p>Daí além do adolescente aprendiz, a gente sempre tá orientando sobre o retorno escolar, sempre encaminhando pro CRAS, é um parceiro no sentido de obtenção dos documentos de forma gratuita, obtenção de cesta, porque a gente querendo ou não tem vários adolescente que passam ai necessidade... estão em situação de vulnerabilidade, então são os maiores parceiros. (EN. 1)</p>	<p>- Padrões de organização do PIA</p>
<p>[...] o encaminhamento também pra saúde mental já acontecia né quando eu cheguei e eu já dei continuidade... no sentido da gente, na entrevista com o PIA quando na questão da saúde né ele relata o uso a gente pergunta se tem interesse né em parar, se tem alguma dificuldade, quando é manifestado o desejo a gente encaminha para saúde mental. (EN.1)</p>	
<p>É assim, quando eu cheguei tinha vários documentos, a entrevista inicial é... tinha outros documentos, tinha um PIA, um esboço do PIA, que já tinha e que estava sendo utilizado pela equipe. E tinha um outro documento ali que eu não me recordo além da entrevista social, que é específica da assistente social. Mas a gente percebeu que repetia muito, aí vem para um acolhimento né, pra um primeiro contato faz esse documento, depois faz o PIA que às vezes tem as mesmas</p>	<p>-A construção do documento PIA pela equipe</p>

<p>informações, então vamos tentar, a ideia foi tentar unificar a... as os vários documentos, porque as informações era praticamente as mesmas, e tentar dar um caráter aí né ser mais amplo possível no sentido de poder contemplar ai as vicissitudes de cada adolescente. Então foi dessa maneira, e daí assim quando o adolescente chega e quando o adolescente é novo a gente né quando é possível a gente faz um primeiro acolhimento, vê o que se trata, como que tá, pega umas primeiras informações, né de dados básicos, endereço, telefone e marca o PIA. Como é um pouco corrido às vezes a gente, o adolescente vêm a gente só tira o xerox do processo e marca já no primeiro momento o PIA, porque assim o que a gente percebeu, é se a gente fica marcando muita vezes a família não vem, então compromete a construção do PIA, então a gente falou, adolescente é novo a gente já marca o PIA já conhece a família, já levanta aí umas estratégias, alguns acordos e encaminha ou para cumprir PSC ou agenda um dia para cumprir LA. Então a gente tentou amarrar desse jeito, porque às vezes os pais trabalham não tem condições de virem várias vezes... aí como a construção é com o adolescente e o responsável a gente tentou agilizar também, uma vez só vem e constrói... mas é... em alguns casos isso não é possível, em que sentido às vezes quando as questões familiares são muito conflituosas e que exige um pouco, que a família demanda um pouco mais de atenção às vezes marca o PIA em duas vezes, inicia trabalha algumas questões aí de família e marca o segundo momento para terminar...e a gente poderia fazer o PIA até quinze dias, parece que é isso né? É não é? (EN. 1)</p>	<p>-Agendamento e realização do PIA</p> <p>-Processo de construção do PIA : entre o encontro com o adolescente e família e o prazo para realização</p> <p>-Processo tem que ser ágil</p>
<p>Então, quando eu cheguei já era feito o PIA né... mas aí ficava um pouco ambíguo, uns faziam a entrevista e para depois fazer o PIA... e o PIA se perdia no meio do caminho, outros já começavam com o PIA. Então, quando eu cheguei o nosso combinado foi assim, já que tem que ser feito, é uma determinação, então todo adolescente que chegar a gente vai fazer... foi um acordo da equipe, então tanto eu e a assistente social, a gente não deixou passar... vai ser feito, então vamos agendar. (EN. 1)</p>	<p>-Dúvidas quanto aos prazos</p>
<p>[...] seja vinte horas a gente vai fazer o PIA... ele tem vinte horas de PSC para cumprir a gente vai fazer o PIA... execução chegou, na fase final do processo a gente vai fazer o PIA. (EN. 1)</p>	
<p>Mas parece que tá no SINASE que o PIA tem que ser elaborado até quinze dias ou até quarenta e cinco dias que o adolescente dá entrada no programa... só que nisso a gente perde o controle porque são muitos... então se a gente foi esperar até ter um primeiro contato, e depois que a gente encaminha para PSC a gente não tem muito contato aqui... Não é, vai chamar, ele já tá cumprindo vai chamar daqui 45 dias, às vezes a gente que perde a noção de quem chegou, quem que tá, se o adolescente chega já faz. Agora alguns casos que aí tem a reincidência, que ele vêm com um novo processo num tempo assim considerável de seis ou oito meses</p>	<p>-PIA e cumprimento de burocracia</p>

<p>a gente chama a família novamente e retoma o PIA... o que foi combi... o que foi feito combinado o que mudou nessa época, o que aconteceu desse novo ato infracional [...] a gente retoma o PIA anterior e tenta atualizar. (EN1)</p>	
<p>[...] é inadmissível como é nossos adolescentes vivem um história que é de adultos... não de adolescentes. Então, assim, para mim é muito difícil, quando, é quando vim aqui e comecei me deparar... com adolescente que tem que ser carroceiro para poder comer, né que tá traficando porque também precisa por não ter o que comer em casa, esses adolescentes em situação, e os usuários de tinner, de cocaína, esse que tá no CENSE. Então, para mim, poxa, que estamos fazendo dos nossos adolescentes? Então para mim isso é muito difícil [...] e ainda soma essa questão mesmo de ver adolescentes em situação de risco, de vulnerabilidade e às vezes a gente não ter condições de acompanhar, de não conseguir fazer um trabalho efetivo né [...] (EN 1)</p>	<p>-Percepção da realidade vivida pelos adolescentes e suas famílias</p> <p>-Limitações no trabalho</p>
<p>[...] mas assim esses em extrema vulnerabilidade e risco social eu acredito que seja uns quinze... né, alguns desses quinze mais graves ainda sabe... então que a gente vai ter que pensar no ano que vem em uma outra estratégia, por isso eu comentei de deixar, pedir ajuda para alguém vir fazer ofício, porque o que é realmente do CREAS que é o acompanhamento as orientações... estão sendo bem alguém sabe. (EN 1)</p>	
<p>[...] a gente tenta dentro do PIA [...] quando o adolescente vem aqui acompanhado do responsável, a gente faz vários encaminhamentos, a gente dá um prazo né, um acordo recíproco, recíproco né, possível de ser providenciado, a documentação em uma semana duas semanas tal, faz esse acordo ponto, finalizado o PIA dependendo da situação a gente faz um ofício para o Fórum e pro Conselho Tutelar. Mas o Fórum não tá dando muito fôlego não, então ele tá pedindo relatório mensal praticamente de todos... então, todo mês a gente tem que falar como que ta, eles estão pedindo... É o mês de outubro foi bastante conturbado porque ele pediu dezoito PIAS para gente transcrever, dezoito PIAS. (EN 1)</p>	<p>-Encaminhamentos e acordos</p> <p>-Pedido de relatório mensal e PIA ou excesso de atividade burocrática</p>
<p>[...] o primeiro item são as questões familiares né, então a gente vai questionar... geralmente com a primeira folha na verdade do PIA a gente pega o nome dos pais, composição familiar eu já puxo para o histórico familiar [...] às vezes neste mesmo momento eles já vão dando sinais que o adolescente não tá bem, que a relação familiar não tá boa, então a gente vai aí pegando o histórico familiar um pouco sobre o desenvolvimento, muito pouco. A gente acaba ficando mais no que a família traz da convivência, a gente acaba focando um pouco mais nesse aspecto, mais no que a própria história do adolescente. (EN.1)</p>	<p>-Questões familiares: demandas e encaminhamentos</p>
<p>[...] questiona também como... como é a convivência, então as nossas orientações são nesse sentido sabe, di... dos conflitos de mediar alguns conflitos familiares, de algumas</p>	

<p>regras de alguns limites né... e a medida ajuda a alguns adolescentes que fica até madrugada fora, olha você tem LA, não pode ficar de madrugada fora de casa! Até as dez tem que estar dentro de casa! Então ajuda, às vezes ajuda a colocar um limite que a família não tá conseguindo colocar, então às vezes as medidas a gente usa nesse sentido para estabelecer alguns contratos com a família na questão familiar. (EN. 1)</p>	
<p>Na questão de família, já houve, já houveram alguns casos que a gente mandou pro CRAS pros grupos de família de fortalecimento de vínculo, mas é nosso papel da proteção especial, têm que fazer esse grupo de pais, não é só mandar pro CRAS [...] (EN. 1)</p>	
<p>Aí depois a gente segue para questão socioeconômica... e a gente aproveita também o quadrinho da composição familiar, porque lá já fala se a mãe trabalha, se o pai trabalha, se recebe pensão, aí eu complemento esse... essa..., esse item socioeconômico né... é... é por exemplo, a moradia se é própria, se é cedida, se é invadida, se tem pavimentação onde eles moram, água, luz... a pensão quem recebe de quem, que pai dá, quem não dá, a gente orienta também com relação a... nesse momento que a gente pode encaminhar pra o CRAS, se a gente observa que tem passado necessidades, dificuldade mesmo né, até mesmo alimentar. (EN 1)</p>	<p>-PIA e questões socioeconômicas</p>
<p>Isso dependendo, às vezes a gente só orienta: Olha, na rede tem isso se você precisar! Em alguns casos a gente vê que tem um consentimento que há uma necessidade expressa, que há um interesse mesmo, aí a gente faz um encaminhamento formal, pelo menos comigo né, eu faço dessa maneira. (EN. 1)</p>	<p>-PIA e documentos: verificação e encaminhamentos.</p>
<p>Aí o próximo item é os documentos, daí a gente vai desde RG, CPF... é Certidão de Nascimento, Carteira de Trabalho, se o adolescente já tá com dezessete anos para completar dezoito a gente já orienta sobre o Título, sobre a Reservista, aonde ele tem que ir, quando, para não perder prazos. Daí, por exemplo, se a família né... é um pouco mais humilde a gente encaminha para o CRAS para obtenção de documentos de maneira gratuita, por que assim o RG é gratuito, mas as fotos não, então manda para o CRAS ele dá o... a liberação da foto gratuita, aí ele vai na junta militar para retirar, o CPF eu acho que é em torno de cinco a oito reais, se for ver não é muito mais uma família, né... que tem aí seu orçamento comprometido... né é... aí a gente encaminha pra obtenção do CPF gratuito e, às vezes, não é só para o adolescente, às vezes pro irmão também, então acaba pesando né, no orçamento familiar, então, nesse sentido, né. (EN.1)</p>	<p>-PIA e a área de lazer: dificuldade para encaminhar</p>

<p>aqui responsável pelo esporte, pelo esporte, cultura e lazer, ela desenvolve mais atividades para crianças, não desenvolve tanto para adolescente, e daí toda vez tenta entrar em contato com essa Secretaria para saber quais cursos que tem e quais atividades, esportes que tem, nós nunca temos resposta... Então, assim, é uma área que a gente geralmente não encaminha né [...] então a gente acaba, na verdade, tendo uma ideia né do que eles fazem mas por conta, a gente não acaba não fazendo nenhum encaminhamento na área [...] (EN. 1)</p>	
<p>[...] muitos adolescentes já associaram o uso da maconha por não ter nada o que fazer, têm muito tempo ocioso... né. Então, a gente seria uma via né, de... é... mas a gente não consegue, a gente, falta porque assim como que vai gastar energia, fazer novos vínculos, olhar novas possibilidades se a gente não consegue mudar o círculo né, ampliar o círculo deles né, de vivência. Então, realmente, faz falta, faz muito falta o futebol que seja organizado né, que eles possam ter horário e compromisso com aquilo... é às vezes natação, tem adolescente que tem problemas de asma, bronquite que natação seria excelente, a gente tem lista de espera... a gente não consegue encaminhar, então, assim, fica bem complicadinho mesmo. (EN. 1)</p>	
<p>No ano passado tinha atividade, esse ano não tem, não tem essa atividade natação, por exemplo, mas ano passado teve [...] Judô, pelo Município... e o futebol na verdade e pro um presidente de bairro. [...] só o Judô que é pela Prefeitura. (EN. 1)</p>	
<p>[...] CRAS é bem parceiro, tanto na questão da documentação, na cesta básica, orientação sobre outros benefícios né, luz fraterna... é o auxílio do gás, bolsa família... então, bem parceiro mesmo. (EN. 1)</p>	<p>-Encaminhamento para o CRAS</p>
<p>Depois a gente trabalha se não me engano questões de saúde, né [...] Mas aí a gente costuma perguntar se o adolescente tem algum outro problema, quando não aparece né, a gente vai elencando... a família também a gente vai elencando alguns problemas, quando é a família que tem problema com álcool e outras drogas a gente deixa claro para o adolescente e a família, aqui se o familiar que foi é dependente precisar de ajuda a gente marca uma entrevista. Inclusive um pai de uma adolescente veio aqui, a gente fez essa entrevista, encaminhou para saúde mental e iniciou o tratamento para alcoolismo sabe... bem bacana! Pelo Município, só que daí é só com psiquiatra né, porque eles não têm o CAPS AD que é um trabalho um pouco mais com outros profissionais também, então acaba ficando o tratamento para dependência só com psiquiatra, infelizmente. (EN.1)</p>	<p>-PIA e questões de saúde: encaminhamentos disponíveis.</p>
<p>E a questão da saúde né, no encaminhamento pra tratamento ou psicológico ou psiquiátrico, ou para dependência... foi bem parceiro na questão da psiquiatria. Na psicologia impossível, lá a lista de espera é de três anos, então, assim, o máximo que eu fiz no ano passado foi enviar adolescente ou algum familiar pra plantão psicológico, que a gente vê que tinha um</p>	

<p>risco de choro intenso ou até risco de suicídio a gente mandou... só que esse ano já não teve plantão psicológico, eles estavam atendendo a lista, pararam de atender os casos novos e se dedicaram à lista [...](EN.1)</p>	
<p>É, então, nesse item a gente tenta que ver porque lado a entrevista encaminha, qual as necessidades pra tentar encaminhar né, alguns adolescentes que precisam de consulta é, de consulta especializada a gente faz é... a gente fez contanto com a Secretaria lá com a agendamento, eles orientaram anexar o pedido médico junto com o cartão SUS, documentos do adolescente para tentar agilizar a vaga, a gente também fez isso [...] (EN.1)</p>	
<p>Então, assim, seguindo com o PIA a gente também verifica questões relacionadas a escolaridade e trabalho, então, a gente pergunta né, se está estudando se não tá, logo na entrada a gente já tem essa notícia quando a gente vai fazer a composição familiar, só que aí a gente retoma esse dado para ter um pouco mais de informação, né, onde estudou pela última vez? Como era o desempenho? Como era o comportamento? E, geralmente, orientar sobre o retorno. E nesse caso não tem uma, uma atitude certa. Ah... eu vou encaminhar pro CEEBJA, geralmente o nosso adolescente já tem, já vem com um atraso escolar muito grande, então eles já são geralmente público do CEEBJA, então, a gente orienta pra, para ir no CEEBJA, às vezes a gente vai junto no CEEBJA, às vezes a gente faz encaminhamento formal ao CEEBJA. É, às vezes... às vezes a gente, em função da medida protetiva, a gente reforça isso, mas não tem um padrão, a questão da escolaridade não tem um padrão de encaminhamento, ou às vezes a gente vai junto, ou às vezes a gente faz o encaminhamento formal ou às vezes só orienta... É com relação, né, a gente tenta motivar o adolescente mostrar os prós de estar estudando os contras, né... da evasão escolar. A gente tenta orientar e motivar nesse sentido, porque isso a gente não consegue forçar, o estudar a gente não consegue garantir que ele retorne e volte estudar, a gente não consegue.</p>	<p>-PIA e questões de escolaridade</p> <p>-PIA e questões de trabalho</p>
<p>Até mesmo nos documentos eu acredito que tem um pouquinho mais de efetividade... no sentido que a mãe vai lá e faz e ponto. (EN. 1)</p>	<p>-Encaminhamentos e sua efetividade</p>
<p>Na Saúde Mental o adolescente às vezes até comparece, vai na primeira consulta mas não retorna, e a gente não tem como obrigar que ele retorne mesmo... até quando tem a medida protetiva a gente tenta orientar que o Juiz vai cobrar isso dele, que é necessário, que é importante e que é bom para ele dependendo do caso, né que usa, que frequência que usa, a gente tenta orientar, mas se o adolescente diz que não quer se tratar ou ele não quer ir para escola, a gente não consegue muita coisa... principalmente porque a família já vem com um histórico e não consegue se colocar como autoridade: não você vai! Geralmente, a gente não tem isso, as famílias não conseguem colocar isso, da necessidade da obrigatoriedade de estudar. (EN. 1)</p>	<p>-A medida mediando a relação do adolescente com as áreas de saúde e educação</p>

<p>Alguns a gente fica sabendo, porque eles fazem questão de passar frente com a mochilinha e falar que tá estudando... Então a gente tem adolescente por exemplo que, que voltou a estudar de tanto a gente falar, né; e ele perceber também, né; outros é, às vezes, vêm pedir ajuda: Oh, Alice, eu queria! Teve um menino de 18 anos a mãe falecida de câncer tal, e duro na queda, vinha aqui com uma cara de bravo, mal-humorado, e chegou um dia ele falou: Alice eu queria me matricular no CEEBJA você me acompanha? Nossa, menina do céu! Eu falei, meu Deus, é claro, é agora né! E a gente foi junto lá, a gente conversou, como ele, já tinha dezoito anos ele pode fazer à noite sabe, então, assim, é bacana no sentido que às vezes a gente tem retorno – Ah, vamos lá comigo... né e outros a gente insisti insisti insisti [3x] que se matricula, se matricula e não dá prosseguimento sabe. (EN.1)</p>	<p>-Relação do adolescente com a escola</p>
<p>Às vezes a família liga reclamando: Vocês o mandou não tá indo. Ou às vezes, a gente vai no CEEBJA, já fui casos de ir no CEEBJA verificar se tava indo ou não. Então, seria um dos nossos... do nosso papel, que tá no regimento inclusive... do regimento interno, e que a gente teria que acompanhar nesse setor de ir até o local de... é onde estuda, né pra tá verificando se tá estudando, qual desempenho, que a gente pode fazer é o ideal... (EN. 1)</p>	<p>-Papel de fiscais x papel de mediadores na formação</p>
<p>[...] a gente, às vezes, esporadicamente, a gente consegue ir lá junto verificar [...] (EN. 1)</p>	
<p>[...] a maioria estuda no CEEBJA, porque geralmente eles têm quinze, dezesseis anos, pararam na quinta série, um atraso escolar bem grande, então é geralmente no CEEBJA.[...] (EN.1)</p>	
<p>O que a gente costuma fazer também, esse ano e ano passado, a gente teve três casos de adolescentes que estudaram nos estados de São Paulo e Santa Catarina, então o que a gente fez, fez contato com essas escolas para mandarem o histórico escolar original para dar início aqui... então, isso a gente costuma fazer também, no sentido de providenciar documentação pra voltar estudar ou de repente fazer contato, a gente, uns três adolescentes ou mais... a gente teve que ligar na escola negociar vaga, mais acredito que mais, no ano passado, e esse a gente liga na escola negociar ou se o aluno der problema eu me comprometo de tá conversando com ele a fazer um trabalho em conjunto, porque as escolas, a hora que sabem que tem a medida socioeducativa ou que tá pedindo vaga eles perguntam: Tá vindo da onde? por qual motivo ?. (EN.1)</p>	<p>-Mediação com escola: negociação de vaga.</p>
<p>É, então, a gente tem que fazer essa mediação também pra quando vai pro ensino regular, CEEBJA nunca fez restrição se o adolescente cumpria medida ou não e da onde que tava vindo. Mas a escola regular é difícil eles não querem adolescente que já deram problema na escola ou que tá vindo transferido, e se veio transferido eles já associam a mau comportamento né, e... (EN.1)</p>	<p>- Medida socioeducativa medeia a relação com a escola regular</p>

<p>No Município, é menos... é esse ano que entra a gente vai ter que ver três adolescentes de doze a treze anos que tão ainda na primeira a quarta série, nas primeiras séries do ensino fundamental. Então, como não tem, tem o EJA na verdade pra adolescente que parou de primeira a quarta série, né antiga quarta série... primeira a quarta série só que tem que ter quinze anos e esses que eu tô falando tem doze, treze, quatorze anos, então eles vão ter que voltar pra primeira quarta série imagina o tamanho que eles tão com aluninhos... (EN.1)</p>	<p>-PIA e sua relação com a escola: encaminhamentos e acompanhamento</p>
<p>[...] esse ano vou tentar pro regular, pro ensino municipal regular, mas também a efetividade... né. Aí a Paula (Assistente Social), já foi verificar qual o critério para ir no EJA, então, quinze anos, agora a escola a gente vai ter que negociar com a escola e ligar para ver qual escola fica mais próximo, ligar, na verdade, pra escola mais próxima da residência do adolescente e negociar vaga. (EN.1)</p>	
<p>Quando o adolescente manifesta interesse em estudar a gente faz essa negociação, inclusive esses três adolescentes eles já são nossos, já foi realizado PIA e ele já colocaram que aceitava, dois eu acho que aceitava no momento do PIA e outro aceitou estudar depois em cumprimento da medida, porque ele tá participando do grupo de LA e ele não sabe escrever, tem treze anos e não sabe escrever, então ele aceitou voltar estudar .</p>	
<p>Isso aí, a gente negocia... infelizmente fica nessa questão, se tem interesse, porque a gente não consegue obrigar mesmo, eu gostaria mas de todo mundo voltar para escola, mas não a gente não consegue. Então, assim, quando o ensino de primeira a quarta série, né no ensino regular, você só consegue matrícula no início do ano, no máximo iniciado alguns meses... é então no final do ano não teve como inserilos né, vai ter que ser agora no começo de 2016. (EN.1)</p>	
<p>Então, nesse mesmo campo do trabalho, do ensino, dá escolaridade a gente já emenda com a questão do trabalho... a gente já pergunta se ele já trabalhou, se trabalha é geralmente é trabalho informal, raríssimos são que tão ou no aprendiz ou que têm dezoito e dezessete anos e que têm carteira assinada, raríssimos, a maioria trabalho informal e se a gente for pensar, é trabalho infantil, por adolescente de quatorze a dezesseis anos que a única forma de trabalho seria o aprendiz... né, e eles estão na construção civil, eles tão como carroceiros, eles tão é em alguma área informal que poderia ser caracterizado também trabalho infantil.</p>	
<p>Tem, em algum casos de violência, mas se o adolescente precisa... trabalhar, na maioria dos nossos adolescentes tem um questão financeira bem vulnerável, e se eles precisam trabalhar, se é na construção civil que eles conseguem, a gente vai falar não trabalhe!? Se eles vieram do tráfico ou porque não tinha como comprar o que eles gostariam. O que a gente faz é orientar no sentido de tentar trabalhar um pouco menos né. O esperado do aprendiz é de</p>	

<p>quatro a seis horas por dia, pra não atrapalhar o estudo, a gente tenta fazer com que eles possam conciliar, mais muito difícil geralmente quando começa a trabalhar eles desistem da escola... se estão na escola né. (EN.1)</p>	<p>- PIA e encaminhamentos para área de trabalho</p>
<p>Então, essa é uma questão bastante delicada, os adolescentes que já tem dezesseis anos, que tem carteira de trabalho, que manifesta interesse em trabalhar ou a gente pergunta ou eles mesmos falam, né quando chega nesse item... e a gente encaminha para agência do trabalhador. A gente, no ano passado, chegou a fazer parceira com a agência do trabalhador, para tentar dar prioridade pra os nossos adolescentes, que a gente encaminhava formalmente para a gerente lá da agência do trabalhador, só que a gente só conseguiu alguma resposta pra jovens que tinham completado dezoito anos. Então, a gente conseguiu a entrevista, lá eles conseguiram a entrevista pro nossos jovens, mas é justamente depois dos dezoito, antes é praticamente impossível a gente não teve notícias de que havia dado certo uma entrevista ou que estava entrevistando. (EN.1)</p>	
<p>Então, a agência do trabalhador é um dos encaminhamentos possíveis, o aprendiz também entra nesse momento que a gente pergunta se tem interesse, e a gente fala quais os critérios de participação do aprendiz que é voltar estudar, os documentos certinhos... que mais? A princípio é isso, se tem curso aqui na Secretaria do Desenvolvimento, como no ano passado.(EN.1)</p>	
<p>Esse ano, final desse ano, teve esses cursos que até eu tenho que tirar ali do painel [painel fichado na parede com relação de cursos], teve cursos gratuitos aqui pela Secretaria do Desenvolvimento. Então, de Administrador de bancos de dados, só que tinha que ter dezesseis anos e possuir noções iniciais, é... noções básicas de Informática e estar no ensino médio, dos 100 que a gente tinha três tava nesse perfil, três nesse perfil ensino médio e noções de informática. Auxiliar de manutenção predial e eletricista de auto, nossa maioria né que tinha 16 anos e a gente foi direcionando conforme os interesses é conforme eles havia comentado das habilidades e interesses propriamente dito, só que na eletricidade de auto a demanda foi muito grande, né, o interesse é muito grande, nos conseguimos inserir um adolescente que ele diz que tava frequentando numa das vezes que ele veio para cumprir LA, depois eu não questionei mais se ele deu continuidade se ele continuou. (EN.1)</p>	<p>-PIA e encaminhamento para curso profissionalizante</p> <p>-Falta de políticas e fragmentos de ações</p>
<p>Isso, só que depende da Secretaria do Desenvolvimento, que também é uma catástrofe... uma calamidade, quase não desenvolve cursos, na maioria quando tem e depois dos dezoito, então realmente é muito difícil estar inserindo nossos adolescentes. (EN.1)</p>	
<p>[...] que mais... segundo o trabalho aí tem a saúde, aí logo depois vem a questão da medida socioeducativa mesmo. (EN.1)</p>	<p>-PIA e a orientação das medidas</p>
<p>Daí a gente fecha o PIA com as medidas socioeducativas,</p>	

<p>a gente, é verificado... verifica, pergunta se o adolescente tem noção de qual medida foi dada, se ele olhou o processo, geralmente não... e daí a gente explica o que o Juiz determinou, explica o que é LA, o que é PSC, onde que ele vai cumprir. (EN.1)</p>	<p>-LA: atendimento individual e/ou em grupo</p>
<p>A LA esse ano, esse final de ano que a gente começou a desenvolver os grupos, a gente tenta encaixar os adolescentes, se ele não tem nenhuma rixa né, nenhuma ameaça de morte a gente tenta encaixar no grupo de quinta ou de sexta, se não está estudando, se não tá trabalhando. Se trabalha, a LA, a gente marca de sábado pela manhã, ou em horário de almoço ou fim de tarde... é mas a gente tem dado prioridade as grupos, os adolescentes que a gente não consegue encaixar nesses grupos a gente marca em outros horários individuais né, principalmente menina que tem LA, a gente não tem um grupo de meninas ainda, não mistura com os meninos porque os meninos ficam todos afoitos, né, com as meninas no grupo, então a gente marca individual. (EN.1)</p>	
<p>[...] nesse grupo de LA a gente inseriu uns dois ou três adolescentes que a gente acredita que esteja em situação de risco e vulnerabilidade, né... agravados, então, a gente inseriu nestes grupos de LA, mas a adesão é bem pequena mesmo. (EN.1)</p>	
<p>[...] Então, o PSC, os adolescente de PSC na hora de encaminhar um local parceiro a gente verifica o local mais próximo da casa, se ele tem alguma afinidade com a atividade que vai ser desenvolvida, mas geralmente não dá para conciliar os dois, né... próximo da casa e habilidade que o adolescente tem, né. No entanto, que a maioria dos nossos parceiros tá na área, como que eu posso dizer, da agricultura, agricultura não bem ao certo. (EN.1)</p>	<p>-Medida socioeducativa de PSC e locais de encaminhamento</p>
<p>Por exemplo, quinze dos nossos adolescentes tá na horta comunitária, ai é uma atividade mais ligada à agricultura, mas dezoito dos nossos adolescentes são encaminhados para o viveiro que é um setor também dá Secretaria de Meio Ambiente e que tá ligado com o plantio de árvores, então tá ligado também ao meio ambiente, né. Não necessariamente agricultura mas tá ligado com o plantio de mudas e de árvores, né. E daí o outro nosso parceiro que tem muito adolescente é o Sopão, que também é um órgão comunitário. Então, parece que, quem diria assim, além de melhor é no sentido de quantidade, foram instituições não governamentais, né, ONGS ou Associações Comunitárias. Porque a prefeitura em si, um aceita dois, outro aceita três e o viveiro que é exceção que no princípio era para mandar quatro adolescentes, agora são dezoito. (EN.1)</p>	
<p>Então, quando é PSC, a gente pode mandar no CREAS, dos seis hoje temos cinco adolescentes no CREAS, mas um lá na outra parte do CREAS, que é o PAEFI criança. A gente agora, nesse final de ano, a gente pediu mais três vagas dentro da Secretaria de Assistência Social, e teve duas vagas para meninas na Clínica da Mulher, uma vaga com um grupo de Melhor Idade, que é de idosos que também é na Assistência</p>	

<p>Social. A gente tem vaga também é em dois Colégios Estaduais que já recebem egressos do sistema penitenciário, só que adultos, então eles, pelo que eu sei, a escola tenta separar, o horário que é de adolescente e outro horário que é de adulto, daí para não misturar os egressos do sistema penitenciário e os adolescentes em cumprimento de medidas, engraçado que os colégios que aceitam os adultos foram os que aceitaram os adolescentes porque a maioria não aceita nenhum e nem outro. [...] (EN.1)</p>	
<p>Isso a escola, assistência de... assistência social, meio ambiente e órgãos comunitários, e associações comunitárias. [...] A... e tem a Secretaria de Educação, que tem três vagas lá, que eles aceitaram, mas eles não aceitaram que fosse enviados nos colégios municipais. Ano que vem a gente vai tentar ver com alguns professores e algumas diretoras se a gente consegue algum trabalho, né, que eles possam participar nas escolas municipais, que pela Secretaria de Educação eles estão cumprindo só dentro mesmo da Secretaria de Educação. (EN.1)</p>	<p>-PIA e a efetividade dos acordos</p> <p>-Momento para avaliação do PIA</p>
<p>Então com LA a gente consegue ter noção se nossos acordos, se nossos combinados foram cumpridos, daí ele vem, eles vêm e pergunta. Mas a gente, é eles, a gente não chega a reformular o PIA formalmente, a gente só vai tendo notícias se deu certo ou não algum encaminhamento nesse sentido, mas também é muito... porque a demanda é bem grande. O que a gente tentou fazer, mas também não teve muito efetividade, que no final do cumprimento quando finalizasse o cumprimento a gente ia fechar o PIA... porque o PIA tem uma avaliação né, no final se as estratégias acordadas foram realizadas e o que melhorou e o que não, o que ficou pendente né, e a gente ficou de fazer isso mas foram poucos também que a gente conseguiu fechar o PIA. O que a gente faz e fechar com o adolescente, olha você terminou com a medida e faz algumas orientações e diz para esse adolescente, daí a gente não... [...] Não, não formalmente no plano, foram poucos que a gente conseguiu fazer esse trabalho. (EN.1)</p>	<p>-Dificuldade em realizar acompanhamento periódico do adolescente e família</p>
<p>[...] a gente marca um horário e chama o adolescente e o responsável e a gente questiona. De dois deles que eu fiz o questionamento do PIA, a gente teve um retorno bem positivo, no sentido de que o adolescente mudou o comportamento, de que tinha parado de usar substâncias que estava usando na época, que o adolescente se mostrou mais responsável, formou família essas coisas, adolescente que formou família né... então, assim, a gente conseguiu uma resposta bem positiva sim, com esses três. A gente conseguiu fechar com esses três, mas agora eu não me recordo, mas assim, o que são três de cento e cinco que a gente tem. (EN.1)</p>	
<p>Eu acho que seria sim, válido, porque a gente não tem essa coisa de tá chamando com periodicidade o adolescente, família sabe, então o retorno que a gente tem acaba sendo por eles, então, assim, nesse sentido é válido sim. (EN.1)</p>	

<p>Isso, nos grupos, o cumprimento de LA e PSC ambas têm que ser semanais né, só que a gente tem muita falta, eles faltam muito no cumprimento de LA e de PSC. (EN.1)</p>	
<p>Faltam muito, muito, muito, muito! Às vezes [...] Ah às vezes fala que esqueceu, às vezes fala que não queria, às vezes fala que tava trabalhando... inúmeros motivos sabe, ou tava com preguiça, ou tava dormindo, tava chovendo... (EN.1)</p>	
<p>Às vezes eles retornam por conta no próximo atendimento, porque daí a gente fixa em carteirinha toda sexta feira nove horas, então a gente orienta se você faltar nessa semana você sabe que na semana que vem é no mesmo horário, no mesmo dia e no mesmo horário. Então a gente tenta orientar dessa maneira, para também diminuir um pouco nosso trabalho de ter que ir na casa notificar pra retornar o cumprimento ou convocar... para que venha até o PEMSE para fazer novas orientações... e nesse sentido. (EN.1)</p>	
<p>[...] eu esqueci... daí quando chega na medida socioeducativa a gente faz todas as orientações, encaminha para lá ou pra cá. Dependendo da medida, fala das regrinhas de comportamento, orienta com relação à convivência de alguns adolescentes, né... em relação a alguma situação que pode é... trazer outros atos infracionais né, horário também de estadia né, de retorno à residência. E aí a gente fecha o PIA questionando sobre o objetivo de vida, o que eles gostariam de ser quando crescer entre aspas né, mas a gente não faz essa pergunta, o que eles gostariam de exercer como profissionais... o que eles gostariam é para vida deles. Às vezes eu faço uma pergunta bem ampla para eles responderem no sentido de... ou profissão, outros falam de formar família, ter suas próprias coisas... mas a gente sempre tenta sempre amarrar com a profissão, no sentido que a profissão dá identidade, dá um norte para eles poderem obter o que eles querem de uma maneira ilícita né, perdão ilícita e socialmente aceita né. Aí no final a gente assina, a mãe assina, o adolescente assina, eu assino também né... [...] Geralmente a mãe, geralmente... mas às vezes a gente tem a sogra que é a responsável legal, às vezes a gente tem a irmã. (EN.1)</p>	<p>-PIA e área das medidas socioeducativas: orientações e encaminhamentos</p> <p>-Fechamento do PIA e questionamento sobre o objetivo de vida do adolescente</p> <p>-Profissão como foco :”o que eles gostariam de ser quando crescer”</p> <p>- Papel da mulher na família</p> <p>-Assinatura do PIA: participação do adolescente e responsável</p>
<p>Então a gente é... a família nesse momento fica só no momento do PIA mesmo, de vir e ajudar a concretizar esses acordos que são feitos com os adolescentes e a família, nesse sentido. (EN.1)</p>	<p>-PIA e a participação da família</p>
<p>Geralmente o pai e mãe às vezes acaba participando mais nas questões familiares, mas quando os conflitos estão bem mais intensos, nos outros, principalmente em relação a documentos eu que acabo cobrando, né, dando prazo. Da escola também, é, e muitas vezes os pais já vem ansiosos para que os filhos voltem a estudar e a gente cobra junto à família, e eu, é nesse sentido. (EN.1)</p>	
<p>No PIA... geralmente é no fornecimento de informações e no comprometimento né, de efetuar aquilo que foi acordado em PIA, geralmente é nesse sentido. Às vezes quando, às</p>	<p>-Da participação do adolescente no processo do PIA</p>

<p>vezes quando o adolescente é mais quietinho e a gente vê que a família que fala mais, a gente tenta puxar e você fulaninho o que você acha? Da sua perspectiva é assim que a mãe tá falando, como você acha que é? Então a gente tenta puxar... agora... (EN.1)</p>	
<p>É todos. Todos a gente faz em conjunto, agora quando a gente vê que a relação é muito conflituosa a gente separa. Um momento pro pai, a gente marca um segundo momento desse que é feito em conjunto, a gente marca só um com o familiar, só um com o adolescente, ou marca novamente os dois juntos, depende muito. (EN.1)</p>	<p>-PIA e realização em conjunto com o adolescente e a família</p>
<p>Teve um adolescente que nem considero que foi feito um PIA, eu coloquei quando relatei pro Juiz que foi um PIA parcial, o adolescente não aceitou a participação da mãe, não quero minha mãe do meu lado, não quero, não aceitou, e chegou a ser hostil e ríspido... eu tive que fazer e começar com ele e fazer uma parte, e fazer uma visita e conversar com a mãe... mas essa é uma das outras, umas das famílias muito comprometidas inclusive o menino vai voltar para o CENSE [...] né, então o adolescente vinha aqui, não queria falar, não tava bem, ansioso...é, e assim foi um trabalho realmente que não teve efeito, é, e não teve efeito porque não teve o PIA, porque a gente não conseguiu construir um bom vínculo, conseguir aí uma estratégia que pudesse fazer que ele superasse essa situação de ato infracional né. (EN.1)</p>	
<p>Então, eu entendia como uma maneira da gente, da equipe tá conhecendo o adolescente, quem que ele é... qual que é a parte dele e qual a nossa contrapartida... né, eu sempre coloquei para o adolescente que são responsabilidades recíprocas, né. Às vezes eu não aperto tanto a família, eu acho que eu deveria fechar um pouco mais com a família, né, eu fecho mais com ela no cumprimento da medida, né... mas eu acho que eu deveria ser, é fazer algumas coisas um pouco diferentes. (EN.1)</p>	<p>-PIA como modo de conhecer o adolescente.</p>
<p>No sentido de é, de dar um pouco mais de responsabilidade né, de... não de dá, porque eles que tem que ter, mas no sentido de estimular que eles possam ter um pouco mais de autoridade né, sobre alguns limites, sobre algumas regras da casa, mas eu acredito que isso é uma construção, não é num atendimento que você vai conseguir isso que a família se aproprie do poder dela, da função que ela deve exercer, né, então assim aí que entra o que eu digo que a gente deveria ter pro ano que vem, que são grupos de pais, para gente começar trabalhar em algumas questões de família mesmo. (EN.1)</p>	<p>-Trabalho com a família</p> <p>-Proposta de criar um grupo/espço para famílias no futuro.</p>
<p>Então, a questão da família, a gente, é gritante [...] Desde o início, é gritante, gritante, mas a gente tem percebido que os pais tão vindo com maior frequência pedir ajuda, oh meu filho tá assim, eu expulsei meu filho de casa, a eu ah! (EN.1)</p>	
<p>Então, fico opa, não sei se a família vai aderir, mas esse grupo vai ser, digamos assim, por interesse, não vai ser obrigatório, diferente dos grupo de LA que são obrigatórios, eu vou tentar ver um espaço pros pais, pra gente não ficar só apagando</p>	<p>-Trabalho com as</p>

<p>fogo, né, mas que os pais possam ter um espaço pra vir e conversar das relações com os filhos, para que eles possam pensar essa, de que maneira eles estão exercendo a função né, de pais e de autoridades deles né, com relação à família. Mas eu não sei, deste ano que passa, desse ano que vem eu não quero deixar passar, vamos ver como eu vou conseguir me organizar também. (EN.1)</p>	<p>famílias: limites e enfrentamentos</p>
<p>Nem lá no CAPS eu faço grupo de família, só grupo com paciente, é um outro limite meu que acredito que pra mim era impensável grupo com pais, eu vou ter quer reformular algum, alguns ideais, alguns algumas dificuldades pessoais né, que remete, claro, à minha história, porque, assim, formação a gente tem, escuta a gente tem... então o que tá impedindo, além do excesso de demanda né, também questões que são inerentes a mim mesma né. (EN.1)</p>	
<p>É... quando a gente vai encaminhar pras secretarias a gente formaliza ou como encaminhamento que vai via adolescente, a gente faz formal [...] são encaminhamentos, a gente já deixou estruturado para não ter que fazer toda vez né, a gente já deixou estruturado... a gente tem umas pastinhas aqui que fica aqui junto à mesa [...] Só que assim a gente não tem esse... esse segundo momento com a família para ver se foi efetivado. (EN. 1)</p>	<p>-Encaminhamentos para secretarias</p> <p>-Ausência do retorno na verificação da efetivação dos encaminhamentos com as famílias</p>
<p>[...] né, fica pendente, a gente faz essa parte burocrática inicial, algumas estratégias, alguns recíprocos mas, às vezes a gente não tem um retorno formal... do que aconteceu se deu certo ou não deu. (EN. 1)</p>	
<p>Então, assim, eu acredito que o PIA não se faz da maneira que deveria com acompanhamento, não se faz da maneira que poderia ser feito em função da equipe técnica reduzida, né, eu tenho que confirmar essa informação no SINASE, eu ainda não fiz... se eu não me engano são duas técnicas a cada vinte adolescentes... se eu não me engano, eu tenho que confirmar isso, se for isso verídico a gente trabalha por cinco equipes... né, então realmente o serviço fica aquém do necessário aquém do desejado, do esperado. (EN.1)</p>	<p>-Avaliação sobre o processo e suas falhas no acompanhamento</p> <p>-PIA e a questão estrutural</p> <p>-PIA e suas limitações: alta demanda e equipe técnica reduzida</p>
<p>Então, eu acredito que a gente não consegue fazer um trabalho melhor do que está sendo feito em função da equipe reduzida, eu digo assim melhor do que está sendo feito porque já teve época de ter uma pessoa responsável... como uma pessoa consegue executar a medida e acompanhar?... não existe, né. (EN.1)</p>	
<p>Então, a princípio é... eu acredito que seja pelo número de adolescente que a gente atende ... então é a equipe técnica formal né, que seria eu e a [assistente social], né, a assistente social e a psicóloga. Então, assim, é a gente... somos em duas, apesar de ter o orientador social que vai verificar os locais de cumprimento de medida de PSC que verifica e notifica os adolescentes que estão em descumprimento, convoca adolescente novo para PIA, né, que muitas vezes o adolescente saiu daqui do fórum ele não vem aqui para agendar para iniciar a medida. A gente fica sabendo que o</p>	

<p>adolescente tem medida porque o Fórum manda ofício para saber como tá a efetivação, aí a gente vai na casa e convoca e marca o PIA para o adolescente vir, então, nesses casos o adolescente vem já com o horário marcado para realização do PIA. (EN. 1)</p>	
<p>É... então assim, é... a gente tá com 105 adolescentes ativos, então, numa equipe tem psicólogo, uma psicóloga, uma assistente social, um orientador social, duas estagiárias uma de psicologia e uma de serviço social e um administrativo... né. E o administrativo exerce outras funções que não só o administrativo do programa... então, assim, a assistente social que poderia ficar mais tempo com a gente fica três dias da semana em as volta do estudo social que o Fórum pediu, né ela fica três dias da semana entre fazer a visita... de redigir o estudo social e mandar pro Fórum, que aí o Fórum vai determinar a medida, então, assim, ela fica mais tempo em função do Fórum do que com a demanda. E eu também se for ver pelo número de ofícios eu ficava três dias na semana respondendo ofício em vez de atender. Né, então, esse ano eu tentei inverter um pouquinho, daí o que você teve! um número de ofícios dos relatórios mensais que o juiz pede praticamente dois meses de atraso... né, então assim é bem complicado nesse sentido. (EN. 1)</p>	
<p>Então, ano que vem eu não quero deixar passar, no ano que vem eu vou tentar criar um grupo de pais, nem que os ofícios ficarem mais atrasados ainda, vou dar um jeito, vou ver o que eu faço, porque assim, é gritante o pedido de socorro não só dos adolescente, mas dos pais, né.(EN.1)</p>	
<p>[...] o que houve assim de mudança no planejamento né, das perspectivas para 2016, é se trata da família. Né, eu tinha aí uma forte vontade de pensar em um grupo de família, mas como o PAEFI criança que tava em outro prédio é... foi transferido para o nosso prédio e eles já tinham uma proposta de trabalhar com família a cada quinze dias, né então a gente forneceu vários contatos né, de vários adolescentes, uma lista bem grande... mas é... é quem estaria realizando estes grupos seria outra equipe, né. Então, só que até o momento não sei até que ponto também houve adesão... né então, esse grupo de família ainda fica um pouco em suspenso, né, entre eles tentarem a efetivação né, convidar e conseguir a adesão das nossas famílias, ou se realmente como tem vínculo já com a gente, de repente vale a pena repensar e a gente tentar executar. Mas é aquilo, se abre pro grupo de família alguma coisa fica pro lado, pra trás, seria os ofícios né... só que daí se os ofícios se você não responde incorre em crime, né, e já estão atrasados três meses, né Janeiro, Janeiro e Fevereiro e Março, não dois meses... essa média de dois a três meses de atraso de ofício, que deveriam ser respondidos em quinze dias... relatório assim processual se está havendo ou não a efetivação ou não das medidas. Existe essa demanda, e a gente vai ter que dar um direcionamento esse ano, ou pela outra equipe ou pela gente. (EN.2)</p>	<p>- Questões burocráticas atravessam a prática da psicologia</p>
<p>A tá e outra, a gente está sem o estagiário de serviço social</p>	<p>-Demanda: pouco tempo para tanto serviço</p>

<p>e sem estagiário de psicologia, então essa equipe era pequena agora ficou menor ainda... então realmente tem que ser pensado cada passo e cada decisão que a gente toma tem que ser pensado, até que a gente voltou reorganizar a agenda, quais são os dias de PIA é que eu faço, e que a [assistente social] faz, os dias de atendimento, os dias de grupo, os dias de ofício a gente já deixou formalizado... eu vou vir alguns dias por mês no sábado, alguns sábados do mês pra tentar dar uma agilizada, tem isso então, tá pouco tempo pra tanto serviço, é como se faltasse tempo, na verdade né o número de técnicos que deveria ser maior. (EN.2)</p>	<p>-Número reduzido de profissionais</p>
<p>Eu acredito que a medida é... tem um caráter punitivo sim, mas tem um caráter é... pedagógico, e um caráter de responsabilização do adolescente, o que ele faz tem consequência sim. (EN.1)</p>	<p>-Medida socioeducativa: caráter punitivo e pedagógico</p>
<p>Então, eu acredito que quando vai conversando com ele ao longo do PIA e pra ele começar... talvez não fique claro para ele, mas... é... é no sentido da gente trabalhar as escolhas que ele faz, quando a gente fala da família, quando a gente pergunta o que ele faz? Do que ele gosta de fazer? Quando incentiva a voltar estudar, que profissão ele quer seguir? O que ele quer da vida dele? É uma possibilidade de repensar e ver que a vida dele é muito maior do que aquilo que tá acontecendo. Né, de que o cumprimento da medida é só uma parte daquilo que pode ser a vida dele, é... e que aquele momento e justamente para ele superar aquela condição, quando ele põe a falar sobre si das coisas que ele gosta, para poder se escutar que ele tem muito mais do que, ele é muito mais que um menino que cometeu um ato infracional, ele é muito mais que um delinquente como se diz por ai, né [...] (EN. 1)</p>	<p>-PIA e a sua função para o adolescente.</p> <p>-PIA e apropriação para o adolescente: Ideal x real</p>
<p>[...] É um adolescente que tem aí suas necessidades, seus direitos tem que ser garantidos, e que ele faz, e que ele também é responsável por fazer algo diferente também da vida dele, se ele foi capaz de cometer um ato infracional ele tem também outras... ele tem potencialidades, ele tem como superar isso, então eu acredito que o PIA é no sentido de... de possibilitar de que se escute e veja que tem outras possibilidades de ser, de vida, de vir a ser [...] (EN. 1)</p>	<p>-PIA: possibilidades de ser, de vida, de vir a ser</p>
<p>É um instrumento também para gente conhecer o adolescente, quem é ele, o que e quais vão ser nossos combinados e o que a gente pode fazer em conjunto sabe, então assim é para equipe também, é para o adolescente, e talvez né, talvez a gente tenha que repensar a forma que tá tendo, mas acredito que se está sendo feito dessa maneira é porque realmente a gente não tem perna suficiente né, pra verificar se tá acontecendo, e de atualizar ele com maior frequência. (EN. 1)</p>	<p>-PIA como instrumento para equipe</p>
<p>Acho que é mais ou menos isso, mais ou menos isso, a gente às vezes não tem o respaldo que gostaria, para fazer para efetivar alguns encaminhamentos né, como eu disse a gente tem é parceiros, é... que a gente consegue uma</p>	<p>-Dificuldade na continuidade do processo do PIA</p>

<p>parceria, é legal no CRAS, Saúde Mental, aqui no CEEBJA também a gente consegue efetivar a matrícula dos meninos quando eles querem e os pais vão, nunca se negaram nesse sentido, parceiro, nesse sentido, nunca se negaram. Então, assim, o que a gente tenta, o que está no nosso alcance tenta fazer, mas às vezes a gente não consegue fazer porque falta no Município um recurso ou outro, né, como o lazer ficou bem claro... na Psicologia também falta no Município porque é um trabalho de Saúde, né, diferente do nosso que a gente faz aqui... mas... acho que é isso. (EN. 2)</p>	<p>- Parcerias</p>
<p>Às vezes é difícil por isso... é difícil por isso, e às vezes a gente não tem um retorno da família, então se houve mesmo, então é uma outra dificuldade que se a gente tivesse esse PIA é marcado com uma certa frequência ou esse acompanhamento familiar ou revendo esse PIA, construindo em vários momentos no cumprimento da medida a gente ia ter notícia pela própria família se foi ou não foi, se mudou, por que às vezes a família diz uma coisa e depois na hora peça outra, então também tem esse limite. (EN. 2)</p>	<p>-Dificuldades na elaboração do PIA: a necessidade de rever e acompanhar</p>
<p>[...] o PIA teria que ser mais dinâmico depois de trinta dias... depois, depois de quarenta e cinco dias a gente teria que chamar para rever esse PIA... a gente não consegue fazer isso... então, nesse sentido, a gente não consegue exatamente comprovar, provar se foi feito o acordo, se foi cumprido o acordo por parte da família. Às vezes quando é LA a gente consegue cobrar um pouco mais: E aquilo lá fulaninho deu certo como que ficou? ...porque daí o adolescente veio até aqui... ou por exemplo teve a reincidência daí a gente cobra, e aquilo que a gente combinou em que pé que tá?... ou de repente o adolescente vem por causa de uma outra questão, já vem dizendo olha, às vezes nem vem falar para gente que conseguiu os documentos, mas em função de outro atendimento a gente percebe que fez os documentos, que foi, que o nosso acordo foi concretizado, mas ele não vem dizer para nós, por outros, por outras vias a gente acaba descobrindo que deu certo... que nosso acordo deu certo. (EN 1)</p>	<p>-Necessidade do PIA ser mais dinâmico</p> <p>-Dificuldade no acompanhamento do cumprimento da medida</p>
<p>Então é assim, enquanto a gente tá conversando com a família a gente já vai transcrevendo as informações, os acordos, porque eu não consigo sair daqui e transcrever na minha sala porque daí tem outras atividades para fazer, a gente marca dois PIAS por dia... né no total de quatro horas e nas outras duas horas a gente tem que fechar, amarrar o PIA, o que foi conversado, fazer anotações na pasta de PSC ou de LA na pasta de LA, então requer um pouquinho de tempo.[...] mas assim, e aí o que acontece além da gente ter esse PIA pra nós, que é para nortear nosso trabalho é... e pensando no que o professor disse que ficou bem marcante no do Paulo Duarte né, do que deve ser importante, essa história para o adolescente ele deve se apropriar disso né, pelo que eu entendi, não é só para nós... e daí vem o Juiz e pede para transcrever aquele PIA com que finalidade? Ele quer o PIA, e ele fala que conforme o SINASE que é para instruir os</p>	<p>-PIA e documentos: do atendimento à transcrição das informações</p> <p>-Para quem é o PIA?: para os profissionais, para o adolescente ou para o Juiz</p>

<p>autos... para quê que ele quer as informações do PIA, já não tem o estudo social pra dar a medida já teve. (EN. 1)</p>	
<p>[...] agora depois que foi determinada a medida, porque que ele quer o PIA e eu questionei várias vezes, não basta a gente informar que foi feito o PIA... eles querem o PIA, e dois casos eles chegaram a mandar resposta o que vocês fizeram visto o risco e a vulnerabilidade (?)... porque geralmente a gente vai fazendo o PIA e já vai colocando que... o que foi o acordo, o que a gente fez em cada situação né, então a gente transcreve mais ou menos como é acordado aqui na... na entrevista com a família e o adolescente. E assim qual a finalidade do juiz questionar o que a gente... que a gente fez né... então assim... talvez para ele também exigir da gente um papel de acompanhamento maior... não sei... ou de repente... eu realmente... eles falaram que qual foi a justificativa quando eu liguei lá, tá no SINASE que deve ser feito, que deve ser anexado aos autos e ponto, essa explicação que me deram. (EN 1)</p>	<p>-PIA e obrigatoriedade do ser anexado ao processo judicial: questionamento sobre este pedido</p>
<p>Então, para mim fica assim... é um... é uma exigência burocrática, porque daí eu fico duas horas aqui com a família construindo, tenho que ir para frente do computador ficar mais duas horas para redigir, corrigir, confirmar se tá tudo certo, porque a gente vai mandar para uma autoridade tem que ser bem feitinho. Então, o PIA, aquelas duas horas que eu poderia estar com a aquele familiar, atendendo a família, eu tenho que tá ocupada redigindo PIA para o juiz, para ele fazer o que com aquilo?... então assim ele diz que né os técnicos... que os técnicos judiciários que claro tem que estar anexado aos autos ao processo... então a gente não tem como se negar... né. (EN 1)</p>	<p>-Hierarquização do lugar ocupado pela profissional e o lugar ocupado pelo Juiz</p>
<p>Então eu não tive nenhuma informação do Fórum a mais a não ser o que sempre eles dizem, que tem que ser anexado ao processo, tá no SINASE e ponto. É, e daí conversando com uma colega nova que entrou o que a gente ficou pensando, que o PIA é uma maneira deles saberem mais sobre o adolescente, não só mandar os relatórios mensais que eles pedem, é sobre o cumprimento da medida socioeducativa e quando tem protetiva também se ouve a efetivação da medida protetiva. Mas, então, assim, ela disse desse ângulo, que talvez seja uma possibilidade de o Juiz saber um pouco mais sobre esse adolescente, sobre a vida social dele né... de ter outras informações. Eu acredito que seja, talvez possa ser, mas eu às vezes tenho dúvida se eles leem... se... de alguns PIAs a gente têm notícia que eles leram, até que eles perguntaram: Mas e aí o que vocês fizeram diante dessa situação né, verificada? Né, mas assim.... é ainda é um enigma. (EN. 2)</p>	
<p>Eu não sei qual a finalidade de fato, porque tem um ofício para ser respondido e a gente responde, né porque já veio o ofício com reiteração que não responder incorre a um crime né, então a gente tem que responder. (EN. 2)</p>	
<p>[...] o PIA é um processo né... então é eu até vou reler lá o</p>	

<p>SINASE, porque eu sei que o PIA tem que ser feito é uma obrigatoriedade nossa aqui enquanto programa fazer, agora eu não lembro de ter lido que era uma obrigatoriedade ter no processo dele lá no Fórum... então assim são duas coisas diferentes né, eu vou reler, vou verificar essa informação, porque lá eles falam no artigo 52 ou 54, é um dos dois – 52 ou 54 – artigo, né do SINASE, vou verificar lá (risos). (EN. 2)</p>	
<p>[...] então, a coisa é bem mais ampla mesmo, então também exigiria que a gente sentasse e lesse sobre né, então é, algo que às vezes a gente não consegue conciliar o trabalho, a leitura, a especializar-se no tema no trabalho... então é algo que é outra pendência, né. Isso, sobre o PIA, sobre todo esse processo, sobre realmente a efetividade das medidas a gente está vendo muita reincidência... então é um trabalho que eu me questiono diariamente que trabalho a gente tá fazendo... né. (EN. 2)</p>	<p>-Questionamento da efetividade do trabalho realizado junto aos adolescentes e família</p>
<p>Ah, no sentido de que assim é, como que eu posso dizer... claro que a reincidência não vai depender só da gente né, mas se a gente conseguisse fazer um trabalho de CREAS de tá puxando mais pra perto um pouco mais a família, um pouco mais esse adolescente. Se a gente conseguisse oferecer perspectiva de trabalho, de curso, de uma maneira mais intensa mais integrada, com certeza a gente teria resultado mais positivo no sentido do adolescente poder ter outras direções, né, outros, alguns projetos de vida, outros, né, outras possibilidades de pensar sua própria vida do que não pela criminalidade... então, nesse sentido que eu penso que trabalho a gente tá fazendo, será que tá tendo efetividade? Eu sei que quando o menino termina eu vou lá e faço o ofício de um relatório conclusivo pro Juiz e mando e pronto terminou, mas que trabalho e qual a qualidade desse trabalho? Qual o sentido na vida do adolescente, tem uns que falam ufa ainda bem terminei isso daqui! Ajudou de alguma coisa, não ajudou! (EN.2)</p>	
<p>O Orientador já perguntou para alguns adolescentes que terminaram, e aí, a medida teve algum efeito, ajudou você em alguma coisa? Não! Ne, ter cumprido, né, fez você repensar sobre algumas coisas? ... então assim a gente tem às vezes uma resposta negativa pela reincidência, pelo retorno de alguns, outros na verdade vem aqui e dá um abraço: Oi Alice, tô fazendo tal e tal coisa, tô estudando pra tal coisa! Ou vem só para falar um oi sabe... então a gente tem esses dois lados, mas assim eu questiono muito pra aquilo que tá ficando para trás sabe, aquilo que a gente poderia fazer, né. Mas a gente tem resultado positivo sim, até que é o que você viu na recepção uma adolescente que veio conversar: era tão bom quando eu cumpria a medida aqui! Então, assim depende muito... né, então, a gente tem esses dois lados, mas às vezes eu acho que pesa esse, que às vezes a gente não consegue ter um trabalho efetivo, né, de realmente... (EN.2)</p>	<p>-Questionamento sobre Efetividade das medidas socioeducativas</p> <p>-Resultados positivos e negativos: onde pesa mais?</p>
<p>É de intervenção, de ser realmente um mediador na vida</p>	<p>-PIA como mediador:</p>

<p>desses adolescentes pra mudança, às vezes a gente não consegue ter esse papel... Poderia com certeza, é ser de ser a ponte... para poder fazer esse trabalho né, faria parte, né, o PIA, é... seria, faria parte do PIA esse trabalho, né, de estar mais com a família, de estar mais com o adolescente conversando, encaminhando, acompanhando na escola, se tivesse em um curso. (EN. 2)</p>	<p>possibilidades e limitações</p>
<p>Eu acho que em algum momento a gente conseguiu perceber e tocar em ponto que foi transformador pro adolescente, pra alguns, mas eu acho que é a minoria. (EN. 2)</p>	<p>-Quantidade de profissionais: necessidade de efetivar o que está na Lei</p>
<p>Eu acho que se a gente conseguisse respeitar o que está na Lei, um técnico a cada vinte eu acho que teria um efeito melhor, eu acho que sim... estaria o mais próximo do que é ideal do que a gente gostaria. Talvez não, porque eu sei que tem alguns adolescentes que eu não consigo ter um bom manejo que aí é a [assistente social] que atende ou o orientador que atende... então a gente também tem noção do nosso limite, né. (EN. 2)</p>	<p>-Autoavaliação do trabalho</p>

Fonte: Dados das entrevistas e da Autora.

Quadro 2 - Pré-indicadores e Indicadores produzidos com base nas entrevistas semiestruturadas realizadas com a Assistente Social Paula⁶

Pré-indicadores	Indicadores
<p>[...] minha trajetória profissional... é, eu sou a princípio Historiadora e isso me levou a ter interesse pelo Serviço Social, até por algumas questões que o curso de História sempre colocou. Então, eu sou Assistente Social há dez anos, praticamente esses dez anos eu tô aqui [...] com algumas idas e vindas mas eu tô praticamente há dez anos aqui no Município... é, trabalhei quase todo esse tempo na Assistência, na Secretaria de Assistência Social, passei dois anos pela Secretaria de Saúde... e acabei nessa última retornando para Assistência direto [...]. Então, assim, a minha ligação sempre existiu até porque eu fui diretora de proteção básica... trabalhei na gestão bastante tempo, e com isso eu acabei né, já tinha envolvimento bem forte com o [programa] desde que praticamente ele foi criado [...] agora eu voltei em 2013, e assim quando eu cheguei aqui o programa tava passando por um momento difícil com muita troca de profissionais e assim tava bem desorganizado por umas situações, mas aí a gente conseguiu formar uma equipe legal... e conseguimos pôr um pouco em ordem assim. Então, hoje, a gente consegue atender de uma maneira assim mais tranquila, né, mesmo quando as demandas que a gente tem de Fórum, né, que é o que toma muito nosso tempo, e deixa às vezes a desejar com os meninos porque a gente se empenha muito em responder ofício. Mas eu acho que a gente avançou em bastante coisas, nas parcerias, né, na consciência da sociedade mesmo do que é uma medida</p>	<p>-Trajetória profissional e formação acadêmica</p> <p>-Experiência profissional como Assistente Social na Secretaria de Assistência Social e Secretaria de Saúde</p> <p>-Estruturação do programa e as dificuldades vivenciadas ao iniciar no trabalho</p> <p>- Demandas do Fórum</p>

⁶ Cabe lembrar que utilizamos nomes fictícios a fim de preservar a identidade dos participantes.

<p>socioeducativa, né, então a gente também adquiriu um respeito da comunidade... eu acho que a gente avançou. (EN. 1)</p>		
<p>[...] deixa eu ver, agosto de 2013, faz dois anos e meio que eu voltei. (EN. 1)</p>	<p>-Avanços observáveis</p>	
<p>Ai eu fui diretora de proteção básica, mas na época a gente não tinha muito essa especificação de especial, a gente só tinha a básica, a gente não tinha ainda o CREAS, né, então a gente tinha o serviços, tava começando os CRAS, então a Política era muito nova, né, então a gente sabia fazer daquele jeito, então como a Secretaria era um local onde acontecia vários serviços no mesmo espaço... né, o [o programa onde acompanhava as medidas] era uma quadra da Secretaria... então, a gente tinha uma proximidade muito grande, os meninos iam almoçar lá com a gente, né, então era... a gente acabava de certa forma interferindo, né, e sabendo de toda a problemática que acontecia, só que a demanda era muito diferente do que é hoje, porque a violência não tava tão na porta das nossas casas, ainda era atos infracionais mais leves, mais tranquilos, né, a gente tinha um ou outro caso mais grave, mas a grande maioria era bem tranquilo, né, diferente da nossa demanda hoje, né, que a gente lida com adolescente que tem muita reincidência... que tem crimes, bem perversos, que tem um homicídio um latrocínio, então, era mais tranquilo, né, a gente tinha um contato mais de perto com o adolescente... Hoje, assim, a gente tem a questão também da ausência da família né, então, 10 anos depois, mudou muita coisa. (EN.1)</p>		
<p>Eu fiquei, eu fiquei 4 anos... 4 anos, daí eu saí e depois passei em um concurso e retornei em 2012 [...] Eu fui para a Saúde... daí eu fiquei na Saúde um tempo, e depois eu vim para cá. (EN.1)</p>		
<p>Na Saúde eu era das especificidades, que é um projeto de saúde mental. Então a gente veio para trabalhar com a saúde mental, então, de certa forma, eu lidava com o mesmo público, porque a gente trabalhava com a questão da drogadição... então, muitos adolescentes que eram atendidos aqui passavam por nós lá né, mas era mais amplo não era só drogas, era todo tipo de transtorno, né, não era nada a ver com o CAPS, é um projeto específico do governo do estado do Paraná. Que é as especificidades. (EN. 1)</p>		<p>-Atuação na área da Saúde</p>
<p>[...] na verdade, eu passei por vários lugares né, eu fiquei um tempo no PSF executando o mesmo serviço, mas não existia um local específico para a gente ficar, então, um tempo a gente ficou no PSF... a gente ficou um tempo no CAPS, depois a gente foi para o pronto socorro né, o antigo pronto socorro, e daí depois, a depois a gente foi, é quando entrou a reforma do pronto socorro que o pessoal que foi alugar uma casa para saúde mental... aí eu saí e vim para Assistência [...] Em 2013. (EN. 1)</p>		
<p>Ah... eu passei por vários lugares... passei pelo Hospital do Câncer, foi meu primeiro trabalho, depois eu trabalhei em uma ONG, é... depois paralelo a [ao Município], no Colégio, durante</p>		

<p>seis anos como Assistente Social, dentro da [Faculdade] eu desenvolvi trabalho junto com o Hospital [...]... é... hoje, ainda trabalho na Prefeitura [em outro Município do Paraná] na Saúde né, tô lá há três anos também concursada, e tô na [Faculdade] já há oito anos quase [...]. (EN. 1)</p>	
<p>Há quase oito anos, logo que me formei já fui para docência... porque a faculdade de História me propiciou isso né, eu tinha experiência de licenciatura, uma graduação com licenciatura, que me preparou para dar aula, né, então isso facilitou bastante. (EN.1)</p>	<p>-Atuação na Docência</p>
<p>A metodologia e o conteúdo, porque Serviço Social sem História não existe, porque é muito atrelado, a profissão surgiu no Brasil justamente a um momento histórico, né, que era um momento lá do estado novo, né, início aí dá do capitalismo entrando no paí com toda força, aí sente-se a necessidade do profissional. Então, a história do Serviço Social a todo momento está atrelada à história do País, então, pra mim, é maravilhoso porque aí eu consigo dominar as duas coisas. (EN.1)</p>	<p>-Tempo de atuação diretamente com as medidas socioeducativas</p>
<p>[...] mais especificamente com as medidas estou há dois anos. (EN.1)</p>	
<p>Hoje trabalha eu, a Psicóloga, um Educador Social, e um Administrativo, e a gente compõe na equipe também com dois estagiários... na verdade, essa equipe seria uma referência para vinte adolescentes, né, e a gente tem muito mais que isso, acho que hoje a gente tá com noventa e alguma coisa. Então, na verdade, a gente teria que estar com duas equipes pelo menos, composta por mais uma psicóloga, mais um assistente social, pelo menos mais dois técnicos, porque, porque a demanda é muito grande, e a gente não dá conta, a gente não consegue fazer o que a gente gostaria de fazer, que é de repente trabalhar mais de perto com esses adolescentes [...] (EN.1)</p>	<p>-Composição da equipe</p> <p>-Necessidade de mais uma equipe de profissionais de acordo com a demanda</p>
<p>Na verdade, mais na parte dos documentos, por que assim, no dia a dia, a gente, você vai atendendo a demanda que tá chegando, principalmente porque não podemos deixar mãe na recepção, adolescente, então no dia a dia você vai levando. Mas quando você senta para ver a quantidade de documentos e de ofícios que você tem para responder... as ações que você tem que tomar em relação a alguns adolescentes, você vê o quanto você tá enrolada sabe... e aí isso demanda tempo né, por que também não é só atender, não é só ir fazer a visita, você tem que ter um momento para fazer o relatório. (EN.1)</p>	<p>-Documentos e demandas de atendimento</p>
<p>Você tem que ter um momento para discutir com a equipe e aí o que também é complicado, como só existe dois técnicos, a gente não faz horários semelhantes, ela faz de manhã, eu faço à tarde. Então, a gente nunca consegue conversar... a gente sempre tem coisa pra conversar, mas a gente nunca consegue atuar juntas, então, eu acho que tinha que ter um profissional de manhã, mais um profissional de manhã, e mais um profissional à tarde. Por que, na verdade, a gente trabalha com a equipe pela metade, né, a Alice</p>	<p>-Dificuldade para ter momentos de trocas e reuniões entre os profissionais</p>

<p>[Psicóloga] de manhã e eu à tarde, então ela tinha que ter uma Assistente Social com ela de manhã, e eu um Psicóloga à tarde, aí sim, de repente, a gente conseguiria fazer com que as coisas avançassem mais. (EN. 1)</p>	<p>-Equipe ideal e a necessidade de mais profissionais</p>
<p>A gente tem... tá meio difícil ultimamente, mas a gente tem, a gente tem a reunião semanal. Então, toda semana, a gente conseguia fazer uma reunião nesse intervalo, que é o horário que eu chego e o horário antes da Alice ir embora, então, ali no horário das 12:30 até 13:30, a gente conseguia conversar, mas nesse último mês a gente não conseguiu, por conta do evento que a gente tinha que organizar, então nossas reuniões era assim, temos que conversar agora! Né, mas nada específico. (EN. 1)</p>	<p>-Reunião semanal</p>
<p>[...] na verdade, a gente não tem uma receita... até porque como sempre estas coisas caem nas nossas mãos e a gente tem que dar conta... sem mesmo ter sido preparada, capacitada, então a gente aqui não teve nenhuma capacitação para PIA... ninguém chegou e disse assim vamos sentar e dizer como preencher o PIA... não, a gente não teve, a gente tem assim é leituras que a gente leu a respeito por interesse próprio nosso. A gente tem falas dispersas, assim, em alguns eventos que a gente vai ou capacitação, mas nada específico sobre o PIA.(EN. 1)</p>	<p>-Modo de realizar o PIA</p> <p>-Falta de capacitação</p>
<p>Então, o PIA chegou, e assim a gente demorou muito tempo para criar um modelo específico, porque a gente queria criar um modelo é... padrão para o CREAS, com algumas especificidades para cada área, mas a gente queria criar um documento único, porque o que acontecia, aqui fazia um PIA, no CACAV fazia outro, sabe cada local desenvolvia seu PIA. Então, a gente primeiro se... sentou para fazer isso... até porque a gente tinha antigamente uma reunião semanal, não quinzenal de técnicos, também, mas agora a gente não tem mais, a gente não tem mais essa reunião... então nessa reunião a gente discutia muitas dúvidas como fazer. (EN. 1)</p>	<p>-Criação de uma modelo de PIA</p> <p>-Reuniões da rede</p>
<p>[...] então, assim, especificamente a gente sabe que o adolescente que cumpre LA e o adolescente que cumpre PSC são... tem suas particularidades. Mas no PIA exatamente é... a gente acaba atrelando é muito mais com o adolescente que vem aqui cumprir a LA, até porque a gente tem mais contato com esse adolescente do que com o adolescente PSC. Porque o adolescente de PSC cumpre em outro local, então, nem sempre a gente tem um contato efetivo com ele, é então, a gente acaba sendo mais assim é concisa. Quando a gente tá no cumprimento de LA, porque a gente acompanha, assim, se realmente esse adolescente está indo para escola, se esse menino realmente tá cumprindo os objetivos que junto a gente traçou no PIA... né. Já o PSC, a gente vê muito pouco né, não é um adolescente que vem no programa diariamente, e a gente não tem perna para acompanhar se ele realmente tá cumprindo o que foi acordado [...] não tem Flávia, a gente não tem, a gente não tem educador suficiente né, para fazer esse tipo de trabalho, a</p>	<p>-Particularidades do adolescente que cumpre LA e PSC</p> <p>-PIA é mais atrelado à medida de LA</p>

<p>gente tem um educador, que já vai nos locais ver as verificações das horas, né, que já faz convocação, que já faz notificação, né, então a gente não consegue. Na verdade assim, eu acho que é uma construção ainda o PIA, a gente... por mais que a gente esteja fazendo ele ainda tá em processo de construção... sabe. (EN 1)</p>	<p>-PIA está em processo de construção e implementação no programa</p>
<p>Faz pouco tempo, faz pouco, eu não sei dizer datas específicas, eu não sei, um ano, mas no começo a gente viu algumas coisas, a gente tirou algumas coisas, a gente acrescentou e conforme a gente foi fazendo ia aprendendo isso no dia a dia, é, a gente foi alterando. Mas se você me perguntar se existe uma metodologia, se eu e a Alice usamos a mesma, não, tá... não tem uma metodologia... até porque nós somos de áreas específicas, áreas distintas, né, e cada um tem sua forma de abordar, né, então assim, e como a gente não foi capacitada para isso, nem eu nem ela e nenhum outro profissional do CREAS daqui de [Município], é, a gente não tem uma situação específica... olha a gente vai seguir assim, a gente vai abordar dessa forma, a gente vai tratar dessa forma... não a gente não conseguiu isso ainda... (EN.1)</p>	<p>-PIA como prática recente no programa</p> <p>-Falta de metodologia e capacitação</p> <p>-Construção conforme área de atuação e demanda do dia a dia</p> <p>-Particularidades e metodologias diferentes</p>
<p>Eu acho que não é nem de elaborar, né, eu acho que é de abordar a família... porque assim, é... o Serviço Social e a Psicologia por mais que tenha algo muito comum, que no caso esse adolescente ou algum outro serviço... nós temos fontes diferentes, né, de trabalho de... então, assim, é eu acho que a psicologia se detalha mais no sentido de entender o porquê desse adolescente fez, não fez né. O serviço social ele é mais direto... né, você entende o que está acontecendo na família, no adolescente... de que forma esse adolescente vive, né e de que forma a partir daí ele pode viver, então, assim, o PIA é uma perspectiva de que ele pode ter outras ações além do que ele tá tendo... né ou seja, incluir ele novamente ele na sociedade, né, com direitos, com... então eu acho que tem diferença né assim... (EN. 1)</p>	<p>-Serviço Social e Psicologia: pontos em comuns e diferenças na construção do PIA</p>
<p>É, a gente até, assim, as nossas estagiárias como elas estão aqui há algum tempo, elas já tem a autonomia de iniciar o PIA de vir para conversa, mas sempre com nossa supervisão, e daí no final a gente sempre tá junto né... mas, assim, muito pouco, porque assim, é... porque geralmente a gente procura marcar quando nós estamos mesmo livres, até porque demanda um pouco de tempo... (EN. 1)</p>	<p>-Participação das estagiárias no processo do PIA</p>
<p>Na verdade, assim, é, o PIA é uma exigência mesmo [...] além de ser uma normativa nacional que o PIA deve acontecer, existe também orientações aqui da Secretaria do Estado que ela direciona, tem uma pessoa lá [...] que só trabalha com a parte de criança e adolescente, então ela também orienta né se a gente já tá tendo o documento. E também já é uma exigência da Justiça, então, a partir do momento que deliberou né, que começou as execuções do PIAS os Juízes também começaram a pedir né. Então eles</p>	<p>-PIA como exigência e obrigação</p>

<p>começaram pedir como era o Plano Individual desses adolescentes, e aí a gente se viu obrigada a fazer sem saber a princípio, né... do que era esse PIA como fazer, né. Quando eu cheguei aqui [...], já tava acontecendo, mas ainda de uma forma bem pequena... né, mas aí, depois geralmente quando regularizou, aí a justiça começou a solicitar e a gente se viu obrigada a fazer de todos os adolescentes, então, hoje, já faz parte de nossa rotina, assim, quando o adolescente chegou no primeiro atendimento já é o PIA... antes a gente fazia uma entrevista, a gente criava vínculo e depois a gente fazia, hoje não, a gente já faz no começo né, se isso tá certo... não sei. (EN. 1)</p>	<p>- Falta de contato inicial com os princípios e como realizar o PIA</p>
<p>É o adolescente chega, ele é um adolescente novo, é uma medida, então a gente vai marcar o primeiro atendimento... o adole... a gente já marca com a família, porque é o momento que você traz a família pro programa, porque ele tá ali assustado com a medida, todo mundo tá né... a gente já marca esse primeiro atendimento, que é quando a gente já faz o PIA, já conhece a família... já dá início à medida, e já sabe que o Juiz vai pedir o PIA daquele adolescente. (EN. 1)</p>	<p>-PIA realizado no início: primeiro atendimento com o adolescente e família</p>
<p>De todos os casos... ele tá pedindo de todos os casos, é assim, é muito complicado por a gente demanda um tempo para gente fazer, e depois demora um tempo para responder né, a gente tem relatório mensal de todos os adolescentes. (EN.1)</p>	<p>-Pedido judicial do PIA para todos os casos</p>
<p>Tem prazos... tem prazos assim, a gente sabe que o prazo aí no máximo de 20 dias, se não responder já vem a reiteração. (EN. 1)</p>	<p>- PIA e Prazos</p>
<p>Era... não a gente fazia mais primeiro uma entrevista, né... um acolhimento, aí depois quando o juiz solicitava a gente fazia... aí como começou também, aumentou muito também a demanda de adolescentes... a gente viu que a melhor forma era já fazer no início para a gente já né, se eximir da [...] mas como a gente sabe que ele vai pedir, então a gente prefere já ter pronto do que assim correr o risco. (EN. 1)</p>	<p>-PIA realizado no início como forma de facilitar o processo burocrático</p>
<p>Então, ele trabalha várias situações né, trabalha família... trabalha a escola, o trabalho se o adolescente não tem idade para estar no mercado de trabalho, trabalha também a questão da cultura, do lazer, do esporte, né da saúde... e aí assim trabalhando todo esse... todo esse contexto familiar e de políticas públicas, e você consegue entender se o adolescente está excluído da sociedade ou não né... ou de repente até entender o motivo dele ficar envolvido em ato infracional, né. Porque se é um adolescente que não estuda, não trabalha, que não conhece, é os meios que o Município tem para oferecer em relação a cultura, esporte, lazer, né... onde esse adolescente tá buscando tudo isso, né? De que forma ele tá preenchendo e então... (EN.1)</p>	<p>- O que é trabalhado no PIA</p>
<p>[...] a gente trabalha também a questão das perspectivas, né... qual é a perspectiva, principalmente após a medida socioeducativa, né... qual a perspectiva que esse adolescente vai ter depois de tudo isso que está acontecendo na vida dele... e assim, você tem N respostas. Você tem respostas</p>	<p>-Perspectivas do adolescente x expectativa do profissional</p>

<p>positivas, mas você tem muitos adolescentes que chegam aqui e não te corresponde, não corresponde as suas expectativas enquanto profissional também, né até porque às vezes as perspectivas, às vezes deles são zero... muitas vezes. [...] (EN.1)</p>	
<p>[...] eu acho assim... em relação à medida socioeducativa, eu acho bem pouco, na minha opinião... na construção, porque as mães já chegam aqui já desacreditadas que esse adolescente vai mudar... ou que algo que a gente falar aqui vai mudar, até porque elas já estão numa história há um tempo de... de assim de solicitar para esses filhos e não ter respostas. Então, eu percebo que elas vêm mais por uma obrigação mesmo, não porque querem que realmente que, que não que querem, acho que nem é essa palavra, não que acreditem que isso realmente vai acontecer, então, assim, é... a família... ela participa, mas muito pouco... no meu ponto de vista, porque o profissional a todo tempo tem que instigar isso sabe... você a todo tempo tem que ficar instigando essa participação. Aí, de como a gente vai planejar a vida do seu filho daqui para frente? Eu percebo que elas não querem muito ter esse compromisso de... ah eu vou fazer ele ir para escola ou eu vou... não parece assim, olha eu, vocês têm que falar alguma coisa para ele... mais ou menos assim. [...] Então, muitas vezes a mãe quer que a gente se impõe, é uma situação que elas não conseguiram se impor enquanto mãe, enquanto família sabe... e querem que o programa tome essa postura, e aí assim, acaba ficando meio difícil sabe. (EN.1)</p>	<p>-Como é a participação da família na construção e efetivação do PIA</p>
<p>Então, um exemplo escola... um exemplo a gente por mais que a gente orienta, por mais que a gente acompanha, é o papel da família ir lá na escola... é o papel da família ir lá conversar com o pedagogo, é o papel da família comprar o material para esse adolescente né... às vezes até não pela vulnerabilidade, mas a família tem que se envolver porque... por mais que o Estado tenha responsabilidade sobre esse adolescente, em primeiro papel é a família, em primeiro lugar é a família, né. Então, assim, a gente dá atribuições pras mães, olha então a senhora vai fazer isso, vai fazer aquilo... mas às vezes a vulnerabilidade... às vezes a falta de cultura, às vezes algumas situações é, não fazer elas chegarem também, então a gente fala do adolescente... vai muito mais além sabe. (EN.1)</p>	<p>- Papel da família</p>
<p>[...] então, assim, a família é... parece que perdeu um pouco também dessa, dessa situação de autonomia de ir e vir, e eles, eles ficam muito dependentes da gente sabe, ah, então, vocês pegam o carro de vocês e vão levar ele lá na consulta... é, a gente faz isso, mas para algumas situações que realmente não tem como, mas se não é a família que tem que acompanhar, a família não pode perder esse papel, mas muitas vezes ela... acaba... deixando a desejar também. (EN. 1)</p>	<p>-Perda de autonomia por parte das famílias</p>
<p>Eles vêm para o PIA e depois eles só vêm quando tem audiência de justificativa... eles acabam... existem exceções, existem, existem mães que vêm para saber se o adolescente tá cumprindo, existem mães que acompanham, mas dez por cento, o restante a família nem sabe se o adolescente tá</p>	<p>-Participação da família: da presença e ausência</p>

<p>cumprindo ou não... nem tem essa consciência, só tem quando chega a notificação em casa ou quando o Juiz chama para uma audiência de justificativa. Sabe, tem muitas famílias que estão bem isentas assim... não se, não se preocupam também, acham que não vai dar em nada sabe. (EN.1)</p>	
<p>Vem porque é obrigatório... a gente não faz PIA somente com o adolescente, o PIA tem que ser acompanhado com algum responsável [...]. O adolescente e a família... alguém da família. [...] Vêm... mas não, não se... não que elas não se responsabilizam, não se assume muito assim. (EN. 1)</p>	<p>-Participação da família no PIA como elemento de obrigação</p>
<p>Então... não deixa de ser muito diferente da família. Por que talvez esse adolescente não acredite em algumas coisas, sabe Flávia... e até porque, assim para ser bem sincera, o Município também não oferece os... os serviços que muitas vezes que a gente traça, porque quando você pensa em adolescente... adolescente gosta do quê? o que faz um adolescente é de repente mudar de ideia de sair do tráfico, ou para poder é... primeiro a escola tem que ser interessante né, e infelizmente a escola não é mais interessante, né. Então assim, a rede também não funciona como deveria... é... esporte, cultura e lazer é uma coisa que adolescente adora... adora, no nosso Município não tem! É, a gente tem uma Secretaria de Juventude que não funciona para os nossos adolescentes, tá, de repente funcione para outros jovens mas os nossos adolescentes são excluídos desse tipo de situação. Né, para você ter noção, eu fui responsável pelo plano SINASE do Município, então, eu tinha que ter metas e objetivos para os próximos dez anos, então eu tinha que ter serviços para oferecer para esses adolescentes... e eu tive uma dificuldade muito grande para isso, porque não é um público que ninguém, é um público que ninguém quer atender... entendeu, a escola expulsa... é... os locais que se diz aí públicos, expulsam né, porque esse adolescente incomoda... né, ele, então não é fácil também a gente trabalhar com a rede de serviços, então, muitas vezes, o adolescente ele também não tem vontade de procurar, às vezes ele promete para gente aqui sabe... que vai, que vai procurar, a gente encaminha, a gente faz encaminhamento a gente... mas não adere. (EN.1)</p>	<p>-Participação do adolescentes na construção e efetivação do PIA</p> <p>-Necessidades na adolescência</p> <p>-Escola, esporte, lazer e cultura</p> <p>- Falta da rede como um todo e o processo de exclusão</p> <p>-Adolescentes estigmatizados</p> <p>-Dificuldades para o adolescente ser aceito na rede de serviços</p>
<p>Não adere... se aderir aí é um por cento... a gente tem no Município alguns parceiros de PSC que eles têm atividades próprias... e aí é que alguns aderem a participar dessas atividades que é oferecida lá no PSC... então, aqui, a gente tem o Sopão e esse Sopão tem um time de futebol... então, ele pega os meninos que estão cumprindo medida e coloca... né... dentro desse time de futebol... e aí os meninos adoram, e o que a gente teve de resposta, vários meninos que terminaram a medida e que continuam frequentando... até para ajudar, distribuir sopa, eles abraçaram a causa como se fosse deles, entende... então, assim, têm vários meninos que terminaram, que continuaram indo lá ajudar a fazer a sopa, entregar, né... então, é um parceiro que eu acredito bastante, sabe. (EN. 1)</p>	<p>-Falta de parcerias no</p>

<p>Então... a gente tem muita dificuldade ainda no Município, a gente tem poucos parceiros se a gente for pensar... é as pessoas têm muito ainda dúvida do que esse adolescente pode fazer, por mais que a gente explique, o educador oriente, mas ainda tem muito dúvida... assim... os outros locais é mesmo para o cumprimento de medida, não tem outras ações como esse do sopão... e assim eles vão lá e cumprem a medida e vão embora, né... é... mais assim... é, falta mesmo um, falta mesmo oportunidades sabe, para esses adolescentes... oportunidade... é... de fazer algo melhor, assim. Ah, tem adolescentes que falam eu queria fazer um curso tal... mas eu não tenho como encaminhar, Flávia... a gente tinha uma promessa de cursos é... do Liberdade Cidadã, eu acho, ou do AFAI, mas que tá enroscado no CEDECA... porque como demorou pra ser executado os valores dos cursos mudaram, então, teve que ser feita uma nova planilha pra mandar pro CEDECA aprovar, e que acho que por falta de certidões aí algumas coisas burocráticas. A gente não consegue liberação dos cursos, então, assim, nós também ficamos de mãos atadas... né... quando o adolescente, você vê uma perspectiva nele, mas a gente vai encaminhar para onde? (EN. 1)</p>	<p>Município para atender os adolescentes</p> <p>-Falta de oferta de oportunidades para os adolescentes</p>
<p>Sim... a escola é bem atrelada né, os nossos adolescentes eles têm uma defasagem escolar muito grande... então, a maioria deles vão para o CEEBJA, a grande maioria. Mas os que têm a oportunidade de ir para uma escola normal muitas vezes eles não são aceitos... até pela... pelo histórico né, não de notas mas o histórico de ações que foram acontecendo aí, situações que aconteceram. Então, muitas vezes, a gente tem que intervir, temos que ligar, falar com o diretor, sabe acaba deixando de ser um direito... né? E acaba sendo assim, ah... mais a gente então vai passar para o juiz! Acaba aí sendo um cabo de força sabe, ganha quem tem mais força. (EN.1)</p>	<p>-Como é abordado no PIA: a educação</p> <p>-Defasagem escolar e elementos que dificultam o retorno à escola</p> <p>-Encaminhamento para escola x cabo de força</p>
<p>[...]eu penso que é traçar mesmo metas para que esse adolescente supere né a situação que ele se encontra...e assim até porque ele...ele traça metas ao longo, há um prazo maior. Até que ele não acontece só nas medidas ele acontece nos outros programas também, então é uma superação mesmo daquela situação vem sendo vivenciada no momento né...é eu penso que é isso. (EN. 1)</p>	<p>-Objetivos do PIA</p>
<p>Eu acho que é conhecer esse adolescente, né já que ele é nossa porta de entrada... então, assim, é conhecer esse adolescente, conhecer essa família... entender as perspectivas, até porque eu acho que o PIA, ele teria que ser uma construção do tempo que o adolescente tá cumprindo a medida. Não poderia ser um momento, no começo e fim, na verdade, é dois momentos. A gente teria que ter uma equipe mais né forte, com mais pessoas para a gente conseguir acompanhar também durante a medida, se está sendo efetivado o que a gente combinou no PIA a gente não consegue... né, muito pouco! Então, assim, o PIA é importante é porque tudo que acontece a gente recorre a ele para ver... quem é aquele adolescente? O que aconteceu? [...]</p>	<p>-Possíveis contribuições do PIA na efetivação das medidas socioeducativas</p> <p>- Dificuldades vivenciadas na prática e o ideal percebido</p> <p>- Falta de continuidade</p>

<p>como a gente tá há muito tempo fazendo isso, no primeiro momento, a gente tem uma percepção de quem é esse adolescente, né... se é um adolescente que quer mudar, se é um adolescente que não tem perspectiva... então, a gente consegue visualizar isso né. (EN. 1)</p>	<p>do PIA</p>
<p>É dois momentos porque, quando inicia e quando termina que a gente retoma o PIA, que a gente vai dizer para o Juiz que finalizou a medida e se a gente alcançou o que esperava ou não... Então, a gente reavalia. (EN. 1)</p>	<p>- PIA realizado em dois momentos: no início e término da medida</p>
<p>[...] no final do PIA, a gente tem lá uma parte que é a finalização... se os objetivos foram atingidos ou não. (EN. 1)</p>	
<p>A... todos os momentos, a gente recorre porque, porque aqui muita reincidência... até porque a gente trabalha com muitos adolescentes... então, assim, quem é fulano!? ... né, tem uns que são figurinhas marcadas a gente conhecer ao longo do tempo, mas muitos não. E a todo momento tem que estar resgatando quem é esse adolescente né... o que ele faz, se ele tá na escola se ele não tá, né... então, eu tenho, se a gente combinou alguma coisa, né... como se diz, a gente combinar então tá, você vai sair daqui, você vai fazer isso, fazer aquilo! E eu preciso lembrar o que eu combinei com ele para eu poder cobrar ele na hora do atendimento, né. (EN. 1)</p>	<p>-Recorrer ao PIA como forma de saber quem é o adolescente</p>
<p>Na LA vem semanal [...] Semanal são os técnicos, e a gente tem dois grupos de LA né, quem realiza são as psicólogas no caso a Alice e a estagiária né... elas têm um grupo que, nesse grupo, elas trabalham várias situações com eles, né [...] uma percepção da psicologia para perceber algumas situações aí... aí durante esse grupo eles assinam a LA também, né... então, a gente tanto os que vêm no grupo e os que vêm para o atendimento, aí nesse atendimento a gente conversa né, faz orientações, pergunta, tá estudando? E aí, conseguiu a vaga? E aí, foi naquela consulta? Resolveu fazer o tratamento que a gente oferece para a drogadição? Se ele quer aderir ou se não quer, então, é um momento que a gente tem de <i>feedback</i> com eles. (EN. 1)</p>	<p>-Outros momentos além do PIA, atendimentos de acompanhamento da medida</p>
<p>Acredito, porque você trata de situações que você tratou no PIA... então todo momento que ele vem para o atendimento você relembra tudo que foi, de certa forma, conversado né... você vai fazer as cobranças entre aspas. (EN. 1)</p>	<p>-Atendimento e continuidade do PIA</p>
<p>Agora quem cumpre só PSC, geralmente tem poucas horas, já cumpri logo sabe, aí acaba que a gente não tem muito contato assim [...] a gente encaminha para cumprir as horas e aí a gente tem mais dificuldade para encontrar esses adolescentes, porque se eles vão lá, e tão cumprindo, não tem motivo para a gente chamar eles, para vir até aqui... né. Agora a gente tem muitos adolescentes que cumprem as duas medidas né, que tem tanto LA quanto PSC... é, então, a gente tem poucos meninos que só cumprem PSC, porque PSC é a medida mais branda né... então, geralmente, os meninos cumprem as duas... aí a gente tem esse contato mais perto. (EN.1)</p>	<p>-Encaminhamento do PSC</p>

<p>[...] eu acho que é isso mesmo que eu falei, eu acho, assim, que o nosso público, ele é um público muito diferenciado sabe... assim, eu não sei se eles têm essa percepção tão de início sabe, essa discussão essa... essa situação de dizer assim ah, eu fiz o PIA e agora eu mudei eu penso diferente, eu vou ser uma outra pessoa por conta disso!... Não, acho que não. Eu acho que para acontecer uma mudança aí no sujeito mesmo, eu acho... o PIA colabora quando você levanta as situações, mas ele só se efetivaria se a gente conseguisse que esse ações fossem concretizadas sabe... mas, no adolescente, talvez seja um momento de reflexão para ele... de pensar. (EN.1)</p>	<p>-Contribuições do PIA para desenvolvimento e formação do adolescente</p> <p>- Falta de efetividade no PIA</p>
<p>Para... acho que é um ótimo momento para nós enquanto profissional... porque assim a gente vai bem a fundo com o adolescente sabe, pra entender mesmo aí todas as situações que ele perpassa, é porque ele chegou onde ele chegou sabe... e a gente consegue ter essa percepção, por meio desse atendimento, desse momento, até porque a família também é um momento que a família também desaba né, aqui, e conta tudo e a gente vai, forma o vínculo, e nesse momento que a gente forma o vínculo... assim, de dizer eu confio em você, né! Para nós, enquanto profissional... eu confio em você, a partir desse momento você sabe da minha vida!... (EN.1)</p>	<p>-PIA como modo de conhecer o adolescente e família</p> <p>-Formação do vínculo com o profissional</p>
<p>A... eu acho que até pela situação que ele vive né, é quando a gente fala de adolescente infrator... eu acho que envolve tanta coisa sabe, não é só o ato infracional... é, aqui especificamente porque é um Município muito pobre, ele tá muito atrelado ao tráfico... né. Então, a maioria dos nossos adolescentes são muitos carentes, pobres mesmo que acabam entrando nesse mundo justamente pelo dinheiro, pelo que o dinheiro oferece, né. Então, assim... é... eu acredito que esse adolescente... ele vai demorar para ter essa percepção, porque não é da noite para o dia que ele vai deixar de passar fome... e quando eu falo em passar fome, é passar fome mesmo, né... eu tenho adolescente que diz assim, tá, se eu não fizesse isso é... minha mãe não tinha dinheiro para pagar aluguel... eu tenho adolescente que já foi internado no CENSE e a mãe dizer assim: eu preciso que ele saia de lá porque eu não tô conseguindo manter minha casa! Então, assim, é, envolve muita coisa... sabe, é a transformação, essa transformação do adolescente, essa contribuição é... as outras políticas tinha que acontecer... as políticas públicas não acontecem, elas não são efetivas, né. Como eu vou fazer uma superação aí, se eu não tenho locais de atendimento, se eu não tenho uma saúde digna, se eu não tenho uma escola digna, se eu não tenho onde pôr os filhos dos meus adolescentes. Eu tenho adolescentes meninas que têm bebês e para elas estudarem para elas trabalharem elas precisam de creches, eu não consigo eu não tenho creche no Município! (EN.1)</p>	<p>-Dificuldades vivenciadas pelos adolescentes</p> <p>-Percepção da realidade vivida pelos adolescentes</p> <p>-Limitações no trabalho</p>
<p>Falam... falam, eles têm tanta segurança que eles vêm procurar a gente mesmo assim, ah eu não tô conseguindo creche para meu filho! Né, as meninas, ou ah eu não tô conseguindo uma consulta lá tal tal!... Eles vêm, eles têm a</p>	<p>-Procura por parte dos adolescentes</p>

<p>gente como referência sabe... mas nem sempre a gente consegue ter uma resposta para eles. (EN.1)</p>	
<p>[...] eu acho que existe uma dificuldade aí de sair aí da questão da criminalidade até porque da situação vulnerável que essas famílias vivem... e assim, vulnerável de políticas públicas mesmo sabe, às vezes vulnerável mesmo do que comer, né. É claro que a gente tem aí dez por cento que tem família e Estado. E quando eu falo vulnerável, eu digo assim é que a família também não tem muito o que oferecer, a gente tem muitos adolescentes que são filhos de traficantes... né, a gente tem muitos adolescente que não tem pai e mãe, que mora com uma avó... então, assim, são N situações. Eu tenho adolescentes que foram para ser internados no caso de recuperação e foram abusados sexualmente, então, assim, é muita coisa para ser superado Flávia... porque ele já vem com outros problemas junto com a medida, sabe, eles não vêm só com a medida. Os que têm mais condições financeiras sim, chegam aqui, que foram pegos dirigindo um carro sem carteira sabe, porque, de repente, fez alguma algum dano moral... né, esse sim, esses chegam e superam, não voltam mais. Mas esses que têm reincidência, que são realmente os meninos que a gente se preocupa... não têm estabilidade, muitas vezes, não têm casa para morar, não têm comida, não têm roupa...e aí o tráfico oferece tudo isso... sabe, e como a gente concorre com tudo isso?... (EN.1)</p>	<p>-Vulnerabilidade e dificuldade de sair da criminalidade</p> <p>-Vulnerabilidade e dificuldades de acesso às políticas públicas</p>
<p>Se, de repente, a gente tivesse uma rede de atendimento que funcionasse, se eu dissesse para ela assim! Olha, vamos preencher seu dia, vamos fazer algo bom para você para você sair da rua! Então, de manhã você vai pra escola, à tarde você vai para tal lugar fazer teatro, lá tem teatro, lá tem!... Por exemplo, lá tem teatro, lá tem isso... não tem! No nosso Município não, isso pode acontecer em outros lugares, mas aqui não, aqui não tem, então, a gente se esbarra nessas situações. (EN.1)</p>	<p>-Situação ideal e a realidade vivenciada</p>
<p>[...] frustrada... por que a gente não tem a quem recorrer... é uma forma mesmo de poder né... é você não tem muito o que fazer. Os conselhos tão aí, o CMDCA, por exemplo, ele têm consciência do que acontece no Município, que é uma forma de controle social, né, que poderia tá fazendo essa fiscalização e cobrando algumas ações... então, a gente fica bem de mãos atadas, bastante. (EN. 1)</p>	<p>-Sentimento diante da situação</p>
<p>Então, igual te falei... eu acho que ele é um documento importante pra gente hoje... né, até para a gente conhecer o adolescente, mas assim dizer que a equipe se concentra na efetivação do PIA não... não. (EN. 1)</p>	<p>-Objetivo do PIA para o programa</p>
<p>Eu acredito que seja alguma coisa documental [...] existe uma corregedoria aí estadual que de uma vez por ano o Juiz vem aqui para saber como tá o programa... mas eu acho que é mais a nível de números. Eu vejo até pelo Plano Decenal, né... existe lógico, são situações que eles precisam ter números para encontrar soluções para fazer com que aquelas coisas aconteçam, né... e agora a gente... tanto o</p>	<p>-Pedido do PIA pela Justiça</p>

<p>plano do SINASE que já era pra estar sendo executado e não está sendo. (EN. 1)</p>	<p>-Plano Decenal e Plano SINASE e sua efetivação e fiscalização</p>
<p>Ele foi feito... eu elaborei, né, junto com o CMDCA... e não está acontecendo o que tá lá no SINASE... né, é agora tem o Plano Decenal, então, assim... esse SINASE foi entregue na mão do Juiz, nós tivemos que protocolar na Justiça... a exigência a entrega dele era na justiça, né... então, ele foi protocolado no dia 14 de novembro de 2014... como determinava lá a portaria, né, do MDS junto com a Justiça, então, ele foi entregue... agora quem vai cobrar ele não sei... (EN.1)</p>	
<p>Isso, de que forma, de que forma ele vão cobrar essas metas e objetivos... não sei. (EN.1)</p>	
<p>A gente tem... está sendo elaborado (Plano Decenal) [...] Eu (risos) eu que estou elaborando a parte técnica, né... mas, assim, existe um Comitê... uma comissão, né... que foi, que é exigência também em lei também que ela tem que ser publicada... que é dois membros de cada secretaria e, juntos, cada um vai trazer as demandas da sua secretaria voltada para criança e adolescente. Então, por exemplo, saúde a gente vai trabalhar tudo, mortalidade infantil, taxa de natalidade, vacina, a questão da violência... então, a saúde tem que me trazer todas essas demandas. Então, eu fiquei com a parte mesmo de elaboração, lá da escrita, de pôr isso no papel, de... mas a elaboração dele como um todo é responsabilidade do CMDCA junto com esse Comitê. (EN.1)</p>	<p>-Participação da rede na elaboração do Plano Decenal</p>
<p>[...] rede toda!... todas as Secretarias têm que estar envolvidas, porque todo mundo atende criança e adolescente... além da rede, o Conselho Tutelar, Justiça, é o Fórum da Criança e do Adolescente aqui do Município, as ONGS que atendem criança e adolescente, né... então é um coisa bem mais além... né. (EN.1)</p>	
<p>[...] bem devagar [risos]... porque assim a adesão é muito difícil, as pessoas, parece que ninguém que ser envolver sabe... é, não sei, não sei te falar onde tá, se é aqui em [Município], às vezes eu tenho a impressão que é aqui, que é o comprometimento aqui sabe... eu fico bem frustrada... eu tô bem frustrada... em relação a algumas coisas. (EN.1)</p>	
<p>[...] a gente tem prazo agora em novembro de 2016, esse prazo foi estendido, já era para ter sido entregue agora no início de 2015... mas por conta de ninguém ter sido capacitado para fazer isso o Estado prolongou, o Estado não o Governo Nacional... ele prolongou a entrega, então, agora os Municípios tão elaborando... sabe. (EN.1)</p>	<p>-Prazo para entregar Plano decenal</p>
<p>[...] por que lá tem ações de vários, de várias Secretarias não é só da Assistência, então, assim, cada Secretaria tão, porque foi as próprias Secretarias que me deram as metas e objetivos... então, quem taria que tá cobrando seria o CMDCA... não sei te falar, porque eu não participo do CMDCA, porque a minha função foi fazer o plano e entregar. (EN.1)</p>	<p>-Plano do SINASE e sua</p>
<p>né... agora a parte do SINASE é... a parte, assim, bem voltada para Assistência e para as medidas, eu sempre</p>	

<p>cobro da minha diretora, assim, olha, a gente tem que ver se está sendo executado tal, porque pode ser cobrado isso daí... né, mas se vai ser a gente não sabe... e assim que tem sido. (EN. 1)</p>	<p>efetivação</p>
<p>Então é assim... eu não sei se eu vou conseguir ser clara porque isso é quando você tá ali fazendo que você sente, e quando você tá revisando um PIA que, que você tá construindo com o adolescente. Uma situação e aí eu vejo que ele é um processo em construção, por que nós, enquanto técnicos, nós também não fomos preparados para realizarmos esse PIA... é, não fomos capacitados pra isso. Então, assim, aqui no Município mesmo, a gente teve que criar um PIA específico para nós, para que a gente pudesse tê-los em todos os serviços, mas assim, eu vejo que cada um executa de uma forma... sabe, é, coloca de uma forma né, então, no meu ponto de vista é ele tá em construção nesse sentido, assim, para nós profissionais mesmo sabe, para gente poder tentar entender o que ele vai trazer de retorno para esses adolescente, porque, assim, ele é um plano, a gente senta com o adolescente, a gente planeja, né... o que a gente vai realizar com esses adolescentes, o que eles pretendem futuramente [...] (EN. 2)</p>	<p>-PIA: um processo em construção</p> <p>-Falta de preparo e capacitação para trabalhar com o PIA</p> <p>-PIA necessidades e desafios de pôr em prática em sua totalidade</p> <p>-A que veio o PIA para os adolescentes: busca de entendimento pelos profissionais</p> <p>-Possíveis retornos do processo</p>
<p>Mas a gente não consegue muito acompanhar o que tá no PIA, sabe, até pela nossa dinâmica de trabalho, pela correria, pela... como eu falei para você responder ofício, fazer visita, acompanhar medida... a gente não consegue efetivar de fato o que tá no PIA, eu penso, mas eu penso que aqui no PEMSE é assim, não é só comigo. A gente faz o que a justiça pede a gente realiza o PIA, a gente responde, né... mas a gente não consegue acompanhar. A gente não consegue no final é ver realmente se a gente atingiu, é... não é tão completo ainda [...] de continuidade e talvez seja uma falha aqui, como a gente falou de nível de Município, porque a gente tem poucos técnicos... então, a gente não consegue fazer um trabalho, né... da forma como ele deveria acontecer, a gente não dá conta. (EN. 2)</p>	<p>-PIA e a falta de continuidade e efetivação do que é proposto</p> <p>-Realização do PIA conforme pedido da Justiça</p> <p>-Fatores que dificultam o processo de efetividade e continuidade do PIA</p>
<p>[...] Então, eu vejo que ele é um, ele é um trabalho que existe, mas que não, é a gente não consegue finalizar ele como deveria... sabe, quando a gente pensa lá, às vezes eu tenho adolescentes que comete reincidência aí eu preciso retomar esse PIA com ele, né... aí eu vejo que muita coisa não ficou finalizado, a gente não conseguiu fazer nem anteriormente. Então eu to retomando começando outra medida, mas não consegui verificar se aquilo que a gente propôs... né... por quê? Porque é o PIA, não depende só de mim, só de nós aqui, só do programa. A gente faz levantamentos em relação à educação, em relação à saúde, a gente encaminha, né... a gente vê onde o... o que o adolescente está fazendo, o que ele precisa fazer e a gente faz os encaminhamentos necessários. Agora a gente não tem uma contrarreferência, não existe uma contra referência... no Município que eu consiga dizer se aquele adolescente,</p>	<p>-PIA: processo existente no trabalho X ausência da continuidade e finalização do processo</p> <p>-PIA e a dependência de outros serviços e políticas públicas</p>

de fato, foi por serviços que eu encaminhei. (EN. 2)	
É, eu vejo que ele só é um instrumento... cobrado pela justiça, entendi, não é um documento que a gente utiliza... é, eu consigo utiliza muito mais o estudo social do que o PIA [...] No meu trabalho, no dia a dia. (EN. 2)	-Percepção do PIA como um instrumento burocrático
Talvez porque o estudo social, eu vou até a família, né... e o PIA a família vem, né. No estudo social eu vou à família, eu busco, eu tô lá na realidade deles, eu tô conseguindo ter uma percepção diferente, né. O PIA não, como aqui no PEMSE, a gente realiza já no primeiro encontro eu não sei direito quem é esse adolescente, né... eu faço e eu acredito no que eles me falam apenas.	-PIA x Estudo Social -Dificuldade de compreender a realidade do adolescente por meio do PIA
É, porque você acaba acreditando no que eles te falam, e a gente sabe que nessa área da medida socioeducativa nem sempre eles falam a verdade né, nem sempre aquilo é real mesmo. (EN.2)	
[...] se a gente tivesse uma equipe maior, que a gente conseguisse fiscalizar isso. Buscar de fato o que tava lá escrito [...] tá na escola? A escola ainda é um exemplo que a gente consegue acompanhar melhor, porque a escola funciona também como proteção, né... medida protetiva, então, eu preciso ficar mais de perto. Mas algumas outras coisas eu não consigo, não consigo, de repente, fazer a ressocialização desse adolescente como deveria sabe. (EN.2)	-Questão estrutural: necessidade de uma equipe maior -Dificuldade para materializar o que está posto na Lei
Porque a gente não tem capacitação voltada para medidas socioeducativas, nesses três anos que eu estou [...] eu nunca fiz uma capacitação voltada pra medida socioeducativas, tirando essa vez que o Paulo (Paulo Duarte) veio mas, que ele falou de uma outra coisa, não falou especificamente da medida. É a gente tem os encontros que nós aqui criamos com nossos parceiros e que nós capacitamos eles [risos], mas a gente não tem assim uma ou Município trouxe uma capacitação pros técnicos, né. Isso está no SINASE, é Municipal, a gente solicitou essa capacitação, é porque nossos educadores, por exemplo, eles chegam aqui com mero ensino médio, eles nem sabem o que são medidas socioeducativas. Então, assim, a gente, a gente trabalha com pessoas que têm uma visão distorcida do ECA, né... do SINASE, então a gente, a gente precisaria não capacitar só o CREAS, mas, de repente, a educação, as pessoas que recebem nossos adolescentes. Então, eu acho que esse tipo de capacitação que eu tô dizendo sabe, a gente engoliu o SINASE... goela abaixo... né... a gente só recebeu um livro dizendo que era o SINASE, a gente vê discussões mas que a gente busca, não que o Município traz e que o Estado proporciona. Porque tem coisa, Flávia, que a gente tem que saber mesmo, pegar na mão e dizer como eu vou fazer, como tem que ser feito, né... para quem tá ali [...] para quem tá estudando só sobre isso, você lê e você tem uma compreensão, mas para quem faz no dia a dia é totalmente diferente. (EN. 2)	-Falta de oferta de capacitação aos profissionais - Presença de profissionais com visão distorcida do ECA e SINASE -Necessidade capacitação para a rede que recebe e atende os adolescentes
Não vejo muito apropriação... vejo de bem poucos, assim.	

<p>Acho que por isso, de repente, como somos cobrados pela justiça aí nós temos prazos, a gente optou por fazer o PIA, na primeira, no primeiro atendimento. Então, não sei se o adolescente consegue ter já em um primeiro momento essa percepção... sabe da importância do PIA, dessa apropriação, porque que a gente tá fazendo aquilo naquele momento, sabe, até mesmo a família que cai aqui muitas vezes de paraquedas. (EN. 2)</p>	<p>- Como o adolescente se apropria desse processo</p>
--	---

Fonte: Dados das entrevistas e da Autora.

4.2 Os núcleos de significação

Após a aglutinação dos pré-indicadores em indicadores, articulamos os indicadores das duas profissionais, de acordo com o que orientam Aguiar e Ozella (2006, 2013), e chegamos a cinco núcleos de significação. Os núcleos foram construídos por meio de um processo de articulação do conjunto dos indicadores e seus conteúdos, o que resultou a nomeação dos núcleos. Foram considerados, nesse processo, os conteúdos semelhantes, complementares e contraditórios, pois, desta maneira, permite verificar as mediações constitutivas dos sujeitos, expressando os aspectos essenciais dos mesmos, superando assim os pré-indicadores e indicadores. No Quadro 3, a seguir, na primeira coluna, consta os indicadores e, na segunda coluna, os núcleos de significação.

Quadro 3 - Indicadores e núcleos de significação

Indicadores	Núcleos de significação
-Trajetória profissional (Psicóloga)	1) O trabalho dos profissionais no campo das medidas socioeducativas e a interface que mantém com o Judiciário...
-Formação acadêmica em Políticas públicas na faculdade (Psicóloga)	
-Trajetória profissional e formação acadêmica. (Assistente Social)	
-Atuação na Docência (Assistente Social)	
-Papel do psicólogo na Assistência Social (Psicóloga)	
-Necessidade de estudar e se atualizar (Psicóloga)	
-Adaptação e expectativa no trabalho (Psicóloga)	
-Tempo de atuação diretamente com as medidas socioeducativas (Assistente Social)	
-Peculiaridades do trabalho com as medidas socioeducativas. (Psicóloga)	
-Papel de fiscais x papel de mediadores na formação (Psicóloga)	

-Atuação na área da Saúde (Assistente Social)	
-Interface Saúde e Assistência Social (Psicóloga)	
-Experiência profissional como Assistente Social na Secretaria de Assistência Social e Secretaria de Saúde (Assistente Social)	
-Estruturação do programa e as dificuldades vivenciadas ao iniciar no trabalho (Assistente Social)	
-Avanços observáveis (Assistente Social)	
-Questões burocráticas atravessam a prática da psicologia (Psicóloga)	
-Demandas do Fórum (Assistente Social)	
-Documentos e demandas de atendimento (Assistente Social)	
-Serviço Social e Psicologia: pontos em comuns e diferenças na construção do PIA (Assistente Social)	
-Equipe ideal e a necessidade de mais profissionais (Assistente Social)	
-Reunião semanal (Assistente Social)	
-Reuniões da rede (Assistente Social)	
-Dificuldade para ter momentos de trocas e reuniões entre os profissionais (Assistente Social)	
-A construção do documento PIA pela equipe (Psicóloga)	
-PIA como prática recente no programa (Assistente Social)	
-Criação de um modelo de PIA (Assistente Social)	
-PIA está em processo de construção e implementação no programa (Assistente Social)	
-PIA realizado no início: primeiro atendimento com o adolescente e família (Assistente Social)	
-Pedido judicial do PIA para todos os casos (Assistente Social)	
-PIA e Prazos (Assistente Social)	
-Particularidades e metodologias diferentes (Assistente Social)	
-Modo de realizar o PIA (Assistente Social)	
-Objetivo do PIA para o programa (Assistente Social)	
-Processo de construção do PIA: entre o encontro com o adolescente e família e o prazo para realização (Psicóloga)	
-PIA realizado no início como forma de facilitar o processo burocrático (Assistente Social)	
-Dúvidas quanto aos prazos (Psicóloga)	
-Limitações no trabalho (Psicóloga)	
-Participação das estagiárias no processo do PIA (Assistente Social)	
-Percepção da realidade vivida pelos adolescentes e suas famílias (Psicóloga)	
- PIA e a sua função para o adolescente. (Psicóloga)	
-Participação dos adolescentes na construção e efetivação do	

PIA (Assistente Social)	
-PIA e apropriação para o adolescente: ideal x real (Psicóloga)	
-PIA como modo de conhecer o adolescente (Psicóloga)	
-Recorrer ao PIA como forma de saber quem é o adolescente (Assistente Social)	
-Da participação do adolescente no processo do PIA (Psicóloga)	
-Escola, esporte, lazer e cultura (Assistente Social)	
-Falta da rede como um todo e o processo de exclusão (Assistente Social)	
-Adolescentes estigmatizados (Assistente Social)	
- Falta de oferta de oportunidades para os adolescentes (Assistente Social)	
-Como é a participação da família na construção e efetivação do PIA (Assistente Social)	
-Questões familiares: demandas e encaminhamentos (Psicóloga)	
-PIA e realização em conjunto com o adolescente e família (Psicóloga)	
-Papel da família (Assistente Social)	
-Assinatura do PIA: participação do adolescente e responsável (Psicóloga)	
-Participação da família: da presença e ausência (Assistente Social)	
-PIA e a participação da família (Psicóloga)	
-Participação da família no PIA como elemento de obrigação (Assistente Social)	
-Proposta de criar um grupo-espaco para famílias no futuro (Psicóloga)	
-Perda de autonomia por parte das famílias (Assistente Social)	
-Trabalho com as famílias: limites e enfrentamentos (Psicóloga)	
-PIA: um processo em construção (Assistente Social)	
-PIA e possibilidades de encaminhamentos (Psicóloga)	
-Encaminhamentos e acordos (Psicóloga)	3) Efetivação do trabalho previsto no PIA: encaminhamento e acompanhamento pelos profissionais...
-O que é trabalhado no PIA (Assistente Social)	
-Encaminhamentos para secretarias (Psicóloga)	
- Parcerias (Psicóloga)	
-PIA e documentos: verificação e encaminhamentos (Psicóloga)	
-PIA e questões socioeconômicas (Psicóloga)	
-PIA e a área de lazer: dificuldade para encaminhar (Psicóloga)	
-Falta de parcerias no Município para atender os adolescentes (Assistente Social)	

-Encaminhamento para o CRAS (Psicóloga)		
-PIA e questões de saúde: encaminhamentos disponíveis (Psicóloga)		
-PIA e questões de escolaridade (Psicóloga)		
- Medida protetiva medeia a relação com a escola regular (Psicóloga)		
-PIA e questões de trabalho (Psicóloga)		
-Encaminhamentos e sua efetividade (Psicóloga)		
-PIA e a dependência de outros serviços e políticas públicas (Assistente Social)		
-Como é abordada no PIA a educação (Assistente Social)		
-Mediação com escola: negociação de vaga (Psicóloga)		
-Encaminhamento para escola x cabo de força (Assistente Social)		
-Relação do adolescente com a escola (Psicóloga)		
-Defasagem escolar e elementos que dificultam o retorno à escola (Assistente Social)		
-A medida mediando a relação do adolescente com as áreas de saúde e educação (Psicóloga)		
-PIA e área do trabalho: necessidade x possibilidades (Psicóloga)		
-PIA e encaminhamentos para área de trabalho (Psicóloga)		
-PIA e encaminhamento para curso profissionalizante (Psicóloga)		
-Profissão como foco: “o que eles gostariam de ser quando crescer” (Psicóloga)		
-Fechamento do PIA e questionamento sobre o objetivo de vida do adolescente (Psicóloga)		
- Ausência de retorno na verificação da efetivação dos encaminhamentos com as famílias (Psicóloga)		
-Perspectivas do adolescente x expectativa do profissional (Assistente Social)		
-PIA e questão estrutural (Psicóloga)		
- Falta de capacitação (Assistente Social)		
- PIA como exigência e obrigação (Assistente Social)		
- Falta de contato inicial com os princípios e como realizar o PIA (Assistente Social)		
-PIA e área das medidas socioeducativas: orientações e encaminhamentos (Psicóloga)		4) Reflexão sobre o trabalho dos profissionais envolvidos para a efetivação das medidas socioeducativas. Para quem é o PIA?
-Pedido do PIA pela Justiça (Assistente Social)		
-PIA e a orientação das medidas (Psicóloga)		
-Particularidades do adolescente que cumpri LA e PSC (Assistente Social)		
-LA: atendimento individual e/ou em grupo (Psicóloga)		

-PIA é mais atrelado à medida de LA (Assistente Social)	
-Outros momentos além do PIA, atendimentos de acompanhamento da medida (Assistente Social)	
-Atendimento e continuidade do PIA (Assistente Social)	
-Medida socioeducativa de PSC e locais de encaminhamento (Psicóloga)	
-Encaminhamento do PSC (Assistente Social)	
-Medida socioeducativa: caráter punitivo e pedagógico (Psicóloga)	
-Questionamento sobre a efetividade das medidas socioeducativas (Psicóloga)	
-Vulnerabilidade e dificuldades de acesso às políticas públicas (Assistente Social)	
-Dificuldades vivenciadas pelos adolescentes (Assistente Social)	
-Percepção da realidade vivida pelos adolescentes (Assistente Social)	
-Limitações no trabalho (Assistente Social)	
-Questão estrutural: necessidade de uma equipe maior (Assistente Social)	
-Número reduzido de profissionais (Psicóloga)	
-Composição da equipe (Assistente Social)	
-Dificuldade para materializar o que está posto na Lei (Assistente Social)	
-Falta de oferta de capacitação aos profissionais (Assistente Social)	
-Necessidade de mais uma equipe de profissionais de acordo com a demanda (Assistente Social)	
-Dificuldades para o adolescente ser aceito na rede de serviços (Assistente Social)	
-Falta de políticas e fragmentos de ações (Psicóloga)	
-Plano Decenal e Plano SINASE e sua efetivação e fiscalização (Assistente Social)	
-Plano do SINASE e sua efetivação (Assistente Social)	
-Prazo para entregar Plano decenal (Assistente Social)	
-Participação da rede na elaboração do Plano Decenal (Assistente Social)	
-Necessidade capacitação para a rede que recebe e atende os adolescentes (Assistente Social)	
-Presença de profissionais com visão distorcida do ECA e SINASE (Assistente Social)	
-Sentimento diante da situação (Assistente Social)	
-Objetivos do PIA (Assistente Social)	
-A que veio o PIA para os adolescentes: busca de entendimento pelos profissionais(Assistente Social)	

-Para quem é o PIA: para os profissionais, para o adolescente ou para o Juiz (Psicóloga)	MEDIADOR no planejamento e efetivação das atividades dirigidas ao cumprimento das medidas e a consequente transformação na vida dos adolescentes e de suas famílias. A que vem o PIA?
-PIA como modo de conhecer o adolescente e família (Assistente Social)	
-Pedido de relatório mensal e PIA ou excesso de atividade burocrática (Psicóloga)	
-Realização do PIA conforme pedido da Justiça (Assistente Social)	
-Hierarquização do lugar ocupado pela profissional e o lugar ocupado pelo juiz (Psicóloga)	
-PIA como instrumento para a equipe (Psicóloga)	
-Formação do vínculo com o profissional (Assistente Social)	
-Procura por parte dos adolescentes (Assistente Social)	
-Dificuldade na continuidade do processo do PIA (Psicóloga)	
-PIA e suas limitações: alta demanda e equipe técnica reduzida (Psicóloga)	
-PIA e cumprimento de burocracia (Psicóloga)	
-Percepção do PIA como um instrumento burocrático (Assistente Social)	
-Processo tem que ser ágil (Psicóloga)	
-PIA e documentos: do atendimento à transcrição das informações (Psicóloga)	
-PIA e obrigatoriedade de ser anexado ao processo judicial: questionamento sobre este pedido (Psicóloga)	
-Como o adolescente se apropria desse processo (Assistente Social)	
-Questionamento da efetividade do trabalho realizado junto aos adolescentes e família (Psicóloga)	
-Contribuições do PIA para desenvolvimento e formação do adolescente (Assistente Social)	
-Como os profissionais percebem o adolescente e sua família (Psicóloga)	
-PIA como mediador: possibilidades e limitações (Psicóloga)	
-Necessidades na adolescência (Assistente Social)	
-Vulnerabilidade e dificuldade de sair da criminalidade (Assistente Social)	
-Quantidade de profissionais: necessidade de efetivar o que está na Lei (Psicóloga)	
- Falta de efetividade no PIA	
-Demanda: pouco tempo para tanto serviço (Psicóloga)	
-Autoavaliação do trabalho (Psicóloga)	
-PIA x Estudo Social (Assistente Social)	
-Dificuldade de compreender a realidade do adolescente por meio do PIA (Assistente Social)	

-Dificuldades na elaboração do PIA: a necessidade de rever e acompanhar (Psicóloga)	
-Fatores que dificultam o processo de efetividade e continuidade do PIA (Assistente Social)	
-Necessidade do PIA ser mais dinâmico (Psicóloga)	
-PIA: processo existente no trabalho X ausência da continuidade e finalização do processo (Assistente Social)	
-Momento para avaliação do PIA (Psicóloga)	
-Possíveis retornos do processo (Assistente Social)	
-Dificuldades vivenciadas na prática e o ideal percebido (Assistente Social)	
-Falta de continuidade do PIA (Assistente Social)	
-PIA realizado em dois momentos: no início e término da medida (Assistente Social)	
-PIA e a falta de continuidade e efetivação do que é proposto (Assistente Social)	
-Situação ideal e a realidade vivenciada (Assistente Social)	
-Dificuldade em realizar acompanhamento periódico do adolescente e família (Psicóloga)	
-Possíveis contribuições do PIA na efetivação das medidas socioeducativas (Assistente Social)	
-Dificuldade no acompanhamento do cumprimento da medida (Psicóloga)	
-PIA necessidades e desafios de por em prática em sua totalidade (Assistente Social)	

Fonte: A Autora.

Com os núcleos formados, partimos para sua análise. De acordo com Aguiar e Ozella (2013), deve se iniciar por um processo intranúcleo, avançando para uma articulação internúcleos, o qual explicitará semelhanças e contradições que revelarão o movimento dos sujeitos. Foram constituídos cinco núcleos de significação, a saber:

- 1) O trabalho dos profissionais no campo das medidas socioeducativas e a interface que mantém com o Judiciário...
- 2) O processo de elaboração do PIA: documentação, encaminhamentos, o lugar da família, o lugar do adolescente...
- 3) Efetivação do trabalho previsto no PIA: encaminhamento e acompanhamento pelos profissionais...
- 4) Reflexão sobre o trabalho dos profissionais envolvidos para a efetivação das medidas socioeducativas – *Para quem é o PIA?*

- 5) PIA como possível mediador no planejamento e efetivação das atividades dirigidas ao cumprimento das medidas e a consequente transformação na vida dos adolescentes e de suas famílias – *A que vem o PIA?*

4.3 Núcleo 1 - O trabalho dos profissionais no campo das medidas socioeducativas e a interface que mantém com o Judiciário...

O núcleo "O trabalho dos profissionais no campo das medidas socioeducativas e a interface que mantém com o Judiciário..." foi constituído com base na articulação entre as falas expressas pelas duas participantes da pesquisa – a Psicóloga Alice e a Assistente Social Paula –, permitindo a explicitação das semelhanças e contradições que revelam o movimento do sujeito e o contexto social e histórico.

No relato da Psicóloga Alice, uma das profissionais que acompanha o processo do PIA onde foi realizada a pesquisa, ao se remeter a sua trajetória profissional fala sobre seu primeiro trabalho como psicóloga, que foi na área da Assistência Social, trazendo o seguinte questionamento sobre o campo a atuar: "**[...] Né, então, assim, qual o papel do psicólogo na Assistência Social?**". Diante desse questionamento, Alice se deparou com a dificuldade em identificar o papel do psicólogo nesta área, sendo que, para ela, a dificuldade foi gerada pela ausência em sua formação acadêmica de estudos na área de políticas públicas e pelo modelo padrão de formação do psicólogo, que era o clínico.

O significado trazido ao se remeter ao início de sua trajetória na área da Assistência Social e as dificuldades vividas naquele momento, para ela foi resultado da falta de instrumental e visão crítica ao ingressar na área, o que a fez, mesmo já atuando, ir em busca de qual poderia ser o papel do profissional em tal campo: "**[...] o que é possível fazer se a gente não faz a clínica... então foi bastante complicado**" (Psicóloga - Alice). Foi necessário, para ela, a busca de projetos extras, estudos e atualização, a fim de uma base para sua atuação.

Analisamos, assim, que Alice fala do início de sua atuação como psicóloga marcado pelo enfrentamento de questões como a identificação de seu papel profissional no campo da Assistência Social, revelando sua principal preocupação no início da carreira. Percebemos, também, que a sua dificuldade pode ser contextualizada pelo momento e base de formação acadêmica, que não ofereceu na

graduação uma visão crítica e bases teóricas e metodológicas para atuar neste campo.

Ao mesmo tempo, a trajetória de Alice também é marcada por uma interface entre assistência social e saúde, pois a mesma concilia sua atuação em ambas as áreas atualmente, há quatro anos no CAPS-AD serviço especializado para atendimento de dependência química em outro Município do Paraná, e no Município na Assistência Social, na efetivação das medidas socioeducativas, e neste último, em março de 2016, completou dois anos.

A Psicóloga Alice reflete que a experiência adquirida na área da Saúde auxilia no trabalho com os adolescentes em cumprimento de medidas, pois identifica que muitos fazem uso de drogas. Expõe também que, o fato de ser chamada no concurso e trabalhar com as medidas socioeducativas foi marcado como uma surpresa, pois não sabia o que esperar deste serviço já que nunca tivera contato antes com aplicação de medidas. E no que se refere ao trabalho com adolescentes, teve contato em seu primeiro trabalho, quando identificou que seria possível lhe trazer um norte para atuação com os adolescentes no campo das medidas.

No sentido dado à sua adaptação ao trabalho, destaca este momento como de expectativas e incertezas, o qual expressa por essa fala: **"meu Deus, será que vou aprender isso daqui LA, PSC, e medida daqui, meses de lá... e encaminha para cá, encaminha para lá, ficou uma certa expectativa"** (Psicóloga - Alice). Diante desta expectativa, vemos também na sua fala que ela mesma foi percebendo as peculiaridades do trabalho com as medidas socioeducativas postas no dia a dia, e então foi dando também sua cara ao trabalho em face do que já estava posto.

Um aspecto marcante percebido em seu trabalho no campo das medidas socioeducativas, bem como da atuação, é o aspecto e questões burocráticas que atravessam a prática, em que se apresentam por "*demandas do Fórum*" e também nas áreas que acompanham e encaminham. Existindo uma dicotomia presente na atuação que se caracteriza como papel de fiscais e o papel de mediadores na formação dos adolescentes. Assim, ao falar e pensar no papel importante que exercem, de mediadores junto a este adolescente e família, ao mesmo tempo a qualidade destas mediações é questionada pela mesma, pois em muitos momentos estas mediações e o papel da profissional é percebido como apenas a verificação e fiscalização de tais aspectos.

Quando Alice discorre sobre as questões burocráticas tomarem o tempo de sua atuação, ela verifica que o foco deveria estar mais voltado para papel do profissional em realizar um acompanhamento das famílias e adolescentes. Porém, ao se dispor a realizar uma atividade que coincida mais com este papel profissional, ela verifica que ficaria com os ofícios e sua demanda do fórum atrasados, porém a realidade posta chama sua atenção quando diz: "**[...] é gritante o pedido de socorro não só dos adolescentes, mas dos pais, né.**" (Psicóloga - Alice). No mesmo momento em que se constata a necessidade de verificar a demanda e ter um direcionamento para a mesma, notamos que algo ficará de lado, no caso os ofícios. Os relatórios e ofícios aos quais Alice se refere são os que são encaminhados ao Fórum, que devem informar se está havendo ou não a efetivação das medidas, e também o encaminhamento do PIA.

Podemos, assim, verificar tanto pela fala da profissional Alice, como nos momentos que nos fizemos presentes no cotidiano de sua prática e nas observações realizadas, que hoje os ofícios e demandas burocráticas tomam o papel principal, cujas práticas de acompanhamento estão postas em segundo plano em sua atuação, pois é considerado como o que é possível ser realizado diante da realidade presente. Alice, ao falar sobre a impossibilidade de deixar os ofícios e relatórios do processo sem responder, identifica que é seu papel responder dentro do prazo, pois caso não realize, pode incorrer em crime. Ao mesmo tempo, percebemos que, ao discorrer sobre estes aspectos, o movimento que traz na sua fala, apresenta questionamento sobre as contradições referentes a como deve ser sua atuação e papel profissional como psicóloga, e o que está sendo possível realizar diante do contexto social e institucional onde atua com as medidas socioeducativas, que lhe impõe restrições.

A **Assistente Social Paula** fala de sua trajetória profissional e formação acadêmica em Serviço Social se remetendo à sua formação anterior em História, na qual destaca que ser Historiadora a levou a ter interesse pelo Serviço Social, pois acredita que "**[...] Serviço Social sem História não existe [...]**". É Assistente Social há dez anos, e durante esta trajetória quase todo tempo atuou na Secretaria de Assistência Social do Município, passando dois anos pela Secretaria Municipal de Saúde. Em paralelo ao seu trabalho com as medidas socioeducativas na Secretaria de Assistência Social do Município, concilia outros dois serviços que é a atuação na Docência no ensino superior há oito anos, e trabalha há três anos em outra

Prefeitura de um Município no Paraná também, porém na área da Saúde, onde também é concursada.

Ao relatar sobre a sua atuação na área da Saúde no Município, como assistente social, antes das medidas, dá destaque para a interface e a experiência com questões de drogadição, identificando que há uma relação entre as duas áreas, pois trabalhava com o mesmo público das medidas socioeducativas, uma vez que muitos dos adolescentes passavam pelos serviços de saúde, especialmente os ligados ao uso de drogas.

Especificamente sobre sua trajetória na atuação no campo das medidas socioeducativas, está há dois anos diretamente responsável pelo programa, mas ressalta que antes de atuar como assistente social na equipe do programa de efetivação de medidas, seu contato com elas ocorriam de forma indireta, quando foi diretora dentro da Secretaria de Assistência Social, e tinha uma ligação muito grande no sentido de ter contato desde a criação do referido programa, no qual efetiva as medidas. Em 2013, retornou ao programa, porém como assistente social responsável, e menciona que, no momento de sua volta, o programa passava por uma fase de estruturação, e destaca que muitas das dificuldades vivenciadas ao iniciar seu trabalho estavam relacionadas à reestruturação do programa como um todo, como indica este trecho de sua fala:

[...] agora eu voltei em 2013, e assim quando eu cheguei aqui o programa tava passando por um momento difícil com muita troca de profissionais e assim tava bem desorganizado por umas situações, mas aí a gente conseguiu formar um equipe legal... e conseguimos pôr um pouco em ordem assim. (Assistente Social - Paula)

Cabe ressaltarmos que a sua fala revela este avanço observado e atingido pela equipe, mas, ao mesmo tempo, traz uma contradição, ao ponderar que, atualmente, as formas de atender as demandas para atendimento e acompanhamento são mais tranquilas, mesmo com o excesso de demanda do Fórum. Mas ao relatar sobre o lugar que esta demanda do Fórum ocupa em sua prática, notamos que ela é marcada como algo que vem a se impor e atravessar seu discurso, neste momento em que fala dos avanços, de modo a refletir que sua prática encontra-se dividida entre o atendimento e acompanhamento das medidas e a responsabilidade que tem perante a Justiça.

[...] as demandas que a gente tem de Fórum né, que é o que toma muito nosso tempo, e deixa às vezes a desejar com os meninos, porque a gente se empenha muito em responder ofício. Mas eu acho que a gente avançou em bastante coisas, nas parcerias, né... na consciência da sociedade mesmo do que é uma medida socioeducativa, né... então a gente também adquiriu um respeito da comunidade... eu acho que a gente avançou. (Assistente Social - Paula)

Ainda no tocante a estas demandas, Paula verifica que a divisão dos momentos de atendimento e de realização dos documentos exigidos, nem sempre ocorrem de maneira tranquila. Acontece que tudo isso demanda tempo e nem sempre ela consegue no dia a dia administrar, pois atende também a demanda que chega tanto do adolescente como da família, que precisam ser atendidos. Mas é evidente, em sua fala, como a parte documental marca sua atuação e deve ter lugar, como também o atendimento e a realização de visitas. Portanto, seu foco não é somente o atendimento, existe uma contrapartida que deve prestar ao Judiciário, referente ao trabalho realizado.

A profissional identifica que a dificuldade em manejar todas estas atividades está relacionada à necessidade de mais profissionais na equipe, pois considerada que elas trabalham com "*uma equipe pela metade*", o que vem impossibilitando a realização de maneira adequada de acompanhamento das medidas. Diante deste aspecto, em sua fala, Paula busca pensar proposições tais como a formação de uma equipe ideal, que no caso seria mais uma equipe, pois atualmente as profissionais atuam em períodos distintos, assim seria necessário mais uma profissional de cada área. Notamos, através da fala da profissional, que as áreas possuem pontos em comuns e diferenças no processo de acompanhamento da medida e realização do PIA. Paula, na sua fala, diz que o serviço e demandas para ambas as profissionais são os mesmos, porém existem modos e fontes diferentes de trabalho, e isso se refletirá no processo de construção do PIA.

Para Paula, o PIA no Serviço Social é uma perspectiva de que o adolescente pode ter outras ações, inclusão na sociedade com direitos garantidos. Mas, em contrapartida, verifica que a Psicologia pode ter outro objetivo e fontes diferentes, modos de ver diferentes. Ela comenta que, hoje, apresenta dificuldade em ter momentos de trocas e reuniões entre os profissionais. E reflete que, para existir um trabalho efetivo também deveria haver reuniões semanais e reuniões de rede.

Analisamos, assim, que esta especificidade apresentada por Paula justifica a necessidade de equipe completa em ambos os períodos, pois atualmente existe uma equipe multidisciplinar fragmentada. A necessidade de equipe multidisciplinar é destacada no SINASE (BRASIL, 2012) e no ECA (BRASIL, 1990), que apontam que todas as intervenções e os acompanhamentos devem ser feitos por equipe multiprofissional e interdisciplinar, a fim de serem consideradas as dimensões individuais e sociais vivenciadas pelo adolescente e família. Portanto, o que é explicitado pela legislação sobre a exigência de uma equipe multiprofissional no programa, seriam ações que fossem realizadas em conjunto e não fragmentadas e divididas, e que o adolescente e família pudessem contar com uma equipe de referência e de atendimento e acesso a outras políticas públicas para garantir seus direitos.

Vemos, assim, que para ambas as profissionais – Paula e Alice –, o papel de acompanhamento torna-se truncado em razão da forma e da responsabilidade que têm para dar retorno destes mesmos acompanhamentos ao Fórum. Ao mesmo tempo, existe uma demanda alta para atendimento e para exercerem a contrapartida ao Judiciário das práticas realizadas e sobre a situação dos adolescentes.

Em face das significações trazidas sobre suas práticas, condições e contexto, observamos que, para elas, não estão atingindo o ideal pensado diante do seu papel profissional neste campo.

4.4 Núcleo 2 - O processo de elaboração do PIA: documentação, encaminhamentos, o lugar da família, o lugar do adolescente...

O núcleo "O processo de elaboração do PIA: documentação, encaminhamentos, o lugar da família, o lugar do adolescente..." foi constituído com base na articulação de diversos indicadores expressos pelas falas das profissionais Alice e Paula, bem como nas observações participantes e análise documental.

Os indicadores revelaram o modo de elaboração do PIA, referente à construção de um modelo padrão de documento PIA⁷ pela equipe, abarcando os aspectos que envolvem este processo, bem como os aspectos da articulação da rede. Os documentos presentes nesse processo, como apresentamos anteriormente

⁷ Existe um modelo único utilizado pela equipe, que foi disponibilizado durante o período de observação participante.

na metodologia deste trabalho, e também presentes na fala das profissionais, compreendem o modelo de PIA e os documentos para realização de encaminhamentos. Quando tivemos contato com os documentos, observamos que existe uma padronização da documentação a ser utilizada. A base instrumental é utilizada para ambas profissionais, diferenciando apenas o estudo social que é adotado apenas pela Assistente Social.

O processo de construção do documento focado no PIA ocorreu por elaboração coletiva conforme expressam nas entrevistas recorrentes e durante os momentos da observação participante. A Psicóloga Alice fala que, ao iniciar no trabalho, já existiam vários documentos que eram utilizados pela equipe, havendo, portanto, um esboço de PIA. Houve um movimento da equipe que visou otimizar a parte documental, unificando os documentos que se repetiam, dando origem ao modelo do PIA utilizado atualmente pelos profissionais.

[...] a ideia foi tentar unificar a... as... os vários documentos, porque as informações era praticamente as mesmas, e tentar dar um caráter aí, né... ser mais amplo possível no sentido de poder contemplar, aí, as vicissitudes de cada adolescente. (Psicóloga - Alice)

A Assistente Social Paula relata que a criação do modelo do PIA demorou e demandou tempo, pois tinham como objetivo a criação de um modelo padrão para ser utilizado em todos os serviços do CREAS, diferenciando somente as especificidades de cada área e metodologia adotada por cada profissional ao realizar o PIA.

Paula fala que o PIA, como prática, foi inserido recentemente no programa, e que foi se modificando de acordo com as experiências. Paula destaca, que mesmo sendo um processo que vem ocorrendo no programa ele ainda está em processo de construção e implementação, pois ainda não atingiram o modelo ideal de sua realização, por ser uma prática recente. Como explicitado, **[...] Na verdade assim, eu acho que é uma construção ainda o PIA, a gente... por mais que a gente esteja fazendo, ele ainda tá em processo de construção... sabe.** (Assistente Social - Paula).

Adotado o modelo pela equipe, houve também uma padronização do modo de agendar a realização do PIA, que foi o agendamento logo no início, quando o

adolescente inicia a medida, sendo realizado por um profissional com a participação do adolescente e sua família. Este padrão adotado pela equipe, como apresentado pela Assistente Social Paula, está ligado à necessidade de encaminhar o PIA dentro do prazo para o Juiz, pois o pedido judicial do PIA tem sido feito para todos os casos e com prazos para sua concretização. O padrão e formato adotados pela equipe para realização do PIA é compreendido por Paula como uma forma de facilitar o processo burocrático. Podemos analisar que o motivo de ser realizado no início é adotado como procedimento técnico e normatização, ainda sobre estes aspectos, a assistente social comenta que:

[...] De todos os casos... ele tá pedindo de todos os casos, é assim, é muito complicado [...] demanda um tempo para gente fazer, e depois demora um tempo para responder, né... a gente tem relatório mensal de todos os adolescentes [...] tem prazo... tem prazos, assim, a gente sabe que o prazo, aí no máximo de vinte dias, se não responder já vem a reiteração. (Assistente Social - Paula)

Pela fala das profissionais identificamos que o PIA é tomado como instrumento para fiscalizar a efetivação das medidas socioeducativas no Município por parte do Judiciário, e a importância dada pela equipe ao ser realizado no início se deve aos prazos impostos para sua realização.

Constatamos que as questões dos prazos para entrega do PIA é uma das dificuldades para as profissionais neste processo do PIA, e que ainda geram dúvidas, como reflete a fala da Psicóloga Alice ***"[...] e a gente poderia fazer o PIA até quinze dias, parece que é isso, né? [...]"***. Vemos que o processo e os prazos não são muito claros, bem como os objetivos deste encaminhamento.

São destacados também pelas profissionais, neste núcleo de significação, os objetivos do PIA para o programa e o que é trabalho durante o processo de construção do PIA. No que se refere ao objetivo do PIA para o programa, percebemos na fala da Assistente Social Paula que se trata de um documento importante como forma de conhecer o adolescente, mas que ainda não é percebido pela equipe como recurso por meio do qual se consiga centralizar e focar em sua efetivação, pois, segundo Paula, estes aspectos ainda não foram alcançados, portanto um aspecto no plano ideal. Paula fala sobre a função do PIA para os profissionais, destacando que está presente na rotina profissional, pois a todo o momento recorrem ao PIA como forma de saber quem é o adolescente a ser

atendido, e qual a situação da medida e de seu cumprimento, e quais foram os acordos e combinados no momento do PIA, para que seja um instrumental para os atendimentos futuros no sentido de cobrar sua efetivação.

Consideramos importante verificar, pelas falas das profissionais, que o processo de elaboração do PIA e sua efetivação em suas práticas se concebe como um processo em construção, identificando as limitações e em que pontos é preciso ainda avançar e compreender esse processo. Além disso, deve ser algo que tenha sentido para as profissionais e para os adolescentes. Neste sentido, percebemos a descrença, em alguns momentos, pois a burocratização opera para limitar, impedindo enxergar além da burocratização deste processo. Desde seu início, o PIA entra em um processo burocratizado, quando é determinado um prazo fixo, que pelas condições materiais e estrutural, torna-se impossível de ser atingido com qualidade. Segundo Frassetto et al. (2012) a exigência expressa aos profissionais pode se tornar um aspecto burocrático ligado ao PIA e o que pode acarretar um excesso de judicialização e burocratização das práticas profissionais. Podemos verificar nas significações de Alice e Paula que o principal objetivo do PIA está sendo subtraído pela burocracia.

Nos indicadores que abordam sobre o encontro e a participação do adolescente e sua família no processo de construção do PIA, Alice discorre sobre como ocorre o encontro com o adolescente e sua família, explica que o PIA é agendado no início do cumprimento das medidas, momento em que é realizado, quando possível, um primeiro acolhimento para se fazer a verificação dos dados dos adolescente e realizar o agendamento para o PIA. Alice salienta que este processo é às vezes corrido, mas acredita que é necessário que seja realizado no início, pelos seguintes motivos:

[...] marca já o... no primeiro momento o PIA, porque assim o que a gente percebeu, é se a gente fica marcando muitas vezes, a família não vem, compromete a construção do PIA, então a gente falou, adolescente é novo, a gente já marca o PIA, já conhece a família, já levanta aí umas estratégias, alguns acordos e encaminha ou para cumprir PSC ou agenda um dia para cumprir LA [...]. (Psicóloga - Alice)

[...] aí, como a construção é com o adolescente e o responsável, a gente tentou agilizar também, uma vez só vem e constrói [...] às vezes marca o PIA em duas vezes, inicia, trabalha algumas questões aí de família e marca o segundo momento para terminar [...]. (Psicóloga - Alice)

Notamos que o motivo em ser realizado no início está ligado à determinação em contar com a participação do adolescente e sua família, mas este motivo está ligado a outro, que se refere ao prazo para realização, que conforme destaca Alice seria de quinze dias.

Diante de um prazo preestabelecido pela legislação, as profissionais encontraram alternativa de colocar a realização do PIA no início do processo, porém analisamos como esta estratégia favoreceu para que este processo se tornasse para elas algo burocrático e como norma da prática. Porém, também foi uma estratégia que encontraram para resolver as questões burocráticas ligadas a este processo.

Conjuntamente com as questões burocráticas há a percepção da realidade vivida pelo adolescente e sua família. E qual seria a função do PIA para esse adolescente, onde poderia ter um papel para além da burocratização?

A Assistente Social Paula fala sobre sua percepção da realidade vivida pelos adolescentes, refletindo que o ato infracional se torna consequência da situação vivida por eles, como destaca a sua fala: ***"[...] Então, a maioria dos nossos adolescentes são muito carentes, pobres mesmo que acabam entrando nesse mundo justamente pelo dinheiro, pelo que o dinheiro oferece, né [...]"*** (Assistente Social - Paula).

A Psicóloga Alice, sobre a percepção da realidade vivida pelos adolescentes e sua família, destaca: ***"[...] é inadmissível como nossos adolescentes vivem uma história que é de adultos... não de adolescentes [...]"***. Fala, ainda, da sua dificuldade em ter que se deparar com situações de vulnerabilidade vivida pelos adolescentes, como a necessidade de trabalhos insalubres, o tráfico e uso de drogas como saída. E, diante destas situações, a profissional expressa ainda questionamentos que remetem à sua prática e às políticas públicas diante desta realidade social: ***"[...] Então, para mim, poxa, que estamos fazendo dos nossos adolescentes? [...]"*** (Psicóloga – Alice). Estas reflexões aparecem na fala de Alice como uma indignação e expressam também a dificuldade para lidar no campo de sua prática, revelando como ela retrata a dificuldade em ter que aceitar as limitações não atingidas na vida destes adolescentes. Ao expor essa dificuldade, Alice desvela as limitações no trabalho com os adolescentes:

[...] então, para mim, isso é muito difícil [...] e ainda soma essa questão mesmo de ver adolescentes em situação de risco, de vulnerabilidade e às vezes a gente não ter condições de acompanhar, de não conseguir fazer um trabalho efetivo, né [...] (Psicóloga - Alice)

Podemos analisar, diante da fala de Alice, que as medidas socioeducativas e o processo do PIA nem sempre afetam e mudam a vida dos adolescentes e as condições materiais em que vivem, com o intuito promover seu pleno desenvolvimento e garantia de direitos. Neste sentido, vai se trilhando o lugar que o adolescente tem nas medidas e no processo de construção do PIA, que é também atravessado pelas limitações do trabalho no campo das medidas socioeducativas, a realidade social, e questões burocráticas que, em vez de otimizar as práticas dos profissionais, demandam tempo, e faz com que o lugar de construção e desenvolvimento com o adolescente fique posto em segundo plano. Podemos ver esta realidade identificada por Alice, ao se defrontar com esta dificuldade e falar sobre ela.

Ao mesmo tempo Alice, ao falar desta dificuldade, tenta encontrar uma saída para refletir sobre a vulnerabilidade e o risco social em que alguns adolescentes vivem. Seria necessário pensar em outras estratégias, uma delas, como expressa em sua fala, seria "*[...] pedir ajuda para alguém vir fazer ofício, porque o que é realmente do CREAS que é o acompanhamento, as orientações... estão sendo bem aquém sabe.*" (Psicóloga - Alice).

Esbarramos, novamente, na questão documental, que é a elaboração de ofício, como algo que sobrecarrega e preenche o tempo de sua atuação. E sua estratégia vai ao encontro da necessidade de ter mais tempo para realizar acompanhamento e orientação dos adolescentes e família, em virtude da questão estrutural vivenciada pelo programa, uma vez que há poucos profissionais e uma alta demanda para acompanhamento. Havendo assim, uma sobreposição das questões burocráticas em relação às questões mais específicas do trabalho com o PIA.

No que se refere à participação da família durante a medida socioeducativa, é destacado sua presença no momento do PIA: "***Então, a gente é... a família nesse momento fica só no momento do PIA mesmo, de vir e ajudar a concretizar esses acordos que são feitos com os adolescentes e a família, nesse sentido***" (Psicóloga - Alice).

Alice indica que a família participa no PIA, nas questões que envolvem a família, porém ela mesma realiza a cobrança da família e também a contrapartida de verificar, por exemplo, os documentos do adolescente e em relação à escola: **"[...] Da escola também, é, e muitas vezes os pais já vêm ansiosos para que os filhos voltem a estudar e a gente cobra junto à família, e eu, é nesse sentido"** (Psicóloga - Alice).

A Assistente Social Paula, ao destacar a participação da família e como se dá essa participação na construção e efetivação do PIA, destaca: **"[...] a família... ela participa, mas muito pouco... no meu ponto de vista, porque o profissional a todo tempo tem que instigar isso sabe... você a todo tempo tem que ficar instigando essa participação. [...]"** (Assistente Social - Paula). Vemos que, para Assistente Social, a participação da família torna-se um elemento de obrigação, não resultando sempre em um envolvimento efetivo desta família no processo como um todo.

A esse respeito, Paula acredita que a família deveria se impor e se envolver mais na vida do adolescente, acompanhar no processo escolar, entre outros aspectos. Na sua narrativa, percebemos que esta participação da família no processo se dá em momentos de presença e ausência, a presença é quando **"Eles vêm para o PIA e depois eles só vem quando tem audiência de justificativa [...]"** (Assistente Social - Paula); e a ausências são marcadas por situações como: **"[...] existem mães que acompanham, mas dez por cento, o restante a família nem sabe se o adolescente tá cumprindo ou não [...]"** (Assistente Social - Paula).

Paula enfatiza o elemento obrigatório, como vemos em sua fala: **"Vem por que é obrigatório... a gente não faz PIA somente com o adolescente, o PIA tem que ser acompanhado com algum responsável [...]"**. Cabe salientar que são poucos os outros espaços de participação desta família, pois, no caso do PIA, foi destacada a exigência da participação e, na prática, isso está acontecendo, porém ainda sem muito significado e resultados conjuntos com estas famílias. Existe, portanto, uma distância das práticas junto às famílias, está presente também a impossibilidade de superação e acompanhamento destas.

A Psicóloga Alice relata sobre o trabalho com as famílias, destacando os limites e enfrentamentos encontrados no processo de efetivação das medidas e do PIA, ressalta que as famílias vêm demonstrando que precisam de um acompanhamento mais frequente. **"Então, a questão da família, a gente, é gritante [...]"**. Alice percebe, assim, que há uma necessidade em atender mais as

famílias e incluí-las no processo, verifica que seria necessário atribuir mais responsabilidade às famílias, estimulando-as, no intuito de resgatarem sua autoridade perante os filhos, e também promovendo maiores espaços para a sua participação.

Interessante observar que quando Alice adentra em seus significados e sentidos sobre a participação da família, aponta inicialmente uma necessidade urgente de dar maior atenção às famílias dos adolescentes na sua prática. Nesse contexto, entende que não é somente em um atendimento que consegue fazer uma construção em conjunto com a família, como vem se realizando na maioria dos casos. Alice, vendo que a questão da família é uma questão urgente, ele expõe sobre seu propósito na criação de grupos com as famílias para a prática no próximo ano, explica que pretende atuar em um sentido oposto ao elemento obrigatório que já é estipulado pela medida, bem como a participação no PIA. Tendo como norte este grupo, um espaço para conversar e pensar sobre as relações dos filhos e as relações das famílias: “[...] **Mas eu não sei deste ano que passa, desse ano que vem eu não quero deixar passar, mas ver como eu vou conseguir me organizar também**” (Psicóloga - Alice).

Mesmo pensando nesta proposição, Alice vê como limitações no atendimento o fato de não existir este trabalho com as famílias, e identifica como impedimento para esta ação o excesso de demanda e questões inerentes a ela. Destaca, então, que esse trabalho com os pais é um limite e que vê a necessidade de enfrentar estas dificuldades.

Constatamos, assim, que em sua prática, o excesso de demanda não viabiliza momentos de trabalhos mais efetivos juntos às famílias. Mas também emergiram questões sobre seu papel profissional e pessoal, no sentido de se colocar diante destas situações e enxergá-las não somente como uma necessidade, em ter que fazer, mas sim de enfrentar dificuldades inerentes a ela e as condições objetivas do CREAS.

Nos indicadores em que Alice e Paula falam sobre a participação do adolescente no processo do PIA, no relato de ambas percebemos que fica marcado o que este processo de participação do adolescente significa para elas, e destacam funções tanto para o adolescente, quanto para si mesmas. Entre esta participação do adolescente, que segundo as profissionais ocorre em todos os casos, elas falam sobre como se dá esta participação na construção e efetivação. Também este

questionamento levou as profissionais pensarem como é a apropriação para o adolescente, vendo que existe um ideal para acontecer, porém refletem que, na realidade, este processo de apropriação do processo pode não ter significado para o adolescente.

Alice, ao relatar sobre esta participação do adolescente, destaca o PIA como um modo de conhecer o adolescente, sendo uma função deste processo ocupar um espaço que possibilitaria à equipe conhecer quem é o adolescente e suas particularidades. Alice destaca, também, que esta participação permite uma divisão das responsabilidades, que nomeia como "*responsabilidades recíprocas*", e para que este processo ocorra é necessário ter especificado qual a parte de cada um dos envolvidos no processo: adolescente, família e profissionais.

Alice salienta que o adolescente participa e fala sobre como é está participação: "*No PIA... geralmente é no fornecimento de informações e no comprometimento, né... de efetuar aquilo que foi acordado em PIA, geralmente é nesse sentido [...]*". Ao adentrar nas especificidades das funções do PIA para o adolescente, Alice diz acreditar que o processo, no início, não é muito claro para o adolescente, mas destaca a função para o adolescente atribuindo que deveria ser uma apropriação com o propósito de envolver aspectos e elementos da vida do adolescente: "***[...] trabalhar as escolhas que ele faz, quando a gente fala da família, quando a gente pergunta o que ele faz? Do que ele gosta de fazer? Quando incentiva a voltar estudar, que profissão ele quer seguir? O que ele quer da vida dele?*** (Psicóloga - Alice).

Vemos que o ideal posto por Alice remete a trabalhar este processo em conjunto com o adolescente, a fim de proporcionar seu envolvimento, trabalhando seus interesses e desenvolvimento. Alice destaca que este processo permitiria ao adolescente avançar para além do que somente o cumprimento da medida socioeducativa, possibilitando-lhe um momento para superação da condição posta e de repensar sua vida.

Neste sentido, apoiamo-nos em Vygotski (1996) para enfatizar que o meio social deve proporcionar as mediações necessárias, e considerar como essencial, como uma das funções primordiais, o desenvolvimento dos interesses, uma vez que, na adolescência, o surgimento de novos interesses estimula o desaparecimento de velhos interesses. Portanto, existem novas necessidades que poderão impulsionar de maneira negativa ou positiva, sendo necessário mediações e interação com o

meio a fim de desenvolver esta nova função que emerge e é constituída por meio do ambiente sócio-histórico-cultural.

A Assistente Social Paula, ao falar sobre a participação do adolescente na construção e efetivação do PIA, destaca que também está ligado ao elemento de obrigação de participação e que nem sempre o processo inclui uma participação efetiva: "*[...] Então... não deixa de ser muito diferente da família. Por que talvez esse adolescente não acredite em algumas coisas sabe [...] o Município também não oferece o... os serviços que muitas vezes que a gente traça [...]*" (Assistente Social - Paula).

Neste sentido, Paula alerta que mesmo tendo a participação do adolescente no processo, não há uma efetivação no sentido de esbarrar em questões como a falta da rede de políticas públicas como um todo, que gera um processo de exclusão destes adolescentes, pois encontram uma limitação em serviço que seriam essenciais no processo: "*[...] a rede também não funciona como deveria... é... esporte, cultura e lazer é uma coisa que adolescente adora... adora, no nosso Município não tem! [...]*". A Assistente Social destaca, ainda, que os adolescentes em cumprimento de medidas são estigmatizados, embora exista um acolhimento pelos serviços, a realidade se mostra diferente, como podemos perceber em sua fala: "*[...] os nossos adolescente são excluídos desse tipo de situação [...] é um público que ninguém quer atender... entendeu, a escola expulsa... é os locais que se diz aí, públicos, expulsam, né... porque esse adolescente incomoda.*" (Assistente Social - Paula).

Portanto, revela a falta de programas para estes adolescentes, e acolhimento adequado para esta demanda, a fim de despertar o interesse destes adolescentes também, pois a eles não tem sido ofertadas, como coloca Paula, oportunidades: "*[...] falta mesmo oportunidades sabe, para esses adolescentes... oportunidade... é... de fazer algo melhor assim. Ah, tem adolescentes que falam eu queria fazer um curso tal... mas eu não tenho como encaminhar [...]*" (Assistente Social - Paula).

Podemos analisar que as significações presentes neste núcleo informaram o modo de participação e quais seriam as demandas para serem trabalhadas nesta fase da adolescência em um contexto de medida socioeducativa e no processo do PIA. E verificamos que, mesmo o adolescente participante e demonstrando seus interesses e motivações, é preciso que as condições materiais e sociais ofereçam

mediações de qualidade, pois o adolescente não se constitui sozinho e isolado, mas sim por meio da relação dialética com o social e com a história. Neste sentido, a Psicologia Sócio-Histórica vem contribuir para pensarmos proposições no sentido desta participação, e indo ao encontro não somente de uma participação burocrática e obrigatória, mas de uma participação ativa sem desvincular o indivíduo de seu contexto social e histórico.

4.5 Núcleo 3 - Efetivação do trabalho previsto no PIA: encaminhamento e acompanhamento pelos profissionais...

Este núcleo é constituído de um conjunto de indicadores que se articulam, cujos conteúdos temáticos exploram sobre a "Efetivação do trabalho previsto no PIA: encaminhamento e acompanhamento pelos profissionais...". Importante mencionar que para a apresentação no Núcleo de significação serão considerados, além dos conteúdos das entrevistas recorrentes, as observações participantes e a análise dos documentos presentes.

A Assistente Social Paula vê o PIA como um processo em construção, como ela diz: ***“Na verdade, assim, eu acho que é uma construção ainda, o PIA, a gente... por mais que a gente esteja fazendo, ele ainda tá em processo de construção... sabe.”*** (Assistente Social - Paula).

Paula, ao trazer em sua fala este aspecto, identifica também as dificuldades existentes na efetivação e acompanhamento dos elementos do processo do PIA. Podemos analisar esta fala de Paula como aspecto importante a considerar na realidade vivenciada e no lugar que o PIA ocupa, no sentido e questionamento: Até que ponto a efetivação de um processo ideal foi alcançada?

Adentramos também, neste núcleo, em indicadores que trazem as possibilidades de encaminhamento dentro deste processo, estes encaminhamentos presentes no processo do PIA significam a possibilidade de o adolescente e sua família serem atendidos em áreas e aspectos que são verificados como ausentes, ou que necessitam de atendimento, bem como representam que o processo não deve ser concentrado apenas em um local, para que, assim, atinja sua potência.

Ao adentramos no campo de pesquisa, um de nossos primeiros contatos foi com os documentos que se fazem presentes no processo do PIA, que foram apresentados pelos profissionais. Entre esses documentos estão os referentes aos

encaminhamentos para a rede do Município, que compreende diversas áreas e programas.

Observamos que os encaminhamentos são realizados, porém não é apresentado um entendimento de que o processo continuará se movendo após estes encaminhamentos, pois, como alertam Alice e Paula, os encaminhamentos nem sempre são geradores de efetividade. Evidencia-se, portanto, uma ausência de retorno na verificação da efetivação dos encaminhamentos com as famílias e os adolescentes, em razão de uma diversidade de limitações apontadas pelas profissionais.

Paula explica, também, o que é trabalhado no processo do PIA, como ela mesma diz, o processo abarca:

*[...] várias situações, né... trabalha família... trabalha a escola, o trabalho se o adolescente não tem idade pra estar no mercado de trabalho, trabalha também a questão da cultura, do lazer, do esporte, né... da saúde... e aí, assim, trabalhando todo esse... **todo esse contexto familiar e de políticas públicas**, e você consegue entender se o adolescente está excluído da sociedade ou não né... Ou de repente até entender o motivo dele ficar envolvido em ato infracional, né. Porque se é um adolescente que não estuda, não trabalha, que não conhece é... os meios que o Município tem para oferecer em relação a cultura, esporte, lazer, né... **onde esse adolescente tá buscando tudo isso, né? De que forma ele tá preenchendo e então...** (Assistente Social - Paula).*

Ainda de acordo com Paula, o PIA permite trabalhar as perspectivas dos adolescentes após a medida socioeducativa, mas nem sempre a expectativa esperada pela profissional é alcançada, uma vez que os adolescentes nem sempre têm perspectivas: **“[...] até porque às vezes as perspectivas, às vezes, deles são zero... muitas vezes. [...]”** (Assistente Social - Paula).

Acerca das áreas onde são realizados os encaminhamentos dentro do processo do PIA, Alice informa que existem vários aspectos que necessitam encaminhar, tanto o adolescente como a família, funcionando como um "acordo recíproco" a ser providenciado no processo. Fala, assim, das possibilidades de encaminhamento e áreas que envolvem diversas Secretarias, e evidencia uma necessidade de haver parcerias para que ocorram estes encaminhamentos, como: encaminhamento das famílias para o CRAS (Centro de Referência da Assistência Social) para participação de grupos de fortalecimento de vínculo, quando é verificada esta necessidade ao trabalharem no PIA as questões familiares, por não ter este tipo de serviço no CREAS, atualmente, no Município.

Outra área trabalhada no PIA envolve as questões socioeconômicas, como relata Alice, é verificada a situação de moradia, as condições materiais do lugar onde moram, a renda familiar. Neste sentido, pode ocorrer encaminhamento para o CRAS, como explica Alice: “[...] a gente pode encaminhar para o CRAS, se a gente observa que tem passado necessidades, dificuldades mesmo, né... até mesmo alimentar” (Psicóloga - Alice).

Outro item e área trabalhados dentro do processo do PIA são as questões referentes aos documentos pessoais do adolescente e da família, que vão ao encontro à garantia do direito à cidadania como: RG, CPF, Certidão de Nascimento, Carteira de Trabalho, Título de Reservista, se for o caso. A profissional explica que é verificada a situação e, caso necessário, realizam encaminhamento para o CRAS a fim de promover a obtenção de documentação de forma gratuita. Neste sentido, Alice explica que os encaminhamentos para o CRAS se dão nas questões relativas a documentação, cesta básica, orientação e acesso a benefícios como luz fraterna, auxílio gás e bolsa família.

No que diz respeito a área e questões de Saúde que são abarcadas no processo do PIA, como relatam Alice e Paula, envolve aspectos de verificação e encaminhamento tanto do adolescente como da família.

Alice esclarece que é verificado se o adolescente ou a família tem algum problema de saúde, e identifica-se a necessidade de realizar encaminhamento para a Secretaria da Saúde, tais como consulta médica, entre outros. Destaca o aspecto do uso de drogas pelo adolescente e sua família, neste caso é realizado encaminhamento para saúde mental: “[...] pra tratamento ou psicológico ou psiquiátrico, ou para dependência [...]”. Porém, enfatiza que existe, atualmente, disponível mais atendimento por psiquiatra no Município, pois, como diz: “[...] Na psicologia, impossível, lá a lista de espera é de três anos, então, assim, o máximo que eu fiz no ano passado foi enviar adolescente ou algum familiar para plantão psicológico [...]” (Psicóloga - Alice).

No processo do PIA, conforme Alice e Paula, também são trabalhadas questões que envolvem a vida escolar do adolescente. Acerca das questões de escolaridade Alice diz:

[...] então a gente pergunta né se está estudando se não tá [...] onde estudou pela última vez? Como era o desempenho? Como era o comportamento? E, geralmente, orienta sobre o retorno. É, nesse caso, não tem uma, uma atitude certa, ah eu

vou encaminhar pro CEEBJA, geralmente o nosso adolescente já tem, já vem com um atraso escolar muito grande, então eles já são geralmente público do CEEBJA, então, a gente orienta pra, para ir no CEEBJA, às vezes a gente vai junto no CEEBJA, às vezes a gente faz encaminhamento formal ao CEEBJA. (Psicóloga - Alice)

Nesta fala, a Psicóloga Alice estabelece uma relação entre a escolaridade e o atraso escolar, presente na realidade dos adolescentes atendidos. Alice diz que busca, junto aos adolescentes, orientar e motivar para o retorno escolar, como ela mesma diz:

[...] A gente tenta motivar o adolescente mostrar os prós de estar estudando os contras, né, da evasão escolar. A gente tenta orientar e motivar nesse sentido, porque isso a gente não consegue forçar, o estudar a gente não consegue garantir que ele retorne e volte estudar, a gente não consegue. (Psicóloga - Alice)

Constatamos a necessidade de foco e destaque no papel da escola, e na tentativa de mobilizar o adolescente a retornar à escola, situação colocada por Alice e que nem sempre é efetivada. Ao analisarmos estes aspectos, é importante também pensarmos e questionarmos sobre o papel da escola: Por que este adolescente evadiu da escola? Qual o sentido de escola para ele?

O aspecto da educação escolar é um elemento importante a ser considerado durante o processo do PIA, pois a medida, assim como relata Alice, medeia a relação do adolescente com a escola e outras áreas. Sobre o *PIA e sua relação com a escola e os encaminhamentos e acompanhamento*, Alice assevera que é necessário realizarem a negociação da vaga e o encaminhamento, porém, não é possível obrigar: *"[...] a gente negocia... infelizmente fica nessa questão, se tem interesse, porque a gente não consegue obrigar mesmo, eu gostaria, mas todo mundo voltar para escola, mas não... a gente não consegue"* (Psicóloga - Alice).

Portanto estes elementos não podem ser meramente impostos ao adolescente, apontando, assim, alguns aspectos que envolvem a relação escola e medida socioeducativa. Alice aponta a necessidade das famílias exercerem este papel de autoridade, mas ***"[...] as famílias não conseguem colocar isso, da necessidade da obrigatoriedade de estudar."*** (Psicóloga - Alice).

A relação do adolescente com a escola é destacada por Alice como possibilidade de ser estabelecida novamente, relatando alguns casos em que o

adolescente dá um retorno para elas sobre estes aspectos: **“[...] é bacana no sentido que, às vezes, a gente tem retorno, ah... vamos lá comigo... né, e outros a gente insisti insisti insisti que se matricula, se matricula e não dá prosseguimento sabe”** (Psicóloga - Alice). Outro aspecto mencionado por Alice é o papel que devem exercer quanto a essa área, que se mistura com papel de fiscais e de verificação – se o adolescente está indo para escola –, neste sentido, identifica que não conseguem atingir uma verificação e acompanhamento frequentes destas questões.

Em virtude do atraso escolar, geralmente os adolescentes estudam no CEEBJA, conforme constata Alice: **“[...] a maioria estuda no CEEBJA, porque geralmente eles quinze, dezesseis anos, pararam na quinta série, um atraso escolar bem grande, então, é geralmente no CEEBJA [...]”**. Alice destaca que durante a efetivação das medidas, existe também a possibilidade de tentativa de vagas com a escola regular, na qual a medida entra com mediação desta relação, pois o adolescente é obrigado a retornar para a escola e, muitas vezes, a escola quer saber sobre o histórico, e no ensino regular existem maiores restrições nesse sentido: **“[...] Mas a escola regular é difícil, eles não querem adolescente que já deram problema na escola ou que tá vindo transferido, e se veio transferido eles já associam a mau comportamento [...]”** (Psicóloga - Alice).

A Assistente Social Paula fala também sobre esta relação, exemplificando como um cabo de força entre a escola e o programa de efetivação das medidas, no sentido de ter que intervir, como ela diz:

“[...] Então, muitas vezes a gente tem que intervir, temos que ligar, falar com o diretor, sabe, acaba deixando de ser um direito.... né? E acaba sendo assim, ah... mais a gente então vai passar para o Juiz! Acaba aí sendo um cabo de força sabe, ganham quem tem mais força. (Assistente Social - Paula)

As falas de Paula e Alice nos permitem inferir que está presente um desencontro do que seria necessário, ao pensarmos que a escola seria a promotora de desenvolvimento, a qual deveria ser o aspecto de maior foco durante o acompanhamento da medida socioeducativa.

Paula destaca que houve dificuldades para realizar os encaminhamentos e o acompanhamento das questões escolares, mas, ao mesmo tempo, considera um aspecto muito atrelado à medida socioeducativa, por ser uma área que demanda muita atenção, pois existe uma defasagem escolar grande entre os adolescentes que cumprem medidas no Município. Além disso, verificou que a maioria deles vão

para o CEEBJA, por causa dessa defasagem e também pela pouca oportunidade de retorno à escola regular: “[...] *Mas os que têm oportunidade de ir para escola normal muitas vezes eles não são aceitos... até pela... pelo histórico, né, não de notas mas o histórico de ações que foram acontecendo aí, situações que aconteceram*” (Assistente Social - Paula).

Analisando os relatos de Alice e Paula, nestes indicadores que falam sobre o significado e sentido na relação da medida com a questão escolar, podemos verificar que está presente uma defasagem escolar, portanto, antes da medida já existe na vida dos adolescentes esta situação. E, diante desta situação, esses adolescentes podem não encontrar, neste ambiente, um espaço para seu desenvolvimento e, no momento que estão cumprindo a medida, a escola se torna um dos eixos do PIA, mas que nem sempre se torna algo possível e acessível de ser atingido. Paula e Alice destacam que a dificuldade em ter uma contrapartida do que é trabalho no PIA sobre estas questões, é em razão de o adolescente já estar fora do ambiente escolar e por existirem condições que dificultam esse retorno como exposto anteriormente.

Outra área abordada durante o processo do PIA refere-se a questões relativas à área de trabalho e aos cursos profissionalizantes. Alice aponta que, nesta área, verifica se o adolescente trabalha ou já trabalhou e, diante deste levantamento, observa que muitos adolescentes que trabalham, realizam atividades informais, complementa que “[...] ***raríssimos são que tão ou no aprendiz ou que têm dezoito e dezessete anos e que têm carteira assinada, raríssimos, a maioria trabalho informal [...]***”. Ao comentar sobre esta área, Alice informa que abordar questões de trabalho é uma área delicada, pois muitos dos adolescentes que começam a trabalhar desistem da escola.

A Psicóloga Alice reitera que nesta área são verificadas as possibilidades em realizar encaminhamento para adolescente aprendiz e agência do trabalhador, onde orientam sobre os documentos e procedimentos necessários. Sobre a área de cursos profissionalizantes, lembra que realizam encaminhamentos para cursos profissionalizantes ofertados pelo Município. Este encaminhamento é orientado pelo que é ofertado e pelos interesses que o adolescente tem, como ela mesma diz: “[...] ***a gente foi direcionando conforme os interesses é conforme eles havia comentado das habilidades e interesses propriamente dito [...]***” (Psicóloga - Alice).

Ainda neste campo, Alice revela que enfrenta limitações presentes no dia a dia, que é o acompanhamento após o encaminhamento, com o intuito de verificar se há uma continuidade do adolescente, além da pouca oferta de cursos pela Secretaria no Município, bem como da dificuldade em enquadrar os adolescentes nos requisitos para a entrada no curso: **“[...] na maioria, quando tem é depois dos dezoito, então, realmente é muito difícil tá inserindo nossos adolescentes** (Psicóloga - Alice). Portanto, diante destas limitações, nem sempre é uma área possível de se obter grandes alcances no processo do PIA.

No fechamento do PIA, Alice relata que elas apontam questionamentos sobre o objetivo de vida do adolescente, e destaca que o direcionamento dado por ela na sua orientação, neste contexto, estão muito presentes as questões relativas a profissão e formação de família: **“[...] a gente sempre tenta sempre amarrar com a profissão, no sentido que a profissão dá identidade[...]”** (Psicóloga - Alice).

Outro aspecto trabalhado no PIA é a área de lazer, na qual Alice expressa ter muita dificuldade para encaminhar. Apesar de estar inclusa no PIA, a área de lazer fica mais no sentido de verificação das atividades já realizadas pelos adolescentes, pois a dificuldade de encaminhar para a rede deve-se ao fato de não existirem atividades dirigidas a eles que incluam esporte, cultura e lazer. Como ela enfatiza: **“[...] a gente não consegue encaminhar, então, assim, fica bem complicadinho mesmo [...]. Então realmente faz falta, faz muito falta [...]”** (Psicóloga - Alice).

Ao expressar a falta que esta área faz, Alice enfatiza que esta atividade poderia ser uma das saídas para a situação que o adolescente vive: **“[...] ampliar o círculo deles, né... de vivência [...]”**. Alice analisa esta situação como uma via alternativa e, ao mesmo tempo, destaca as limitações e as condições ofertadas no Município, demonstrando que existe um déficit neste campo.

A respeito das limitações em algumas áreas de encaminhamento, a Assistente Social Paula faz a seguinte colocação:

“[...] primeiro a escola tem que ser interessante, né... e infelizmente a escola não é mais interessante, né. Então, assim, a rede também não funciona como deveria... é... esporte, cultura e lazer... é uma coisa que adolescente adora... adora, no nosso Município não tem! [...]” (Assistente Social - Paula).

Portanto, verificamos que o PIA está na dependência de outros serviços e políticas públicas, pois existe uma ausência de programas complementares ao PIA.

O PIA na teoria e significações das profissionais é tão somente um plano como forma de planejamento, e é uma possibilidade, mas não é, ainda, uma realidade. Como assinala a Assistente Social Paula:

[...] Porque é... o PIA não depende só de mim, só de nós aqui, só do programa. A gente faz levantamentos em relação à educação, em relação à saúde, a gente encaminha, né... a gente vê onde o... o que o adolescente está fazendo, o que ele precisa fazer e a gente faz os encaminhamentos necessários. Agora, a gente não tem uma contra referência, não existe uma contra referência... no Município, que eu consiga dizer se aquele adolescente de fato foi pros serviços que eu encaminhei.

Neste mesmo aspecto, Paula argumenta que existe dificuldade e falta de parcerias no Município para atender os adolescentes e as demandas que levantam no PIA. Outro aspecto trazido por Paula, que remeteu a limitações que estão ligadas à possibilidade de efetivação do trabalho previsto no PIA, diz respeito à falta de capacitação e ao contato inicial com os princípios e objetivos para realizar o PIA, deixando o processo, em um primeiro momento, ser norteado pela necessidade e exigência colocada pela legislação. Nessa perspectiva, Paula considera que:

Na verdade, assim, é... o PIA é uma exigência mesmo [...] além de ser uma normativa nacional que o PIA deve acontecer, existe também orientações aqui da Secretaria do Estado que ela direciona, tem uma pessoa lá [...] que só trabalha com a parte da criança e do adolescente, então, ela também orienta, né... se a gente já tá tendo o documento. (Assistente Social - Paula)

Esta fala de Paula nos permite analisar que, após colocado o PIA como exigência pela legislação, as profissionais começaram a executar na prática, contudo, sem uma base e contato inicial de quais seriam os princípios deste processo e as formas possíveis de se realizar o PIA.

E também já é uma exigência da Justiça, então, a partir do momento que deliberou, né... que começou as execuções do PIA, os Juízes também começaram a pedir, né. Então, eles começaram a pedir como era o Plano Individual desses adolescentes, e aí a gente se viu obrigada a fazer sem saber a princípio, né... do que era esse PIA, como fazer né. (Assistente Social - Paula)

Ainda Paula assinala que, ao iniciar sua atuação com as medidas, a realização do PIA já ocorria de forma pequena, mas após a regulamentação da legislação, o processo passou a ser obrigatório para todos os casos: “[...] quando

regularizou, aí a justiça começou a solicitar e a gente se viu obrigada a fazer de todos os adolescentes, então já faz parte de nossa rotina, assim, quando o adolescente chegou no primeiro atendimento já é o PIA [...] (Assistente Social - Paula).

Notamos que Paula percebe o processo como algo que foi acontecendo em razão de uma exigência, e que não houve capacitação adequada para a compreensão de como deveriam pôr em prática o PIA. Vemos, neste sentido, que para ela o PIA vai se configurando mais como elemento de obrigação do que realmente um instrumento para a equipe e o adolescente. O PIA, nessa perspectiva, foi atingindo um status e colocado como uma exigência, ocupando, assim, um lugar burocrático nas práticas.

Verificamos que existe uma rede de serviços para a qual as profissionais encaminham, porém, as profissionais se queixam das dificuldades existentes para encaminhar e efetivar, em alguns aspectos, uma vez que o processo está na dependência de outros serviços e sujeito a não se efetivar por causa da falta de parcerias.

Alice explica que, feito os encaminhamentos, não existe um retorno ou verificação da efetivação destes: **“[...] Só que assim a gente não tem esse... esse segundo momento com a família para ver se foi efetivado [...]”** (Psicóloga - Alice). Sobre este segundo momento identificado por ela, poderíamos pensar como uma continuidade do PIA que não ocorre: **“[...] né, fica pendente, a gente faz essa parte burocrática inicial, algumas estratégias, alguns recíprocos mas às vezes a gente não tem um retorno formal... do que aconteceu se deu certo ou não deu”** (Psicóloga - Alice).

Por meio de sua fala, Alice vai significando sobre o PIA e as questões que define como dificuldades que são presentes em virtude de questões estruturais: **“Então, assim eu acredito que a gente não consegue fazer um trabalho melhor do que está sendo feito em função da equipe reduzida, eu digo assim melhor do que está sendo feito [...]”** (Psicóloga - Alice).

No campo das medidas socioeducativas e no processo do PIA, como podemos notar, devem apresentar um diálogo com outras áreas e políticas públicas para que atinjam seus objetivos, isoladamente, não atingem aspectos que proporcionariam sua efetivação. Como apresentado pelas profissionais sobre a ausência de programas complementares ao PIA e também sobre a efetividade do

PIA esbarrar numa questão estrutural, onde elas não possuem uma estrutura organizacional que proporcione a possibilidade de um processo que vise uma práxis que transforme e seja uma atividade refletida.

Como vemos, por intermédio do núcleo, o PIA visa abarcar áreas nos quais se dá o desenvolvimento e a garantia dos direitos dos adolescentes, em que as ações e o atendimento devem ser mediados em tal desenvolvimento. Porém, é necessária a atuação conjunta dos agentes mediadores e de diversas políticas públicas, cujas práticas e serviços – como exemplo a escola – , possam ser acompanhados pela família, pelos profissionais responsáveis pelo cumprimento e por demais profissionais de campos nos quais o adolescente necessita estar presente, para que, assim, consiga atingir a plena garantia de direitos e desenvolvimento. Desta forma, é preciso considerar que não depende somente do adolescente ou de sua família, mas da oferta de programas e serviços que atendam às suas necessidades e as múltiplas determinações, como argumentam o tempo todo as profissionais sobre o fato de isso ser um impeditivo na efetivação do trabalho previsto no PIA.

4.6 Núcleo 4 - Reflexão sobre o trabalho dos profissionais envolvidos para a efetivação das medidas socioeducativas: *Para quem é o PIA?*

Outro aspecto trabalhado dentro do processo do PIA inclui a orientação a respeito da medida socioeducativa. No documento do PIA consta um campo que deve ser preenchida qual a medida socioeducativa que o adolescente cumprirá, bem como aspectos sobre o ato infracional, o contexto, a reação da família, o significado para o adolescente, se ele foi apreendido e se já cumpriu alguma outra medida socioeducativa antes. De forma geral, percebemos que, na área, há uma abordagem breve da situação do cometimento do ato infracional, da contextualização de qual medida foi estipulada pelo Juiz e deste ponto em diante são delimitadas as estratégias de atendimento, o período e prazo, e os locais onde serão realizados os encaminhamentos. Como explica a Psicóloga Alice:

[...] quando a chega na medida socioeducativa a gente faz todas as orientações, encaminha pra lá ou pra cá [...] Daí a gente fecha o PIA com as medidas socioeducativas [...] a gente explica o que o Juiz determinou, explica o que é LA, o que é PSC, onde que ele vai cumprir. (Psicóloga - Alice)

Tanto Alice quanto Paula destacaram a percepção das diferenças no trabalho entre as medidas de LA e PSC, e a presença que o PIA exerce nestas medidas.

Paula comenta que existem particularidades ao acompanhar o adolescente que cumpre LA e PSC, e que o PIA é mais presente no cumprimento de LA, pois considera uma medida que permite contato frequente com o adolescente: "**[...] Mas no PIA exatamente é... a gente acaba atrelando, é muito mais com o adolescente que cumprir a LA, até porque a gente tem mais contato com esse adolescente do que com o adolescente PSC**" (Assistente Social - Paula).

Na medida de PSC, após a realização do PIA, existe um encaminhamento para cumprimento em outro local, com acompanhamento da frequência e horas cumpridas do adolescente.

[...] quem cumpre só PSC, geralmente tem poucas horas, já cumpri logo sabe, aí acaba que a gente não tem muito contato assim [...] a gente encaminha para cumprir as horas e aí a gente tem mais dificuldade para encontrar esses adolescentes, porque se eles vão lá, e tão cumprindo, não tem motivo para a gente chamar eles, para vir até aqui... né. (Assistente Social - Paula)

No que se refere à medida de PSC, a Psicóloga Alice expõe que existem locais no Município para onde são encaminhados os adolescentes para cumprimento da PSC, em local mais próximo da casa do adolescente e de acordo com a afinidade da atividade a ser desenvolvida. Porém, Alice alerta que nem sempre consegue conciliar ambos os aspectos no encaminhamento, pois tem que seguir, também, de acordo com as instituições disponíveis, que envolvem encaminhamentos para "**[...] a escola, assistência de assistência social, meio ambiente e órgãos comunitários, é associações comunitárias [...] Secretaria de Educação [...]**" (Psicóloga - Alice).

Neste sentido, Paula também informa que existem poucos adolescentes que cumprem somente PSC, que geralmente cumprem as duas medidas LA e PSC: "**[...] é, então, a gente tem poucos meninos que só cumprem PSC, porque PSC é a medida mais branda, né... então geralmente os meninos cumprem as duas... aí a gente tem esse contato mais de perto.**" (Assistente Social - Paula).

Portanto, fica evidente tanto para Alice quanto para Paula que onde ocorre um maior acompanhamento do adolescente por parte delas é na medida de LA. Na medida de LA, Alice explica que após a realização do acolhimento inicial e a

execução do PIA, este adolescente terá atendimento individual e ou em grupo, semanalmente, para acompanhamento da medida. Este acompanhamento é previsto na legislação do ECA (BRASIL, 1990) e SINASE (BRASIL, 2012) como um dos objetivos da medida de LA.

A Assistente Social Paula discorre sobre estes aspectos, também, e relata que o acompanhamento realizado pelo programa após a realização do PIA ocorre semanalmente na medida de LA, e estes atendimentos são realizados pelos técnicos. A respeito destes atendimentos, a Assistente Social diz:

[...] então a gente... tanto os que vêm no grupo e os que vêm para o atendimento, aí nesse atendimento a gente conversa né, faz orientações, pergunta, tá estudando? E aí, conseguiu a vaga? E aí, foi naquela consulta? Resolveu fazer o tratamento que a gente oferece para a drogadição? Se ele quer aderir ou não quer, então é um momento que a gente tem de feedback com eles. (Assistente Social - Paula)

Sobre a possibilidade de os atendimentos remeterem a aspectos do PIA, Paula salienta que, nos atendimentos, são tratadas situações que estão presentes no PIA, permitindo, assim, que seja retomado o que foi conversado e onde pode realizar: *"[...] você vai fazer as cobranças entre aspas"* (Assistente Social - Paula).

Entretanto, quando realizamos as observações no programa, nem sempre estes atendimentos são considerados como continuidade do processo do PIA como colocado pelas profissionais, mas sim configurado como atendimentos de acompanhamento da medida. Como apresenta Paula, tem-se a possibilidade de incluir o PIA com o intuito de retomar questões já elencadas, porém nem sempre a continuidade é realizada no processo do PIA, mas sim caracterizada como um momento de cobrança dos acordos efetivados, sendo uns dos papéis das medidas socioeducativas.

No processo de elaboração do PIA, como previsto na Lei nº 12.594/2012 (BRASIL, 2012), deve ter momentos de intervenção diferenciados pelas várias áreas que atendem os adolescentes, iniciando-se pelo processo de acolhimento e dando continuidade ao mesmo durante todo o transcorrer da medida. Logo, neste processo, deve ter momentos de acompanhamento e a avaliação pela equipe multiprofissional e interdisciplinar, incluindo discussões permanentes em encontros periódicos, quinzenais e ou quando necessário com a equipe de referência do adolescente e sua família.

Deste modo, o PIA deverá estar sempre sujeito à reformulação de acordo com o processo evolutivo do adolescente ou quando for necessária, por demanda do adolescente, dos familiares ou dos profissionais responsáveis pelo atendimento, considerando as dimensões sociais e coletivas, bem como os aspectos do cotidiano e contexto de cada adolescente e família, com o objetivo de fortalecer as suas potencialidades e sua capacidade de enfrentamento de dificuldades. Isto poderia proporcionar maior concretude em relação a seu processo socioeducativo, mediante o diálogo contínuo no acompanhamento do PIA e das medidas.

A Psicóloga Alice, ao expor sobre o caráter punitivo e pedagógico da medida socioeducativa, destaca: **"Eu acredito que a medida é... tem um caráter punitivo sim, mas tem um caráter é... pedagógico, e um caráter de responsabilização do adolescente, o que ele faz tem consequência, sim"** (Psicóloga - Alice).

Ao mesmo tempo, reflete e demonstra se questionar sobre a efetividade das medidas socioeducativas a fim de atingir, de fato, a vida do adolescente, e os resultados alcançados com as medidas. Alice coloca que existem dois lados: um no qual verifica que a medida ajuda alguns adolescentes, no sentido dos adolescentes darem um retorno positivo e, do outro lado, verifica também uma resposta negativa pela reincidência. Vemos que Alice se questiona sobre qual lado pesa mais:

[...] eu questiono muito pra aquilo que tá ficando para atrás sabe, aquilo que a gente poderia fazer, né... Mas a gente tem resultado positivo sim [...], né, então a gente tem esses dois lados, mas, às vezes, eu acho que pesa esse, que às vezes a gente não consegue ter um trabalho efetivo, né... de... realmente..."
(Psicóloga - Alice)

Paula, por sua vez, pondera que muitos dos desafios estão postos nas condições materiais que o programa tem, e também nas dificuldades vivenciadas pelos adolescentes, como a vulnerabilidade de acesso às políticas públicas antes e depois do cometimento do ato infracional **"[...] porque ele já vem com outros problemas junto com a medida, sabe, eles não vem só com a medida [...], eu acho que envolve tanta coisa sabe, não é só o ato infracional...é, aqui especificamente porque é um Município muito pobre [...]"** (Assistente Social - Paula).

Ao destacarem sobre a realidade objetiva do trabalho e suas limitações, notamos que isso reflete na dificuldade de efetividade e materialização do trabalho realizado nas medidas como estabelecido nas legislações, e reflete também na dificuldade de conseguirem atingir, por meio das medidas, o encontro com a garantia

de direitos e desenvolvimento do adolescente. Quanto a este aspecto Silva e Oliveira (2005) analisaram que a atual conjuntura das políticas públicas destinadas aos adolescentes revelam que muitas crianças e adolescentes no Brasil não têm seus direitos garantidos, embora sejam assegurados na Constituição, em seu art. 227. As condições encontradas na realidade objetiva impossibilitam um desenvolvimento voltado para humanização e emancipação, como podemos ver na fala da profissional:

[...] Então assim é, envolve muita coisa... sabe é, a transformação, essa transformação do adolescente, essa contribuição é, as outras políticas públicas não acontecem, elas não são efetivas, né. Como eu vou fazer uma superação aí, se eu não tenho locais de atendimento, se eu não tenho uma saúde digna, se eu não tenho uma escola digna [...] (Assistente Social - Paula)

Neste núcleo de significação, Paula e Alice associam a dificuldade percebida e vivenciada no campo das medidas socioeducativas às questões ligadas às condições de ordem estrutural que se relacionam a um número reduzido de profissionais na equipe, diante da demanda apresentada para atendimento, a falta de capacitação para a rede e os profissionais que atendem as medidas, ausência de políticas públicas e ações fragmentadas entre as Secretarias onde deveriam ser atendidos os adolescentes. Todas estas situações resultam na dificuldade de efetivação, em sua totalidade, das medidas e ações dentro do PIA. Alice assinala que o número reduzido de profissionais na equipe dificulta lidar com a demanda, acarretando a percepção de falta de tempo, pois: ***[...] tá pouco tempo pra tanto serviço, é como se faltasse tempo, na verdade né o número de técnicos que deveria ser maior***” (Psicóloga - Alice).

Sobre este aspecto, Paula reitera a composição da equipe para realizar os atendimentos – uma psicóloga, um educador social, um administrativo, dois estagiários e ela (assistente social) – e lembra que o número de profissionais vai na contramão do determinado pela legislação, uma vez que essa equipe seria para atender 20 adolescentes, e estão atendendo muito mais que este número. Paula coloca como proposição para esta questão a necessidade em ter, pelo menos, mais uma equipe de profissionais em virtude da demanda apresentada. Em sua fala percebemos esta reivindicação:

[...] a demanda é muito grande, e a gente não dá conta, a gente não consegue fazer o que a gente gostaria de fazer, que é, de repente, trabalhar mais de perto

com esses adolescentes [...], a gente teria que estar com duas equipe pelo menos, composta por mais uma psicóloga, mais um assistente social, pelo menos mais dois técnicos [...]. (Assistente Social - Paula)

Em conjunto com estas questões postas por Alice e Paula, que remetem à questão estrutural da equipe e rede de serviços e políticas públicas, verificamos que existe falta de capacitação sobre medidas socioeducativas aos profissionais no Município e à rede que recebe e atende os adolescentes, a fim de compreender sobre as medidas socioeducativas:

[...] a gente trabalha com pessoas que têm uma visão distorcida do ECA, né do SINASE, então a gente, a gente precisaria não capacitar só o PEMSE, mas de repente a educação, as pessoas que recebem nossos adolescentes. Então, eu acho que esse tipo de capacitação que eu tô dizendo, sabe, a gente engoliu o SINASE... goela abaixo... né... a gente só recebeu um livro dizendo que era o SINASE, a gente vê discussões mas que a gente busca, não que o Município traz e que o Estado proporciona [...]. (Assistente Social - Paula)

Indicadores trazidos neste núcleo dialogaram com outros aspectos que se referem ao Plano Decenal, que é previsto no SINASE (BRASIL, 2012) para elaboração e implementação nas três esferas do governo (Nacional, Estadual e Municipal) e que contenham objetivos, metas, prioridades e forma de financiamento e gestão, a fim de proporcionar, além do atendimento em local específico para efetivação das medidas, atendimento e ações intersetoriais com as diversas políticas públicas, já previsto no Estatuto e SINASE. Portanto, o adolescente em conflito com a lei é atendido no Município pela Assistência Social no CREAS, como previsto, porém, esse campo deve ser estendido para além de um único local, contemplando, assim, a necessidade de Políticas Públicas essenciais para o desenvolvimento do adolescente e garantia de seus direitos como: educação, saúde, assistência social, cultura, lazer, esporte e trabalho. Desse modo, é necessário ser elaborado e efetivado com a participação da rede, pois uma ação isolada não atingirá o ideal estabelecido pela legislação.

Paula percebe que existe uma dificuldade para que os adolescentes sejam aceitos na rede de serviços, que seria uma das articulações necessárias na efetivação das medidas e do PIA, “[...] os locais que se diz públicos expulsam né, porque esse adolescente incomoda [...]” (Assistente Social - Paula). Este aspecto nos remete à necessidade de as medidas socioeducativas e do PIA não serem

somente responsabilidade do CREAS, é preciso compreender as diversas áreas, porém, ao mesmo tempo, existe uma dificuldade, como traz Paula, quanto aos locais também pensarem estas questões como responsabilidade conjunta entre as políticas e serviços e a sociedade. Paula destaca, ainda, que existe pouca adesão dos adolescentes por falta de contrapartida destes serviços e também pela própria falta de interesse do adolescente.

Torna-se fundamental sublinhar que existem diversas questões que dificultam a materialização do que a Lei determina e das expectativas das profissionais, especialmente pelas condições e pela realidade vivenciada pelas profissionais diante destas questões. Não podemos desconsiderar estes aspectos ao analisarmos as medidas, pois é um dos fatores essenciais, como colocado por Alice e Paula, sendo que os encaminhamentos para a rede se fazem presentes tanto no processo do PIA como durante as medidas, como fator que objetiva atingir as metas e os aspectos que necessitam ser trabalhados com o adolescente e sua família. Portanto, deveria existir uma responsabilidade conjunta, entendemos, assim, que a efetivação do SINASE e do PIA está na dependência para além do CREAS e da Assistência Social, mas sim das diversas políticas públicas, a fim de assegurar a proteção integral ao adolescente, que só poderá ser efetivada em sua integralidade com esta articulação e interação com diversas instituições e com as práticas sociais e conjuntos de fatos concretos postos na sociedade.

4.7 Núcleo 5 - PIA como possível mediador no planejamento e efetivação das atividades dirigidas ao cumprimento das medidas e a consequente transformação na vida dos adolescentes e de suas famílias? A que vem o PIA?

Este núcleo é resultado da articulação de um conjunto de indicadores cujos conteúdos temáticos nos permite caminhar para o encontro do significado e sentido que são expressos pelas falas das profissionais Alice e Paula. Com o intuito de apreendermos as significações constitutivas deste núcleo, começaremos analisando a seguinte fala de Alice que discorre sobre a possibilidade e as limitações do PIA como mediador nas medidas socioeducativas:

[...] É de intervenção, de ser realmente um mediador na vida desses adolescentes pra mudança, às vezes a gente não consegue ter esse papel...

*Poderia, com certeza, é ser... de ser a ponte... para poder fazer esse trabalho, né... **faria parte, né, o PIA, é... seria, faria parte do PIA esse trabalho, né... de estar mais com a família, de estar mais com o adolescente** conversando, encaminhando, acompanhando na escola [...]. (Psicóloga - Alice)*

Alice, ao mesmo tempo que fala sobre as dificuldades, se pauta na visão ideal que ela tem do PIA e dos seus objetivos, remetendo-se a um mediador na vida dos adolescentes. Diante da não efetividade, vê a potência que poderia ter o PIA, mas, verificando esta possibilidade, encontra também as limitações.

Este ideal do PIA, segundo Alice, em certos momentos os profissionais não conseguem atingir com alguns adolescentes, apenas com uma minoria. A esse respeito, destaca: *“Eu acho que em algum momento a gente conseguiu perceber e tocar em ponto que foi transformador pro adolescente, pra alguns, mas eu acho que é a minoria”* (Psicóloga - Alice). O sentido e significado dado por ela sobre este aspecto a leva, ao mesmo tempo, a fazer uma autoavaliação do seu trabalho e, diante das limitações postas na estruturação, observa, também, a alta demanda comparada à quantidade de técnicos, o excesso de burocratização, processos esses alienantes do trabalho.

Diante disso, Alice coloca a necessidade de avaliação constante para cada passo e para cada decisão tomada, elas se organizam entre si e agendam, estabelecem o dia a ser agendado o PIA, o dia que realizam os atendimentos, os dias que realizam ofícios, para que consigam gerenciar um pouco melhor o tempo. Nesse contexto, destaca a dificuldade em razão do número reduzido de técnicos diante da quantidade de demanda; identifica que, se fosse respeitado o que está na Legislação, seria um técnico para cada 20 adolescentes, e, assim, poderiam ter melhores condições de trabalho, conseguindo se aproximar do ideal, pois a efetivação do trabalho depende das condições objetivas. Alice coloca que, desse modo, como profissional, também tem suas limitações e devem ser respeitadas, mas para que a profissional atue, é necessário avaliar as condições objetivas ofertadas.

A Assistente Social Paula, ao discorrer sobre uma possível contribuição do PIA para o desenvolvimento dos adolescentes, questiona se o PIA, para os adolescentes que acompanham, de fato pode se tornar um elemento de transformação na vida deles: *“[...] Assim eu não sei se eles têm essa percepção tão de início sabe [...] essa situação de dizer, assim: Ah eu fiz o PIA e agora eu mudei*

eu penso diferente, eu vou ser uma outra pessoa por conta disso! ...não, acho que não." (Assistente Social - Paula).

Ao apontarem estes elementos que dificultam o processo, ao mesmo tempo, as profissionais destacam que o processo deveria ser direcionado de outra maneira, para assim promover a efetivação do PIA, com vias de agregar à vida do adolescente. Posto isto, podemos notar, de acordo com Paula, que antes do PIA atingir o adolescente, deveria ter ações concretizadas, pois não é efetivado de fato o PIA: ***"[...] o PIA colabora quando você levanta as situações, mas ele só se efetivaria se a gente conseguisse que esse ações fossem concretizadas sabe... mas no adolescente talvez seja um momento de reflexão para ele... de pensar"*** (Assistente Social - Paula).

Segundo Paula, o objetivo do PIA é *"[...] traçar mesmo metas para que esse adolescente supere, né... a situação que ele se encontra [...]".* Neste sentido, Paula coloca que, por intermédio do PIA, poderia ocorrer uma superação de tais situações, mediante o cumprimento destas metas. Paula ainda acredita que o PIA, na instituição, está em processo de construção, e que ainda percebe muitos desafios e necessidades para serem postos em prática em sua totalidade.

Quanto ao questionamento "A que veio o PIA?", Paula ressalta que ainda busca entendimento a respeito: *"[...] ele tá em construção, nesse sentido, assim, para nós, profissionais mesmo sabe, para gente tentar entender o que ele vai trazer de retorno pra esses adolescentes [...]".* (Assistente Social – Paula). À vista do exposto, podemos analisar que Paula busca entender que retornos possíveis teriam com o processo do PIA.

O processo do PIA, ainda segundo Paula, permite e objetiva conhecer o adolescente e sua família, no sentido de ser um momento em que são trabalhados aspectos e situações vivenciadas pelos mesmos em diversos campos de sua vida, permitindo, assim, que o profissional entenda o que perpassa a vida do adolescente. Ainda, conforme Paula, o momento do PIA também oferece a possibilidade de formação de vínculo com o profissional. Neste sentido, vemos que o PIA é colocado como um momento no qual se pode entender mais aspectos da singularidade e pode ser um individualizador da medida socioeducativa, uma vez que possibilita uma intervenção individualizada do profissional com o adolescente.

Segundo Frassetto et al. (2012), o PIA visa traduzir o direito subjetivo em propósitos e em ações objetivas, do, para, e com o adolescente. Como diz

Gonçalves (2010), não podemos ter como referência de que determinadas diretrizes políticas, de ação e intervenções sejam válidas e aplicáveis a todos os indivíduos, pois visões universais, naturalizadas e padronizadas sobre os indivíduos não retratam a realidade com a qual se lida no campo das políticas públicas.

Paula aponta tanto para as contribuições possíveis do processo PIA em seu trabalho e suas significações construídas, quanto para a percepção do PIA como um instrumento burocrático, quando diz: *"É, eu vejo que ele só é um instrumento... cobrado pela Justiça, entendi, não é um documento que a gente utiliza [...]".* (Assistente Social – Paula).

Importante registrarmos que esta concepção da profissional sobre o PIA é apresentada, em um momento, por sua fala carregada de elementos que tornam o PIA apenas um instrumento burocrático, que deve ser realizado para ser encaminhado para Justiça: ***"[...] eu acredito que seja alguma coisa documental [...]"*** (Assistente Social - Paula).

Alice também estabelece uma relação na qual o PIA tem um papel burocrático em sua prática, enfatiza que, no momento que realiza o PIA, ao utilizar o formulário do PIA, ao mesmo tempo que conversa com o adolescente e a família, transcreve as informações referentes às metas e aos acordos. Ainda, assim, considera esta ação necessária, pois não tem tempo depois de realizar esta transcrição, em virtude das demais atividades a serem realizadas.

Portanto, enfatiza que o PIA é importante para os profissionais, a fim de nortear o trabalho, porém, ainda reflete sobre o lugar que o PIA vem ocupando na prática, no sentido de questionar como ele vem sendo burocratizado e realizado para fins de enviar para o Judiciário:

"[...] deve ser importante, essa história para o adolescente ele deve se apropriar disso, né... pelo que eu entendi, não é só para nós... e daí vem o Juiz e pede para transcrever aquele PIA com que finalidade? Ele quer o PIA, ele fala que conforme o SINASE que é para instruir os autos [...]". (Psicóloga - Alice)

Nessa fala, Alice estabelece uma relação na qual busca compreender a solicitação do PIA, e para quem ele é importante. Assim, em sua fala, revela que deveria ser importante para o adolescente. Podemos inferir que sua fala remete a questionamentos que ela mesma faz sobre como o processo está sendo conduzido. Um ponto importante, na fala de Alice, nos leva a pensar que o Núcleo vem muito a

dizer a que vem o PIA nas medidas socioeducativas, e como é este processo na prática. Analisamos que Alice e Paula reiteram a importância, o destaque e a reflexão sobre o PIA ser um possível mediador no planejamento e na efetivação, ao mesmo tempo refletem, a partir de suas condições objetivas e subjetivas, como intervém junto ao adolescente.

Um ponto importante e muito enfatizado por Alice ao refletir sobre suas condições objetivas, diz respeito à necessidade de anexar o PIA ao processo judicial, e também questiona esta necessidade posta, na qual se verifica um excesso de burocratização neste campo, já que, além de encaminhar o PIA, devem encaminhar relatório mensal do acompanhamento da medida: ***“Então, para mim, fica assim... é um... é uma exigência burocrática [...]”*** (Psicóloga - Alice).

Ao tratar das exigências burocráticas que são demandas de envio do PIA e outras atividades dirigidas ao Judiciário, a fala de Alice faz um paralelo de como poderia ocupar o tempo que gasta realizando outras atividades, como atendendo e acompanhando o adolescente e a família. Portanto, Alice, nos questionamentos realizados sobre a temática, não encontra justificativas e a finalidade de tal pedido, se remete ao SINASE em busca de resposta para tal, portanto, para ela, parece não ser um aspecto claro: ***“Eu não sei qual a finalidade de fato, porque tem um ofício para ser respondido e a gente responde, né... porque já veio ofício com reiteração que se não responder incorre a um crime, né... então a gente tem que responder.”*** (Psicóloga - Alice).

Portanto Alice, ao explicar sobre a necessidade de envio para anexar ao processo, reflete que entende o PIA como uma obrigatoriedade a ser realizada no programa, mas não compreende a necessidade em ser anexado ao processo no Fórum.

Ao retomarmos Oliveira (2005) vemos a necessidade de levarmos em conta esta relação indivíduo-sociedade, tendo em vista o processo de humanização. Essa relação é compreendida na perspectiva do homem histórico-social, que é a relação que o homem terá com o gênero humano. A autora observa que o indivíduo que, ao se apropriar do desenvolvimento do gênero humano, precisa também alcançar a possibilidade de superar limites dentro de determinada estrutura social, valendo-se das possibilidades já existentes de concretizar as objetivações tanto por meio do que lhe é oferecido, quanto o que lhe é negado pela estrutura social. Portanto, o homem é constituído pelo singular-particular-universal e assim deve ser compreendido, indo

além da singularidade imediata, buscando captar as determinações particulares e universais.

Entende-se que, na relação dialética entre singularidade, particularidade e universalidade, o universal se concretiza no singular, por intermédio de mediações sociais e por múltiplas determinações que é a particularidade. Considerando as múltiplas relações, que consistem no processo que inclui o indivíduo (singular), o gênero humano (universal), que se concretiza pela mediação e relação que o indivíduo tem com a sociedade (particular). Assim, a dialética entre singular-particular-universal, está ligada a uma necessidade de conhecer a realidade, compreendendo os movimentos e a dinamicidade que constituem a realidade e condições que são histórico-sociais, para assim, por meio dessa apropriação se ter a possibilidade de agir nela e transformá-la (OLIVEIRA, 2005).

Na teoria vigotskiana o processo de interação com o meio e as mediações presentes, do ponto de vista do desenvolvimento do adolescente, é tomado como uma operação fundamental, ao considerar que o sujeito se constitui nesta relação e cujos sistemas e funções psicológicas superiores se encontram em desenvolvimento. Sendo assim, a criança e o adolescente, como organismos ativos, são constituídos e constituintes pelo e através do ambiente sócio-histórico-cultural (VYGOTSKI, 1995).

Compreendemos que o papel da mediação na constituição psíquica do sujeito não se reduz a um mero reflexo das estimulações externas, tampouco se desenvolve a partir de potencialidades internas, mas se constitui na interação com o objeto por meio da mediação. Para o autor, não há indissociabilidade entre o social e o individual; indivíduo e a sociedade mantêm uma relação na qual um constitui o outro.

Nessa perspectiva, Pino (2000) coloca que devemos ver o desenvolvimento do homem e a relação indivíduo-sociedade do ponto de partida a questionar como o meio social age na criança para criar nele as funções superiores de natureza social. Pois, com a teoria de Vigotski, podemos compreender o mecanismo mediador que constitui o homem realizado pela conversão do social em pessoal, sem descartar ao indivíduo sua singularidade.

Sobre o papel do PIA para a equipe, Alice o coloca como um instrumento que permite conhecer o adolescente, permite estruturar como serão realizados os "*combinados*" – realizados em conjunto. Onde então reflete que o PIA e, portanto,

para o adolescente, mas também para equipe. Ao mesmo tempo que Alice identifica a existência de dificuldades no processo do PIA, percebe que deveria ocorrer com mais frequência e ter momentos de atualização do PIA. Mas também encontra os motivos para não conseguirem colocar em prática do modo como idealizam: “[...] se está sendo feito dessa maneira é porque realmente **a gente não tem perna suficiente, né... pra verificar se tá acontecendo [...]**” (Psicóloga - Alice).

A Psicóloga Alice, nessa perspectiva, traz elementos que permitem compreender que existe uma dificuldade em dar continuidade no processo do PIA, percebe que, em muitos momentos, falta um acompanhamento para que se possa efetivar os encaminhamentos e as questões que se apresentaram durante o início do processo do PIA. Como traz Alice, o processo ocorre em um ou dois encontros, portanto, não existe uma continuidade, além de esbarrar com outras dificuldades por ela elencadas em vários momentos de sua fala, tais como: as questões burocráticas que envolvem o processo, a alta demanda e o número de adolescentes para atendimento e acompanhamento, a equipe técnica reduzida.

Diante destas dificuldades, Alice adverte sobre a necessidade de o PIA ser mais ágil e dinâmico, no sentido de compreender mais atendimentos durante o processo: “[...] o PIA teria que ser mais dinâmico depois de trinta dias... depois, depois de quarenta e cinco dias a gente teria que chamar para rever esse PIA... a gente não consegue fazer isso [...]”. (Psicóloga - Alice)

Analisamos, com base no relato de Alice, que a dinamicidade destacada por ela como uma necessidade no processo do PIA, incluiria realizar o que hoje não conseguem atingir, que seria um acompanhamento periódico do adolescente, tendo assim mais atendimentos e acompanhamento, e retomariam os aspectos e as construções feitas no primeiro momento, verificar o que foi atingido e concretizado e o que ainda necessita ser alterado: “[...] **a gente não... essa coisa de tá chamando com periodicidade o adolescente, família sabe [...]**” (Psicóloga - Alice). Podemos, assim, analisar que esta dinamicidade é necessária para que, nesses moldes, o PIA seja considerado um processo; do contrário, será apenas caracterizado como uma verificação inicial.

Portanto, Alice identifica que a maior dificuldade encontrada na elaboração do PIA é falta da dinamicidade, tendo assim uma necessidade de rever e acompanhar, ocupando um lugar em que este fosse marcado com frequência e continuidade, e

assim, poderia, junto ao adolescente e sua família, rever e ser construído em vários momentos durante o transcorrer da medida.

Alice questiona a efetividade do trabalho realizado junto aos adolescentes e a família e percebe que tem ocorrido muita reincidência, o que a leva a se questionar: “[...] Isso sobre o PIA, sobre todo esse processo, **sobre realmente a efetividade das medidas, a gente está vendo muita reincidência...** então é um trabalho que eu me questiono diariamente, que trabalho a gente tá fazendo... né. (Psicóloga Alice).

Nas significações e no questionamento de seu trabalho, Alice percebe que as condições ofertadas, sejam elas objetivas, colaboram para a não efetividade do trabalho, pois ela percebe que a reincidência não depende de uma atuação somente da Assistência Social no papel do CREAS e na efetivação das medidas, mais sim de uma necessidade preeminente de políticas, como destaca:

[...] Se a gente conseguisse oferecer perspectiva de trabalho, de curso, de uma maneira mais intensa e integrada, com certeza a gente teria resultado mais positivo no sentido do adolescente poder ter outras direções, né... outros, alguns projetos de vida, outros, né... outras possibilidades de pensar sua própria vida do que não pela criminalidade... então, nesse sentido que eu penso que trabalho a gente tá fazendo, será que tá tendo efetividade?
(Psicóloga - Alice)

Percebemos, pelo movimento da fala de Alice, como estão presentes as dificuldades e os questionamentos que ela faz sobre o processo, no sentido de ir além de uma prática focada em ser um processo que atinja, de fato, a vida do adolescente.

[...] eu sei que quando o menino termina eu vou lá e faço o ofício de um relatório conclusivo pro Juiz e mando e pronto, terminou, mas que trabalho e qual a qualidade desse trabalho? Qual o sentido na vida do adolescente? Tem uns que falam, ufa! Ainda bem, terminei isso daqui! Ajudou de alguma coisa, não ajudou!
(Psicóloga - Alice)

Ao editar seus questionamentos, notamos que é uma crítica ao modo atual do processo, em que também identifica possíveis saídas, mas que elas ficam na dependência de diversos fatores. Para a Assistente Social Paula, existe uma dificuldade de compreensão da realidade do adolescente por meio do PIA, por ser realizado apenas em um único momento, não permitindo continuidade e verificação

das questões trabalhadas. Ao mesmo tempo, a profissional afirma utilizar o Estudo Social na sua prática, que lhe permite ir até a família e conhecer a realidade e ter uma percepção diferente.

Os fatores que dificultam o processo de efetividade e continuidade do PIA são assim identificados por Paula:

A gente não consegue muito acompanhar o que tá no PIA, sabe, até pela nossa dinâmica de trabalho, pela correria, pela... como eu falei para você responder ofício, fazer visita, acompanhar medida... a gente não consegue efetivar de fato o que tá no PIA. (Assistente Social - Paula)

Diante desta realidade, Paula identifica que o PIA é realizado e encaminhado para a Justiça, mas o fator de continuidade no acompanhamento do que é trabalhado no PIA elas não conseguiram atingir. Portanto, podemos analisar que um dos fatores que dificultam o processo de efetividade do PIA para Paula é a falha na continuidade do processo, que é acarretado por outros fatores, como a reduzida quantidade de técnicos no trabalho em face da demanda.

Portanto, o PIA tem lugar no trabalho e na prática, conforme coloca Paula, mas existe uma ausência na continuidade e finalização do processo. Com esta ausência, não é possível mensurar e qualificar o processo como possível de contribuições no processo de desenvolvimento do adolescente e garantia dos seus direitos, como vimos na fala das profissionais.

[...] Então, eu vejo que ele é um, ele é um trabalho que existe, mas que não, é a gente não consegue finalizar ele como deveria... sabe, quando a gente pensa lá, às vezes, eu tenho adolescentes que comete reincidência aí eu preciso retomar esse PIA com ele, né... aí eu vejo que muita coisa não ficou finalizado, a gente não conseguiu fazer nem anteriormente. Então, eu tô retomando, começando outra medida, mas não consegui verificar se aquilo que a gente propôs... né por quê? Porque é o PIA, não depende só de mim, só de nós aqui, só do programa. [...] (Assistente Social - Paula)

Ao dimensionar a sua percepção de não efetividade do PIA, Paula vai trazendo os elementos que justificam e as dificuldades por ela encontradas na prática, dimensionando o que acontece e o que seria ideal. Paula traz as possíveis contribuições do PIA na efetivação das medidas socioeducativas ao considerar que é um processo que permite conhecer o adolescente e a família e trabalhar as perspectivas destes: ***[...] então, assim é conhecer esse adolescente, conhecer***

essa família... entender as perspectivas, até porque eu acho que o PIA ele teria que ser uma construção do tempo que o adolescente tá cumprindo a medida [...]. (Assistente Social - Paula).

Paula coloca, pois, que existe um vínculo formado com o adolescente, no sentido deles as procurarem, como profissionais, a fim de auxiliarem em questões, como ela diz:

[...] eles têm tanta segurança que eles vêm procurar a gente mesmo assim, ah eu não tô conseguindo creche para meu filho! [...] eu não tô conseguindo uma consulta lá tal tal!... eles vêm, eles têm a gente como referência sabe... mas nem sempre a gente consegue ter uma resposta para eles. (Assistente Social - Paula)

Podemos analisar que não existe um resultado direto em realizar o PIA e atingir o seu papel ideal na vida do adolescente, como revelam as significações de Paula que, ao expor sobre sua percepção ao acompanhar os adolescentes e a realização do PIA, no que diz respeito à apropriação do adolescente neste processo assim se expressa: **"Não vejo muito apropriação... vejo de vem poucos assim"** (Assistente Social Paula). Considera, ainda, não existir uma apropriação do adolescente neste processo, elenca fatores como a cobrança em realizar o processo e encaminhar à Justiça, o que gera um realizar apressado do PIA, sendo executado no primeiro atendimento por causa do prazo que existe para realizar e encaminhar à Justiça. Valendo-se desse aspecto, Paula vai construindo os motivos que fazem o adolescente não ter uma apropriação do modo como ela significa:

[...] Então não sei se o adolescente consegue ter já em um primeiro momento essa percepção... sabe da importância do PIA, dessa apropriação, porque que a gente tá fazendo aquilo naquele momento, sabe até mesmo a família que cai aqui muitas vezes de paraquedas (Assistente Social - Paula)

Paula coloca que, para conseguir atingir a efetivação do PIA, são necessários serviços que vão ao encontro dos interesses da adolescência, e questiona a realidade presente no Município, onde faltam atividades: **"O adolescente gosta do que?"** (Assistente Social - Paula). E ela mesma elenca aspectos que seriam essenciais e que muitos adolescentes gostam, mas que nem sempre são oferecidos a estes adolescentes atendidos por ela, tais como: escola interessante, esporte, cultura e lazer. Diante do que Paula traz a respeito da necessidade de concretizar ações dentro do PIA, e ter respostas para a vulnerabilidade vivenciada pelos

adolescentes e sua família, ela diz acreditar que esta vulnerabilidade vivida por eles dificulta a saída da criminalidade.

Um elemento importante considerado por Paula seria a continuidade do PIA durante todo o processo da medida, contudo, identifica que este processo não ocorre como deveria: “[...] Não poderia ser um momento, no começo e fim, na verdade é dois momentos.” (Assistente Social – Paula). Paula explica que o PIA ocorre apenas em dois momentos no programa – no início da medida e no final da medida, quando é retomado e reavaliado – e identifica neste processo as limitações que impedem que ocorram esse acompanhamento e continuidade durante o transcorrer da medida. Limitações estas que, para ela, decorrem de aspectos estruturais, como a necessidade de “*uma equipe mais forte*”, que significa para ela uma equipe com mais pessoas, possibilitando um acompanhamento mais frequente durante a medida e, assim, uma continuidade e efetividade dos aspectos do PIA. Paula coloca estas questões como ideais: “[...] a gente não consegue... né muito pouco!” (Assistente Social – Paula).

Em face das dificuldades e da realidade vivenciada, Paula coloca outra situação que considera ideal, que seria uma “**rede de atendimento que funcionasse**” conforme a necessidade e por meio da qual poderia encaminhar os adolescentes para atividades. Compreendemos que estas questões se apresentam sob os aspectos da articulação da responsabilidade de acompanhamento do adolescente, e da oferta de atividades que correspondam ao interesse também dos adolescentes, ou seja, atividades e serviços que venham ao encontro da proteção integral do adolescente, que também está presente nas significações de Alice.

Constatamos, assim, que o questionamento “A que veio o PIA?” pode nos levar a responder pelo ideal trazido para este processo, bem como se reflete nas práticas das profissionais e como vem sendo materializado, demonstrando, em alguns momentos, uma contradição de seus objetivos e a que veio nas medidas socioeducativas, ao se tornar um instrumento de burocratização das práticas.

Quando se destaca o aspecto ideal, elencando e buscando encontrar os elementos da importância do processo do PIA para os adolescentes e profissionais, percebemos que o PIA se apresentaria como um possível mediador, mas importante frisar como ele se concretiza nas práticas revela não dar conta desta expectativa nele investida, em razão de ter se tornado algo, como assinalam Paula e Alice, um instrumento burocrático. Muitos elementos e indicadores são trazidos de

significações das profissionais neste sentido, que ao mesmo tempo trazem elementos do PIA como um mediador e que poderia abarcar, também, a não concretização deste na prática.

Vemos, assim, que no contexto de nossa pesquisa a categoria mediação permite e responde plenamente a análise das condições concretas de vida e de educação que são ofertadas a esses sujeitos e, como as intercorrências concretizadas na vida de cada um deles suscita a necessidade de elaboração de um PIA, que tenha como objetivo principal a personalização do atendimento ao jovem que cumpre medidas socioeducativas e a garantia de seus direitos. Portanto, compreendemos que as mediações são necessárias e devem estar presentes no campo das políticas públicas, sendo preciso refletir sobre a qualidade de tais mediações neste processo, pois as políticas públicas de atendimento aos adolescentes e também o processo do PIA investigado como um todo se caracteriza como mediações na constituição da subjetividade desses sujeitos.

Portanto, ao nos remetermos novamente ao questionamento apontado neste núcleo – A que vem o PIA? – está ligado à busca de entendimento de um processo que demanda ser um mediador no campo das medidas, de forma a garantir a participação do adolescente e sua família, bem como de existir construções coletivas para que, durante a efetivação de tais medidas e no decorrer desse processo, possa ser um agente de transformação e desenvolvimento. Neste sentido, notamos que a legislação do SINASE indica o PIA com destaque para os aspectos ligados a seus objetivos de garantir os direitos e o desenvolvimento dos adolescentes que cumprem medidas socioeducativas. Porém, as falas das profissionais sobre como é colocado, na prática, o ideal previsto na legislação, não dão respostas únicas e prontas, mas sim, ao pensar neste processo, as profissionais se deparam realizando questionamentos de alguns pontos da legislação e das possibilidades e materialização nas práticas e vida do adolescente e sua família.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Nestas considerações finais procuramos concluir com apresentação de uma análise internúcleos, com o intuito de explicitar a articulação entre os núcleos de significação, as semelhanças e as contradições presentes, conjuntamente com aspectos teóricos. Cabe lembrar que nosso objetivo foi analisar o processo de construção do Plano Individual de Atendimento (PIA) para o cumprimento das medidas socioeducativas de Prestação de Serviço à Comunidade (PSC) e Liberdade Assistida (LA) e investigar o significado e o sentido que os profissionais atribuem à construção do referido Plano.

Nos núcleos analisados, pudemos verificar como se dá o processo do PIA e compreender as etapas específicas de sua construção pelos profissionais, identificando a sua forma de atuação e como consideram a participação do adolescente e da família nesse processo. Identificamos, também, como foram apresentadas as contribuições e os desafios do PIA para o processo de acompanhamento das medidas, bem como para o processo de desenvolvimento do adolescente.

Como mencionamos no decorrer deste estudo, o SINASE (BRASIL, 2012), instituído pela Lei nº 12.594/2012, considera fundamental a elaboração do Plano Individual de Atendimento (PIA) na efetivação das medidas socioeducativas e confere lugar central na legislação, que o considera dentro dos objetivos das medidas, uma vez que o documento possui potencialidade de articular políticas públicas de assistência social, saúde, educação, entre outras, objetivando garantir os direitos e o desenvolvimento do adolescente.

A legislação, portanto, destaca que a integração social do adolescente e a garantia dos seus direitos individuais e sociais se darão pelo cumprimento do PIA. Podemos então verificar que o PIA, em sua constituição e com a criação do SINASE, configura-se um avanço nas políticas públicas de atenção ao adolescente que cumpre medida socioeducativa. E, diante dos resultados e análise presentes nos núcleos de significação, observamos a necessidade de ressaltar que, no campo de transposição para as práticas, há entraves e contradições presentes que precisam ser enfrentadas, a fim de que ocorra um desenvolvimento como um todo nas políticas públicas.

O processo de construção do PIA, se configura com um dos destaques dados pelo SINASE, que é colocado como um dos objetivos das medidas para a sua

realização, com o intuito de garantir os direitos dos adolescentes e, conseqüentemente, proporcionar o seu desenvolvimento integral. Analisamos, por meio da relação internúcleo, os aspectos presentes no processo e as limitações, conforme os significados e sentidos trazidos pelos profissionais investigados. Um dos principais entraves se refere à garantia de direitos que, por não estarem garantidos em sua totalidade antes das medidas, continuaram não sendo garantidos, mesmo após a regulamentação do PIA nas medidas socioeducativas. Como verificamos nos núcleos de significação, há dificuldade nas questões materiais, dificuldades e qualidade de mediações que não proporcionam tal desenvolvimento e que são consequência de questões estruturais identificadas.

Um aspecto muito presente nos núcleos se refere à articulação da rede. Notamos, pela análise dos núcleos, que existe um déficit na política, no sentido de que se deve constituir uma política pública em interface com os sistemas estaduais, distritais e municipais e com as diversas políticas como: educação, saúde, trabalho, assistência social, cultura, esporte, lazer, segurança pública, entre outras; e com programas destinados a concretizar a proteção integral dos adolescentes em conflito com a lei (BRASIL, 2006). Observamos que estão contempladas no processo de construção do PIA, porém nem sempre são efetivadas, existindo para profissionais um amplo déficit neste campo, do que podemos inferir que falta a base estrutural para que a política de fato avance.

Na perspectiva da garantia dos direitos, e do acompanhamento das medidas voltadas para a cidadania e as práticas de emancipação, notamos que, para atingir tal propósito, é necessário que a efetivação das medidas não seja somente centralizada em um local específico, mas que mantenha uma ampla articulação com os serviços externos ao cumprimento da medida e, como vimos, não ocorre de forma integral. Esta articulação se faz necessária ao pensarmos na constituição e no desenvolvimento do adolescente, pois, na integração de áreas e serviços, pode se articular as mediações e âmbitos de que o adolescente precisa concretamente em sua vida, com o propósito de garantir todos os seus direitos e seu desenvolvimento social-histórico-cultural.

Ao pensarmos sobre a mediação e seu papel na área das medidas, podemos analisar que o PIA, no papel de possível mediador, representaria uma forma de articular as diversas políticas públicas a fim de garantir os direitos do adolescente, portanto, não de forma a ser um modelo único e descolado. Pensando como

Gonçalves (2010), não podemos ter como referência que determinadas diretrizes políticas, de ação e intervenções sejam válidas e aplicáveis a todos os indivíduos, pois há visões universais, naturalizadas e padronizadas sobre os indivíduos. Valendo-nos desta perspectiva, as políticas públicas sociais precisam considerar as condições objetivas em que vivem os adolescentes.

No que se refere à elaboração por equipe multidisciplinar e à participação ativa do adolescente e sua família no processo de elaboração e implementação do PIA, verificamos que, no programa em específico, no qual foi realizada a pesquisa, estes aspectos são contemplados pelas profissionais e observamos a importância que elas conferem a esta participação efetiva do adolescente, no sentido de garantir o protagonismo deles. As profissionais destacam, assim, que há a participação ativa de ambos na construção, porém ocorre uma descontinuidade na efetivação de aspectos deste processo, pois outros elementos vêm atravessando, impossibilitando-o de materializar-se. Ao mesmo tempo, o PIA se configura para os profissionais como um possível personalizador do atendimento, abrindo espaço para constituir algo que trabalhe as particularidades, as múltiplas determinações que estão presentes na vida daquele adolescente.

Tais profissionais, ao considerarem o PIA como um instrumento que permite a construção e o acompanhamento individual dos adolescentes e participação da família, evidenciam a presença de contradições na prática da equipe. Pois, a implementação e efetivação do PIA enfrenta dificuldades e limitações neste aspecto da participação, tais como a descontinuidade do processo do PIA, que foi aspecto destacado pelas mesmas (profissionais), quando não é possível dar continuidade ao PIA, ocorrendo apenas a verificação inicial, sendo assim, torna-se ausente a contrapartida dos aspectos trabalhados. Além disso, o documento utilizado para realização do PIA é longo e complexo, pois visa contemplar áreas e aspectos da vida do adolescente e família, que demandaria uma continuidade para, assim, ser, de fato, considerado um processo efetivo e que contemple a garantia dos direitos do adolescente e seu desenvolvimento, e ao mesmo tempo ser um momento em que o adolescente e sua família possam participar ativamente deste processo.

Os núcleos de significação nos possibilitaram identificar que a exigência do pedido e da homologação do PIA junto ao processo judicial gerou um aspecto burocrático no processo do PIA para as profissionais. Observamos que este pedido é destacado pelas mesmas como um excesso de judicialização e burocratização das

suas práticas de acompanhamento da medida socioeducativa. Frassetto et al. (2012), ao discorrerem sobre os motivos deste pedido, apontam que estão relacionados à busca de legitimação e garantia de adequado atendimento e avaliação de seu conteúdo, bem como pode gerar neste pedido a exigência expressa aos profissionais, o que vem a se tornar um aspecto burocrático ligado ao PIA. Neste aspecto, concordamos com os referidos autores quando destacam a necessidade de se considerar as condições básicas objetivas dos programas nos quais se efetivam as medidas, pois, para a produção de um bom trabalho requer condições básicas para o atendimento, o que ainda falta em muitos municípios. É preciso, também, capacitar e apoiar as equipes no processo de elaboração e acompanhamento do PIA, para que os profissionais possam ter tempo e disponibilidade para escuta e construção de ações conjuntas neste processo.

O SINASE, como vimos na teoria apresentada, foi compreendido pelo campo das políticas públicas como um avanço, e inseriu nesta legislação a esperança na materialização do que já estava previsto no ECA. Contemplado em um instrumento legal e articulado às várias políticas, este recurso traz grandes esperanças de um avanço real, a fim de que sejam garantidos os direitos das crianças e adolescentes. Entretanto, como vimos, somente a legislação não garante a conformação e resolução no cotidiano das práticas e nem a resolução dos problemas presentes neste campo.

Identificamos, então, o PIA como um dos centralizadores do acompanhamento das medidas socioeducativas em meio aberto, em que ocorre a participação do adolescente e sua família. Entretanto, a forma de promover as mediações para que as medidas alcancem o adolescente se torna, em muitos momentos, algo burocrático. Deixando, assim, novas reflexões e questionamentos: A que veio o PIA afinal? É para o adolescente? Surgiu como demanda para providenciar a sua participação e desenvolvimento? Como o adolescente, se apropria deste processo?

O PIA, idealizado na legislação e pelos profissionais que atuam com o adolescente, visa envolver o adolescente e sua família, a fim de trabalhar aspectos de seu projeto de vida, seus interesses e suas necessidades. Fica evidente a extrema relevância da participação dos diversos segmentos – escolar, familiar, formal ou informal –, para o desenvolvimento humano, uma vez que representam a fonte social do desenvolvimento humano.

Podemos constatar que a Psicologia Sócio-Histórica, em especial nas obras de Vigotski e conhecimentos produzidos por este autor, lança as bases psicológicas para a construção de uma proposta pedagógica crítica e historicizadora, para compreender e trabalhar com a adolescência. E acreditamos que a análise e prática, fundamentada neste referencial teórico, se faz necessária no campo das políticas públicas para a infância e adolescência. Como assinala Vygotski (1995), o desenvolvimento das funções psíquicas superiores tanto da criança como do adolescente ocorre pela interação com o meio e com as mediações presentes.

Portanto, fundamentada no aporte teórico esta pesquisa compreende que a adolescência tem características e interesses específicos importantes ao desenvolvimento psíquico, e as práticas precisam se instrumentalizar e criar condições para promover a mediação necessária para o desenvolvimento, também no campo das políticas públicas. Como a pesquisa objetivou-se a pensar o processo do PIA na efetivação das medidas socioeducativas, entendemos a ligação direta aos aspectos da garantia de direitos dos adolescentes e do seu desenvolvimento. E, para isso, é importante levarmos em conta o projeto de vida e questões que envolvem o desenvolvimento de interesses e motivações dos adolescentes, que são destacados por Vygotski (1995) e que, a nosso ver, estariam ligadas aos objetivos do PIA.

Consideramos, assim, que a compreensão e concepção de homem trazida pela Psicologia Sócio-Histórica que possibilita e fundamenta com o propósito de compreender o homem na relação indivíduo-sociedade, tendo em vista o processo de humanização, nos leva a pensar em proposições diante do processo do PIA. Nessa linha de pensamento, Oliveira (2005) destaca que essa relação deve ser compreendida na perspectiva do homem histórico-social e, na relação dialética singular-particular-universal, o universal se concretiza no singular, por intermédio de mediações sociais e por múltiplas determinações que é a particularidade. Oliveira assinala, ainda, que ao analisarmos esta relação dialética indivíduo-sociedade, é importante o papel da relação mediadora entre singular-particular-universal. Nesta pesquisa, podemos considerar que o singular refere-se às atividades realizadas pelas profissionais e adolescentes no processo do PIA, assim, tais atividades e o processo são produzidos em um contexto particular que opera as mediações. Nessa concepção, o universal é expresso nas contradições existentes na condução do

processo do PIA e na efetivação das medidas, e como os envolvidos vivenciam e onde poderiam apontar possibilidades concretas visando à constituição de outros sentidos possíveis para tal processo, para além do aspecto burocrático.

REFERÊNCIAS

- AGUIAR, W. M. J.; OZELLA, S. Apreensão dos sentidos: aprimorando a proposta dos núcleos de significação. **Revista Brasileira de Estudos Pedagógicos**, Brasília, v. 94, n. 236, p. 299-322, jan./abr. 2013.
- _____. Núcleos de Significação como Instrumento para a Apreensão da Constituição dos Sentidos. **Psicologia Ciência e Profissão**, Brasília, v. 26, n. 2, p. 222-245, 2006.
- AGUIAR, W. M. J.; SOARES, J. R.; MACHADO, V. C. Núcleos de Significação: uma proposta Histórico-Dialética de apreensão das significações. **Caderno de Pesquisa**, v. 45, n. 155, p. 56-75, jan./mar. 2015.
- ANTUNES, M. A. M. Materialismo Histórico-Dialético: fundamentos para a pesquisa em história da psicologia. In: ABRANTES, A. A.; SILVA, N. R.; MARTINS, S. T. F. (Orgs.). **Método Histórico-Social na psicologia social**. Petrópolis: Vozes, 2005. p. 105-117.
- BOCK, A. M. B. A Psicologia sócio-histórica: uma perspectiva crítica em Psicologia. In: BOCK, A. M. B.; GONÇALVES, M. G. G.; FURTADO, O. (Orgs.). **Psicologia sócio-histórica: uma perspectiva crítica em Psicologia**. São Paulo: Cortez, 2001. p. 15-35.
- _____. Adolescência como construção social: estudo sobre livros destinados a pais e educadores. **Revista Semestral da Associação Brasileira de Psicologia Escolar e Educacional (ABRAPEE)**, Campinas, v. 11, n. 1, p. 63-76, 2007.
- BOCK, A. M. B.; GONÇALVES, M. G. M. Subjetividade e a dimensão subjetiva dos fatos. In: GONZALEZ REY, F. L. (Org.). **Subjetividade, complexidade e pesquisa em psicologia**. São Paulo: Pioneira Thomson Learning, 2005. p. 109-125.
- BORGES, D.; CANO, I. **Índice de Homicídios na Adolescência: IHA 2012**. Rio de Janeiro: Observatório de Favelas, 2014.
- BRASIL. Constituição (1988). **Constituição da República Federativa do Brasil**. Brasília, DF: Senado, 1988.
- _____. Lei n. 12.594, de 18 de janeiro de 2012. Institui o Sistema Nacional de Atendimento Socioeducativo (SINASE). Brasília, DF: Congresso Nacional, 2012.
- _____. Lei n. 8.069, de 13 de junho de 1990. Dispõe sobre o Estatuto da Criança e do Adolescente. Brasília, DF: Congresso Nacional, 1990.
- _____. Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome. Secretaria Nacional de Assistência Social. **Tipificação Nacional de Serviços Socioassistenciais**. Brasília: MDS, 2009.

BRASIL. **Plano Nacional de Atendimento Socioeducativo**: Diretrizes e eixos operativos para o SINASE. Brasília: Secretaria de Direitos Humanos da Presidência da República, 2013.

_____. Política Nacional de Assistência Social - PNAS. Brasília: Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome - Secretária Nacional de Assistência Social, 2004.

_____. Secretária Especial dos Direitos Humanos. **Sistema Nacional de Atendimento Socioeducativo – SINASE**. Brasília, DF: CONANDA, 2006.

BRITO, L. M. T. Anotações sobre a Psicologia Jurídica. **Psicologia: Ciência e Profissão**, Brasília, v. 32, num.esp., p. 194-205, 2012.

_____. **Jovens em Conflito com a Lei**. Rio de Janeiro: EdUERJ, 2000.

BUENO, C. B. **Jovens em conflito com a lei**: liberdade assistida e vidas interrompidas. Londrina: EDUEL, 2009.

COIMBRA, C. M. B.; AYRES, L. S. M. Da moralidade e situação irregular à violência doméstica: discursos da (in)competência. In: COIMBRA, C. M. B.; AYRES, L. S. M.; NASCIMENTO, M. L. **Pivetes**: encontros entre a psicologia e o judiciário. Curitiba: Juruá, 2013. p. 57-69.

COIMBRA, C.; NASCIMENTO, M. L. Jovens Pobres: O mito da Periculosidade. In: FRAGA, P. C. P.; IULIANELLI, J. A. S. (Orgs.). **Jovens em Tempo Real**. Rio de Janeiro: DP&A, 2003. p. 19-37.

COLPANI, C. F. A responsabilização penal do adolescente infrator e a ilusão de impunidade. **Revista Jus Navigandi**, Teresina, ano 8, n. 162, p. 1-5, 15 dez. 2003.

CONSELHO NACIONAL DE JUSTIÇA - CNJ. **Panorama Nacional**: a execução das medidas socioeducativas de internação. Brasília, DF, 2012. (Programa Justiça ao Jovem).

CONSELHO NACIONAL DO MINISTÉRIO PÚBLICO - CNMP. **Relatório da Infância e Juventude - Resolução nº 67/2011**: Um olhar mais atento às unidades de internação e semiliberdade para adolescentes. Brasília: Conselho Nacional do Ministério Público, 2013.

CONSTANTINO, E. P. (Org.). **Percursos da pesquisa qualitativa em psicologia**. São Paulo: Arte & Ciência, 2007.

_____. (Org.). **Psicologia, Estado & Políticas Públicas**. Assis, SP: UNESP, 2010.

CONSTANTINO, E. P.; PEREZ, D. K.; SILVA, C. M. R. O psicólogo nas políticas públicas sociais: reflexões sobre as práticas Psi. In: CONSTANTINO, E. P. (Org.). **Psicologia, Estado & Políticas Públicas**. Assis, SP: UNESP, 2010. p. 87-108.

CONSTANTINO, E. P.; ROSSATO, S. P. M. Educação especial: as interfaces da atividade docente. In: LEONARDO, N. S. T.; LEAL, F. R. G.; FRANCO, A. F. (Orgs.). **O processo de escolarização e a produção da queixa escolar**: reflexões a partir de uma perspectiva crítica em psicologia. Maringá: EDUEM, 2014. p. 151-174.

ENDO, P. As muitas mortes de João. **Revista Eletrônica Polêmica**, Rio de Janeiro, n. 19, jan./mar. 2007. Disponível em: <http://www.polemica.uerj.br/pol19/oficinas/lipis_2.htm>. Acesso em: 10 fev. 2016.

FOUCAULT, M. **Vigiar e Punir**. Tradução de Raquel Ramallete. Petrópolis: Vozes, 1987.

FRASSETTO, F. A. et al. Gênese e desdobramentos da lei 12594/2012: reflexos na ação socioeducativa. **Revista Brasileira Adolescência e Conflitualidade**, São Paulo, n. 6, p. 19-72, 2012.

FUNDO DAS NAÇÕES UNIDAS PARA A INFÂNCIA - UNICEF. **Estatuto da Criança e do Adolescente**: avanços e desafios para a infância e a adolescência no Brasil. UNICEF, 2015.

GONÇALVES, H. S. Medidas socioeducativas: avanços e retrocessos no trato do adolescente autor de ato infracional. In: ZAMORA, M. H. (Org.). **Para além das grades**: elementos para a transformação do sistema socioeducativo. Rio de Janeiro: Ed. PUC-Rio; São Paulo: Loyola, 2005. p. 35-62.

GONÇALVES, M. G. M. **Psicologia, subjetividade e políticas públicas**. São Paulo: Cortez, 2010.

MINAYO, M. C. de S. (Org.). **Pesquisa Social**: teoria, método e criatividade. Petrópolis: Vozes, 1994.

MIYAGUI, C. **O adolescente e a medida socioeducativa de Prestação de Serviço à Comunidade**. 2008. 217 f. Dissertação (Mestrado em Psicologia) – Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo, 2008.

MOLON, S. I. Notas sobre constituição do sujeito, subjetividade e linguagem. **Psicologia em Estudo**, Maringá, v. 16, n. 4, p. 613-622, out./dez. 2011.

_____. **Subjetividades e constituição do sujeito em Vygotsky**. Petrópolis: Vozes, 2003.

OLIVEIRA, B. A dialética do singular-particular-universal. In: ABRANTES, A. A.; SILVA, N. R.; MARTINS, S. T. F. **Método histórico-social na psicologia social**. Petrópolis: Vozes, 2005. p. 25-51.

PASQUALINI, J. C.; MARTINS, L. M. Dialética singular-particular-universal: implicações do método materialista dialético para a psicologia. **Psicologia e Sociedade**, Belo Horizonte, v. 27, n. 2, p. 362-371. 2015.

PAULILO, M. A. S.; DAL BELLO, M. G. Jovens no contexto contemporâneo: vulnerabilidade, risco e violência. **Serviços Social em Revista**, Londrina, v. 4, n. 2, jan./jun. 2002. Disponível em: <http://www.uel.br/revistas/ssrevista/c_v4n2_marilia.htm>. Acesso em: 10 fev. 2016.

PINO, A. O social e o cultural na obra de Vigotski. **Educação e Sociedade**, Campinas, ano XXI, n. 71, p. 45-78, jul. 2000.

REY, F. L. Sobre a Rede de Significação, o Sentido e a Pessoa: uma Reflexão para o debate. In: ROSSETI-FERREIRA, M. C. et al. **Rede de Significações: e o estudo do desenvolvimento humano**. Porto Alegre: Artmed, 2004. p. 59-68.

RIZZINI, I. **O Século Perdido: raízes históricas das Políticas Públicas para Infância no Brasil**. 3. ed. São Paulo: Cortez, 2011.

_____. O surgimento das instituições especializadas na internação de menores delinquentes. In: ZAMORA, M. H. **Para além das grades: elementos para a transformação do sistema socioeducativo**. Rio de Janeiro: Ed. PUC-Rio; São Paulo: Loyola, 2005. p. 13-34.

SALES, M. A. S. Juventude Extraviada de Direitos: Uma crônica das rebeliões na Febem-SP. IN: FRAGA, P. C. P.; IULIANELLI, J. A. S. (Orgs.). **Jovens em Tempo Real**. Rio de Janeiro: DP&A, 2003. p. 188-220.

SARAIVA, J. B. C. **Adolescente e Ato Infracional: garantias processuais e medidas socioeducativas**. Porto Alegre: Livraria do Advogado, 1999.

SILVA, E. R. A.; OLIVEIRA, R. M. O. Adolescente em Conflito com a Lei e o Debate sobre a Redução da Maioridade Penal: Esclarecimentos necessários. **Nota Técnica**, Brasília, n. 20, p. 1-43, jun. 2015.

SMOLKA, A. L. B. Sobre significação e sentido: uma contribuição à proposta de Rede de Significações. In: ROSSETI-FERREIRA, M. C. et al. **Rede de Significações: e o estudo do desenvolvimento humano**. Porto Alegre: Artmed, 2004. p. 35-50.

VIGOTSKI, L. S. **A construção do pensamento e da linguagem**. 2. ed. São Paulo: Martins Fontes, 2009.

VOLPI, M. **O adolescente e o ato infracional**. São Paulo: Cortez, 2006.

_____. **Sem liberdade, sem direitos: a experiência de privação de liberdade na percepção dos adolescentes em conflito com a lei**. São Paulo: Cortez, 2001.

VYGOTSKI, L. S. (1931). **Obras escogidas III: Historia del desarrollo de las funciones psíquicas superiores**. Madrid: Visor, 1995.

_____. **Obras escogidas IV**. Madrid: Visor, 1996.

WASELFISZ, J. J. **Mapa da violência 2014: os jovens do Brasil**. Rio de Janeiro: Flasco Brasil, 2014.

XAUD, G. M. Os desafios da intervenção psicológica na promoção de uma nova cultura de atendimento do adolescente em conflito com a lei. In: BRITO, L. M. (Org.). **Temas de Psicologia Jurídica**. Rio de Janeiro: Relume-Dumarã, 1999. p. 87-102.

ZAMORA, M. H. Adolescentes em conflito com a lei: um breve exame da produção recente em psicologia. **Revista Polemica**, Rio de Janeiro, v. 7, n. 2, p. 7-20, abr./jun. 2008.

ZANELLA, A. V. **Vigotski: Contexto, contribuições à psicologia e o conceito de Zona de Desenvolvimento Proximal**. Itajaí: Univali, 2007.

APÊNDICE A - ROTEIRO DE ENTREVISTA COM OS PROFISSIONAIS

1. Trajetória profissional.
2. Como é elaborado o PIA dos adolescentes na efetivação das medidas socioeducativas de PSC e LA na Instituição?
3. Quais os objetivos do PIA?
3. Como se dá a participação do adolescente e da família no processo de construção e aplicação do Plano Individual de Atendimento (PIA)?
4. Na visão do profissional, quais são as contribuições do PIA para a efetivação dos objetivos das medidas socioeducativas para o desenvolvimento e a formação do sujeito?

APÊNDICE B - PLANO DE TRABALHO E CRONOGRAMA

A - PLANO DE TRABALHO

AGOSTO, SETEMBRO, OUTUBRO, NOVEMBRO E DEZEMBRO (2014)	Levantamento Bibliográfico
	Cursar disciplinas
	Revisão do projeto de pesquisa
JANEIRO, FEVEREIRO, MARÇO, ABRIL, MAIO, JUNHO (2015)	Levantamento Bibliográfico
	Submissão do projeto ao Comitê de Ética
	Cursar disciplinas
	Elaboração de artigo científico e Relatório de pesquisa
	Participação em eventos científicos
JULHO, AGOSTO, SETEMBRO, OUTUBRO, NOVEMBRO E DEZEMBRO (2015)	Levantamento Bibliográfico
	Cursar disciplinas
	Coleta de dados
JANEIRO, FEVEREIRO, MARÇO, ABRIL, MAIO E JUNHO (2016)	Coleta e análise dos dados
	Redação da dissertação para exame de qualificação
	Elaboração de artigo científico e Relatório de pesquisa
	Participação em eventos científicos
JULHO, AGOSTO, SETEMBRO, OUTUBRO, NOVEMBRO E DEZEMBRO (2016)	Exame geral de qualificação ao Mestrado
	Continuidade na análise dos dados
	Atualização das referências bibliográficas
	Redação final da dissertação
	Elaboração de artigo ou capítulo de livro
JANEIRO, FEVEREIRO E MARÇO(2017)	Elaboração de artigo ou capítulo de livro
	Defesa da Dissertação de Mestrado

B. CRONOGRAMA

ATIVIDADES	ANO / SEMESTRE					
	2014/2º	2015/1º	2015/2º	2016/1º	2016/2º	2017/1º
Cursar disciplinas	X	X	X			
Pesquisa bibliográfica	X	X	X	X	X	X
Submissão do projeto ao Comitê de Ética		X				
Pesquisa de campo		X	X	X		
Exame Geral de Qualificação					X	
Redação final da dissertação					X	
Defesa da Dissertação						X

ANEXO A - TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO (TCLE)

Você está sendo convidado(a) a participar da pesquisa: “Análise do processo de construção do Plano Individual de Atendimento para a efetivação das medidas socioeducativas”, sob a responsabilidade da pesquisadora Flávia Caroline Santos Cardoso Pereira, RG nº 10.619.046-1, e sob a orientação da Professora Doutora Elisabeth Piemonte Constantino.

Esta pesquisa tem por objetivo analisar o processo de construção do Plano Individual de Atendimento (PIA) para o cumprimento das medidas socioeducativas de Prestação de Serviço à Comunidade (PSC) e Liberdade Assistida (LA), bem como o significado e o sentido que os profissionais lhe atribuem. Tem como objetivos específicos, analisar o processo de elaboração dos Planos Individuais de Atendimento (PIA) pelos profissionais que aplicam as medidas, identificando a forma de participação do adolescente e da família nesse processo de construção e aplicação e, por fim, avaliar as contribuições do PIA para a efetivação dos objetivos das medidas socioeducativas e para o processo desenvolvimento e formação do sujeito.

O procedimento se dará por meio de entrevistas semiestruturadas e recorrentes, observação participante do processo de construção do Plano Individual de Atendimento (PIA). As entrevistas serão gravadas e seu conteúdo transcrito, e após seu uso as gravações serão descartadas. Utilizaremos, durante a pesquisa, apenas procedimentos não manipulativos que não sejam maléficos aos participantes, e os procedimentos adotados nesta pesquisa obedecem aos Critérios da Ética em Pesquisa com Seres Humanos.

A pesquisa objetiva causar o mínimo de riscos e desconforto, não serão utilizados procedimentos que ofereçam riscos à sua dignidade. Considerando que toda pesquisa com seres humanos possa produzir riscos e ou desconfortos e, de acordo com os procedimentos que serão adotados nesta pesquisa, pode ocorrer constrangimento ou desconforto durante a entrevista e observação participante, entretanto, o desconforto que o sujeito poderá sentir é em razão de compartilhar informações pessoais ou, em alguns tópicos em que ele possa sentir incômodo em falar. Caso ocorra desconforto e constrangimento diante de alguma pergunta realizada pelo pesquisador, o participante não precisa responder a qualquer pergunta ou parte de informações perante as quais sentir desconforto em falar,

tendo liberdade de se negar a responder. A pesquisadora oferecerá acompanhamento e assistência em caso de ocorrência dos riscos ou desconfortos e, caso necessário, encaminhará para atendimento que se fizer necessário.

Referente aos benefícios, a pesquisa poderá contribuir para o desenvolvimento do Plano Individual de Atendimento (PIA) para adolescentes que cumprem medidas socioeducativas, a fim de que propostas e alternativas de intervenção sejam criadas, visando à melhoria dos planos, programas e políticas públicas voltadas ao atendimento dos adolescentes em conflito com a lei e suas famílias.

De acordo com os preceitos éticos, informamos que sua participação é voluntária, estando garantida a sua autonomia e liberdade. Sendo mantida em absoluto sigilo sua identidade, nesta dissertação de mestrado ou em qualquer publicação posterior sobre este estudo. Após a conclusão da pesquisa, será redigido um relatório final contendo dados e conclusão da pesquisa, estando disponível para sua consulta. A pesquisa também poderá ser publicada em congressos, livros e revistas da área de estudo, preservando-se o anonimato. Fica estabelecido o compromisso de notificação do andamento e dos resultados desta pesquisa. Você tem total liberdade para recusar sua participação, assim como solicitar a exclusão de seus dados, retirando seu consentimento sem qualquer penalização ou prejuízo.

Esta pesquisa foi aprovada pelo Comitê de Ética da Faculdade de Ciências e Letras - UNESP/Campus de Assis. Qualquer dúvida quanto aos aspectos éticos poderá ser esclarecida no telefone (18) 3302-5607 ou pelo e-mail cep@assis.unesp.br, ou com a pesquisadora no telefone (44) 9946-8500 ou e-mail flaviacaroline20@hotmail.com.

Agradecemos a sua participação, destacando que a mesma contribui para a compreensão do fenômeno estudado e para a produção de conhecimento científico. Colocamo-nos à disposição para quaisquer esclarecimentos ou dúvidas em relação à pesquisa.

CONSENTIMENTO

Após ter lido este Termo de Consentimento Livre Esclarecido e aceitar participar da pesquisa, solicitamos a sua assinatura em duas vias, sendo que uma delas permanecerá em seu poder.

Estando ciente das informações contidas neste Termo de Consentimento, eu, _____, portador do RG _____, abaixo assinado, concordo em participar, como participante, da pesquisa: “Análise do processo de construção do Plano Individual de Atendimento para a efetivação das medidas socioeducativas”.

Fui devidamente informado(a) e esclarecido(a) pela pesquisadora Flávia Caroline Santos Cardoso Pereira sobre a pesquisa, os procedimentos nela envolvidos, assim como possíveis riscos e benefícios decorrentes de minha participação. Foi-me garantido, ainda, que posso retirar meu consentimento a qualquer momento, sem que isto leve a qualquer penalidade.

Autorizo a utilização, nesta pesquisa, dos dados por mim fornecidos para fins de ensino e pesquisa. Declaro, ainda, que () concordo / () não concordo com a publicação dos resultados desta pesquisa, ciente da garantia quanto ao sigilo das minhas informações pessoais e ao meu anonimato.

Local e data _____, ____ de _____ de _____.

Assinatura do(a) Participante

Eu, Flávia Caroline Santos Cardoso Pereira, pesquisadora responsável pelo estudo, obtive de forma voluntária o Consentimento Livre e Esclarecido do PARTICIPANTE para a participação na pesquisa.

Assinatura da Pesquisadora